

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGADM)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

DINNIA EYLEEN TORRES DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO
BÁSICA NA CIDADE DE TELÊMACO BORBA-PR SOB A PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES**

GUARAPUAVA, PR

2021

DINNIA EYLEEN TORRES DE OLIVERA

**A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO
BÁSICA NA CIDADE DE TELÊMACO BORBA-PR SOB A PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) – Mestrado Profissional em Administração, área de concentração de Inovação e Tecnologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

Orientador(a): Prof. Dr. Sandro Rautenberg
Coorientador(a): Profa. Dra. Zoraide da Costa Fonseca

GUARAPUAVA, PR

2021

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

O48e

Oliveira, Dinnia Eyleen Torres de

A educação e o desenvolvimento: uma análise da educação básica na cidade de Telêmaco Borba – PR sob a perspectiva do desenvolvimento das liberdades / Dinnia Eyleen Torres de Oliveira. -- Guarapuava, 2021.
xvi, 143 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Administração. Área de concentração: Estratégia, Inovação e Tecnologia, 2021.

Orientador: Sandro Rautenberg

Coorientadora: Zoraide da Costa Fonseca

Banca Examinadora: Marcos Roberto Kühl, Sueli Pereira Donato

Bibliografia

1. Crescimento econômico. 2. Plano Educacional. 3. Ensino. 4. Desenvolvimento Sustentável. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Administração.

CDD 658.3

TERMO DE APROVAÇÃO

DINNIA EYLEEN TORRES DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA CIDADE DE TELÊMACO BORBA-PR SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DAS LIBERDADES

Dissertação aprovada em 11/11/2021 como requisito para obtenção do grau de Mestre (a) no curso de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Estratégia, Inovação e Tecnologia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Sandro Rautenberg

Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª. Dra. Zoraide da Costa Fonseca

Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Marcos Roberto Kühn

Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Dra. Sueli Pereira Donato

Instituição _____

Guarapuava, ____/____/____

Dedico essa conquista à minha amada família, que participou desse processo nos bastidores, me encorajando, motivando e me suprindo de amor. Elieser, Nicolas e Elise amo vocês incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Nossa caminhada é repleta de desafios e por vezes nos sentimos pequenos diante deles, à Deus a minha mais profunda gratidão, por nunca ter soltado as minhas mãos. Obrigada meu Pai por estar sempre no controle de tudo!

Ao meu amado esposo que sempre me incentivou e esteve ao meu lado em todos os desafios, você é meu porto seguro. Aos meus amados filhos Nicolas Lorenzo e Elise por serem tão compreensivos e entenderem as necessidades que exigiram a realização desse trabalho, vocês são minha motivação!

A minha amada mãe que desde quando eu era criança exigia o meu melhor e sempre acreditou em mim. Mãe obrigado pela confiança! O fato de você acreditar que eu era capaz me tornou um ser humano capaz de correr atrás dos meus objetivos, acreditar e realizar. Ao meu amado pai (*in memoriam*) pelo ser humano maravilhoso que foi, por todos os ensinamentos, e por me amar tanto. Eu sei que ele estaria orgulhoso de mim.

Ao professor Sandro Rautenberg por me desafiar e me mostrar o caminho, por compreender minhas limitações e mesmo assim me ensinar que é possível, por todas as orientações e conselhos. Serei eternamente grata pelo aprendizado que me proporcionou nesse processo.

A professora Zoraide que me acompanhou desde a primeira disciplina do programa, obrigada por todo incentivo, conselho e conhecimento partilhado. Obrigada por ser tão humana e tornar essa caminhada mais leve. Você tem um jeito único de desafiar e acalmar.

Aos professores que participaram da banca, Professor Dr. Professor Sandro Rautenberg, Professora Dra. Zoraide da Costa Fonseca, Professor Dr. Marcos Roberto Kühn e Professora Dra. Sueli Pereira Donato, obrigada por disponibilizarem seu tempo para leitura e contribuições para dessa dissertação, guardei no coração e na memória cada palavra dita, vocês enriqueceram esse trabalho e fazem parte desta conquista.

Aos estimados professores do PPGADM da UNICENTRO, que compartilhando seus saberes ampliaram nossas visões e impactaram nosso desenvolvimento nesse processo, desafiando e dando suporte nessa metamorfose.

Aos colegas do mestrado, pessoas incríveis que tive a oportunidade de conhecer e caminhar durante essa trajetória, privilegio ter participado dessa turma.

À Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela oportunidade a mim concedida.

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que o filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.”

Nelson Mandela

OLIVEIRA, D. E. **A educação e o desenvolvimento – Uma análise da educação básica na cidade de Telêmaco Borba – PR sob a perspectiva do desenvolvimento das liberdades.** 2021. 114 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2021.

RESUMO

O crescimento industrial e os impactos ambientais descontrolados trouxeram uma nova perspectiva ao conceito de desenvolvimento, antes avaliado apenas pelo crescimento econômico. Nessa perspectiva o crescimento econômico não deve ser observado com fim em si, mas pelas oportunidades que são geradas através do seu excedente. Cinco tipos de liberdades são destacados nesse contexto: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Essas liberdades funcionam como uma engrenagem potencializando umas às outras. A educação é a força motriz capaz de impulsionar esse sistema, através da capacitação do indivíduo. No Brasil o crescimento econômico tem caminhado lentamente, porém algumas regiões se destacam por angariar recursos suficientes para potencializar seus sistemas e se sobressair economicamente. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo estudar a relação do crescimento econômico e do sistema de educação no município de Telêmaco Borba – PR, considerando a Teoria do Desenvolvimento das Liberdades. Como procedimento metodológico, utilizou-se da abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, em estudo de caso único, com delineamento longitudinal. Para compor as análises foram utilizados dados governamentais abertos, visando compreender os valores disponibilizados para investimento em educação e os resultados alcançados pelo sistema de ensino municipal. Também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas aos gestores da educação municipal, seguindo escolha de amostragem por conveniência. Os resultados demonstram que, em relação as articulações jurídicas o município contemplou no Plano Municipal de Educação (2014-2024) todas as metas estabelecidas através do Plano Nacional de Educação (2015-2025). Observado o crescimento econômico nota-se que o município tem disponibilizado recursos através de um aparato de benefícios ao seu alunado, porém o município não tem disponibilizado todo o percentual previsto no Plano Municipal de Educação (2015-2025). Contemplados os recursos disponibilizados frente à Teoria do Desenvolvimento das Liberdades, pontua-se que o município tem desenvolvido o sistema de educação municipal ampliando as oportunidades sociais, através de serviços que visam a educação e a saúde dos alunos de forma articulada. Entretanto, ao observar o indicador nacional de qualidade educacional - IDEB, verifica-se que as escolas municipais divergem em sua pontuação. Nota-se que os piores resultados estão presentes em escolas que atendem a população mais carente, dessa forma percebe-se a necessidade na elaboração de estratégias que minimizem essas discrepâncias, garantindo segurança protetora aqueles que necessitam. Neste contexto, com os resultados se observa a necessidade de se evoluir em garantia de transparência e criar meios para capacitar a sociedade para exercer a liberdade política, possibilitando a participação social. As liberdades observadas através desta pesquisa, não devem ser vistas apenas com um fim, mas como meio para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Crescimento econômico; Plano Educacional; Ensino; Desenvolvimento Sustentável.

OLIVEIRA, D. E. **Education and development – An analysis of basic education in the city of Telêmaco Borba – PR from the perspective of the development of liberties.** 2021. 114f. Dissertation (Professional Master's Degree in Administration) – Postgraduate Program in Administration at the State University of the Midwest, Guarapuava, 2021.

ABSTRACT

Industrial growth and uncontrolled environmental impacts brought a new perspective to the concept of development, previously measured only by economic growth. From this perspective, economic growth should not be observed by itself, but by the opportunities that are generated. Five types of liberties are highlighted in this context: political liberties, economic facilities, social opportunities, guarantee of transparency and protective security. These liberties work like a gear leveraging the other. Education is the force capable of moving this system, through the empowerment of the individual. In Brazil, economic growth has moved slowly, but some regions stand out for raising enough resources to leverage their systems and excel economically. Thus, this research aims to study the relationship between economic growth and the education system in the city of Telêmaco Borba – PR, considering the Theory of Development of Liberties. As a methodological procedure, a qualitative approach of exploratory and descriptive nature was used, in a single case study, with a longitudinal design. To compose the analyses, open government data were used, aiming to understand the values available for investment in education and the results achieved by the municipal education system. Semi-structured interviews were also conducted with municipal education managers, following the choice of a convenience sampling. The results show that, in relation to legal articulations, the municipality included in the Municipal Education Plan (2015-2025) all the goals established through the National Education Plan (2014-2024). Observing the economic growth, it is noted that the city has provided resources through an apparatus of benefits to its students, but the municipality has not provided the entire percentage provided for in the Municipal Education Plan (2015-2025). Considering the resources for the Theory of Development of Liberties, it is pointed out that the city has developed the municipal education system, expanding social opportunities, through services that aim at the education and health of students in an articulated manner. However, when observing the national indicator of educational quality - IDEB, it appears that municipal schools differ in their scores. It is noted that the worst results are present in schools that serve the poorest population, thus there is a need to develop strategies to minimize these discrepancies, ensuring protective security for those who need it. In this context, the results show the need to evolve in ensuring transparency and creating ways to enable society to exercise political liberty, enabling social participation. The liberties observed through this research should not be seen as just an end, but as a means to development.

Keywords: Economic growth; Education plan; Teaching; Sustainable development.

OLIVEIRA, D. E. A educação e o desenvolvimento – Uma análise da educação básica na cidade de Telêmaco Borba – PR sob a perspectiva do desenvolvimento das liberdades. 2021. 114f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2021.

RESUMEN

El crecimiento industrial y los impactos ambientales sin control han traído una nueva perspectiva al concepto de desarrollo, antes evaluado solamente por el crecimiento económico. En esta perspectiva el crecimiento económico no debe ser observado con un fin en sí mismo, sino por las oportunidades que son generadas a través de su superávit. Cinco tipos de libertades son destacados en ese contexto: libertades políticas, facilidades económicas, oportunidades sociales, garantía de transparencia y seguridad protectora. Esas libertades funcionan como un engranaje potencializándose unas a las otras. La educación es la fuerza que mueve capaz de dirigir ese sistema, a través de la capacitación del individuo. En Brasil el crecimiento económico camina despacio, pero algunas regiones se destacan por recaudar recursos suficientes para potencializar sus sistemas y sobresalirse económicamente. Siendo así, esta investigación tiene como objetivos estudiar la relación del crecimiento económico y del sistema de educación en el municipio de Telêmaco Borba - PR, considerando la Teoría del Desarrollo de las Libertades. Como procedimiento metodológico, se usó un enfoque cualitativo de naturaleza exploratoria y descriptiva, en estudio de caso único, con diseño longitudinal. Para componer los análisis fueron utilizados datos gubernamentales abiertos, con el objetivo de comprender los valores disponibles para inversión en educación y los resultados obtenidos por el sistema de enseñanza municipal. También fueron conducidas encuestas semiestructuradas a los gerentes de la educación municipal, siguiendo elección de muestra por conveniencia. Los resultados demuestran que, acerca de las articulaciones legales, el municipio ha contemplado en el Plan Municipal de Educación (2015-2025) todas las metas establecidas a través del Plan Nacional de Educación (2014-2024). Observado el crecimiento económico se nota que el municipio tiene proporcionado recursos a través de un conjunto de beneficios a sus alumnos, pero el municipio no tiene proporcionado todo el porcentaje previsto en el Plan Municipal de Educación (2015-2025). Contemplados los recursos proporcionados frente a la Teoría del Desarrollo de las Libertades, se observa que el municipio tiene desarrollado el sistema de educación municipal alargando las oportunidades sociales, a través de servicios que objetivan a la educación y a la salud de los alumnos, articuladamente. Sin embargo, al observar el indicador nacional de calidad educacional- IDEB, se ve que las escuelas municipales divergen en su puntuación. Se percibe que los peores resultados están presentes en escuelas que atienden a la población más pobre, de esta manera se percibe la necesidad en la elaboración de estrategias que reduzcan al mínimo esas diferencias, garantizando seguridad protectora a los que necesitan. En este contexto, con los resultados se nota la necesidad de evolucionar en garantías de transparencia y crear medios para capacitar la sociedad para ejercer la libertad política, posibilitando la participación social. Las libertades observadas a través de esta investigación, no deben ser vistos solo con un fin, sino como un medio para el desarrollo.

Palabras-clave: Crecimiento económico; Plan de educación; Enseñanza; Desarrollo Sostenible;

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Modelo teórico | 26 |
| Figura 2 – Os Objetivos para o desenvolvimento sustentável | 28 |
| Figura 3 – PIB anual a preço corrente da cidade de Telêmaco Borba – PR | 46 |
| Figura 4- C Crescimento do percentual investido em educação infantil através do FUNDEB – valores corrigidos através do INPC (ref. 12.2020) | 65 |
| Figura 5 - Crescimento do percentual investido na etapa de ensino fundamental I, através do FUNDEB – valores corrigidos através do INPC (ref. 12.2020) | 66 |
| Figura 6 - Crescimento do percentual investido em educação especial e EJA através do FUNDEB, valores corrigidos através do INPC (ref. 12.2020) | 67 |
| Figura 7 - Valor real aluno ano para o município de Telêmaco Borba e quantitativo de matrículas ano, considerando o INPC. | 79 |
| Figura 8 - Localização das escolas municipais de Telêmaco Borba e com IDEB de 2019 | 89 |
| Figura 9 - Uniformes disponibilizados para alunos rede municipal de ensino de Telêmaco Borba - PR | 97 |
| Figura 10 - As cinco liberdades substantivas da Teoria do Desenvolvimento da Liberdades e as interligações visualizadas nessa pesquisa | 103 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Impostos vinculados ao FUNDEB estados e municípios | 40 |
| Quadro 2 - Percentual de recursos enviados por estados e municípios para o FUNDEB | 40 |
| Quadro 3 - Periodicidade do repasse de impostos que compõem o FUNDEB | 42 |
| Quadro 4 - Planejamento da pesquisa | 50 |
| Quadro 5 - Metas do município de Telêmaco Borba-PR para o IDEB | 58 |
| Quadro 6 - Comparação simplificada das metas do PNE (2014-2024) e do PME (2015-2025) | 60 |
| Quadro 7 - Valor anual por aluno estimado, no Paraná, no período de 2007 a 2020 | 62 |
| Quadro 8 - Continuação valor anual por aluno estimado, no Paraná, no período de 2007 a 2020 | 63 |
| Quadro 9 - Valor anual por aluno estimado no Paraná, no período de 2007 a 2020 – Valores atualizados pelo – INPC | 64 |
| Quadro 10 - Continuação Valor anual por aluno estimado, no Paraná no período de 2007 a 2020 – Valores atualizados pelo – INPC | 64 |
| Quadro 11 - Orçamento Municipal Telêmaco Borba/ Pagamentos efetuados/ 2013 | 70 |
| Quadro 12- Orçamento Municipal Telêmaco Borba/ Pagamentos efetuados/ 2014 | 71 |
| Quadro 13 - Orçamento Municipal Telêmaco Borba/ Pagamentos efetuados/ 2015 | 72 |
| Quadro 14- Orçamento Municipal Telêmaco Borba/ Pagamentos efetuados/ 2016 | 74 |
| Quadro 15 - Orçamento Municipal Telêmaco Borba/ Pagamentos efetuados/ 2017 | 75 |
| Quadro 16 -Orçamento Municipal Telêmaco Borba/ Pagamentos efetuados/ 2018 | 76 |
| Quadro 17 -Orçamento Municipal Telêmaco Borba/ Pagamentos efetuados/ 2019 | 77 |
| Quadro 18 - Média valor-aluno-ano FUNDEB e Telêmaco Borba-PR | 80 |
| Quadro 19 - Quantidade de matrículas por etapa na cidade de Telêmaco Borba – PR | 82 |
| Quadro 20 - Matrículas na cidade de Telêmaco Borba-PR por dependência administrativa | 83 |
| Quadro 21 - Faixa etária da população de Telêmaco Borba-PR censo 2010 com projeção para 2020 | 84 |
| Quadro 22- Matrículas na cidade de Telêmaco Borba-PR por dependência administrativa ensino fundamental e EJA – ensino fundamental | 84 |
| Quadro 23 - IDEB das escolas municipais de Telêmaco Borba-PR | 87 |
| Quadro 24 - Informações das entrevistas referente ao transporte público | 92 |
| Quadro 25- Média de alunos por turma em Telêmaco Borba-PR | 93 |
| Quadro 26- Informações das entrevistas referente a avaliações periódicas | 94 |
| Quadro 27 - Informações das entrevistas referente aos materiais didáticos | 96 |
| Quadro 28 - Informações das entrevistas referente alimentação escolar | 98 |
| Quadro 29 - Informações das entrevistas referente programas de apoio integral | 98 |
| Quadro 30 - Informações das entrevistas referente a participação dos pais | 100 |
| Quadro 31 - Comparação entre o percentual de investimento na Educação Municipal de Telêmaco Borba-PR e o percentual estabelecido pelo Plano Municipal de Educação do Município | 105 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ATRICON-IRB | <i>Associação de Membros do Tribunal de Contas do Brasil, Instituto Rui Barbosa</i> |
| BID | <i>Banco Internacional de Desenvolvimento</i> |
| BM | <i>Banco Mundial</i> |
| CACS-FUNDEB | <i>Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB</i> |
| CF | <i>Constituição Federal</i> |
| CEMAE | <i>Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado</i> |
| CMEI | <i>Centro Municipal de Educação Infantil</i> |
| CNE | <i>Conselho Nacional de Educação</i> |
| CONSED | <i>Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação</i> |
| EC | <i>Emenda Constitucional</i> |
| EJA | <i>Educação de Jovens e Adultos</i> |
| DECOMP | <i>Departamento de Ciência e Computação</i> |
| DECON | <i>Departamento de Economia</i> |
| FNDEP | <i>Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública</i> |
| FPE | <i>Fundo de Participação Estadual</i> |
| FPM | <i>Fundo de Participação Municipal</i> |
| FUNDEB | <i>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação</i> |
| FUNDEF | <i>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério</i> |
| GRH | <i>Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil</i> |
| IBGE | <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> |
| ICMS | <i>Imposto Sobre Circulação de Mercadorias E Serviços</i> |
| IDEB | <i>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica</i> |
| INEP | <i>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira</i> |
| INPC | <i>Índice Nacional de Preço ao Consumidor</i> |
| IPlexp | <i>Desoneração de exportação (Lei Complementar nº 87/96)</i> |
| IPVA | <i>Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores</i> |

| | |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| IPTU | <i>Imposto Predial e Territorial Urbano</i> |
| IRRF | <i>Imposto de Renda Retido na Fonte</i> |
| ISS | <i>Imposto Sobre Serviço</i> |
| ITBI | <i>Imposto de Transmissão de Bens Imóveis</i> |
| ITCMD | <i>Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis</i> |
| ITR | <i>Imposto sobre Propriedade Territorial Rural</i> |
| LDBEN/96 | <i>Lei de diretrizes e bases da educação de 1996</i> |
| NOVATEC | <i>Agência de Inovação e Tecnologia</i> |
| MDE | <i>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</i> |
| MEC | <i>Ministério da Educação</i> |
| ONU | <i>Organização das Nações Unidas</i> |
| PDDE | <i>Programa Dinheiro Direto na Escola</i> |
| PIB | <i>Produto Interno Bruto</i> |
| PNE | <i>Plano Nacional de Educação</i> |
| PME | <i>Plano Municipal de Educação</i> |
| PNUD | <i>Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i> |
| PL | <i>Projeto de Lei</i> |
| UNCED | <i>Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento</i> |
| UNDIME | <i>União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação</i> |
| UNICENTRO | <i>Universidade Estadual do Centro-Oeste</i> |

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA | 20 |
| 1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA | 20 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 20 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 20 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA | 21 |
| 1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO NO PROGRAMA | 23 |
| 1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO | 24 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 26 |
| 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UMA PERSPECTIVA MUNDIAL | 27 |
| 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EDUCAÇÃO EM FOCO – BRASIL | 29 |
| 2.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: O CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 30 |
| 2.4 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL | 32 |
| 2.4.1 História do Financiamento da Educação no Brasil | 35 |
| 2.4.2 Políticas Públicas de Educação no Brasil – A partir da Constituição de 1988 | 36 |
| 2.4.3 Atuais Políticas Educacionais | 39 |
| 2.5 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA-PR | 45 |
| 3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO | 48 |
| 3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA | 48 |
| 3.2 UNIDADE DE ANÁLISE | 52 |
| 3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS | 52 |
| 3.4 ELEMENTOS DE COLETA DE DADOS | 53 |
| 3.5 TÉCNICAS ANÁLISE DOS DADOS | 53 |
| 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 55 |
| 4.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA-PR E SUA CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO | 56 |
| 4.1.1 Metas e estratégias contidas no Plano Municipal de Educação – PME de Telêmaco Borba-PR | 57 |
| 4.2 DADOS APRESENTADOS PELO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA-PR | 61 |
| 4.2.1 Valor anual por aluno através do FUNDEB | 61 |
| 4.2.2 Valor anual por aluno no município de Telêmaco Borba-PR | 67 |
| 4.2.3 Quantitativo de alunos matriculados nas séries iniciais de responsabilidade municipal, educação especial e EJA- Educação de Jovens e Adultos | 81 |

| | | |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.2.4 | Resultados alcançados através do IDEB na Educação Municipal de Telêmaco Borba | 85 |
| 4.3 | ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS COM GESTORES DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA-PR | 90 |
| 4.3.1 | Análise das entrevistas efetuadas com os gestores da Educação Municipal de Telêmaco Borba-PR | 90 |
| 4.3.2 | Concatenação das análises apresentadas com a Teoria do Desenvolvimento das Liberdades | 101 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| 5.1 | CONCLUSÕES | 110 |
| 5.2 | SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS | 116 |
| 5.3 | LIMITAÇÕES DO ESTUDO | 116 |
| | REFERÊNCIAS | 117 |
| | APÊNDICE A – QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA ENTREVISTAS | 124 |
| | APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO e DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TELÊMACO BORBA – PR | 129 |
| | APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 132 |

1. INTRODUÇÃO

Uma crescente preocupação voltada ao desenvolvimento sustentável tem sido pautada nas discussões de várias nações. Segundo Quental, Lourenço e Silva (2010) preocupações com o desenvolvimento sustentável denotam de esforços da União Internacional para a Conservação da Natureza, incentivados por preservar a biodiversidade planetária.

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre três pilares: o econômico, o social e o ambiental. Tal proposta ressalta a preocupação de diversos líderes políticos e corporativos como solução para problemas de ordem internacional (ELKINGTON, 2012).

Desta forma, o crescimento econômico não deve ter um fim em si. Haddad (2009) menciona que o crescimento econômico está vinculado à capacidade produtiva da região. Porém, as características de desenvolvimento sustentável só podem ser alcançadas por uma constante organização social e política, vinculadas a capacidade de gerar riqueza através do conhecimento.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável é configurado a partir da apropriação efetiva de três categorias de direitos: os direitos políticos e civis; os direitos econômicos, sociais e culturais; e os direitos coletivos ao meio ambiente. O autor relata que igualdade, equidade e solidariedade se incorporam ao conceito de desenvolvimento.

Sen (1999), defende que o desenvolvimento depende de determinantes sociais e econômicos (como educação e saúde), e direitos civis garantidos. Compreende-se, desta forma, que desenvolvimento sustentável abarca outros tipos de desenvolvimento. O autor ressalta que para que ocorra de fato o desenvolvimento faz-se necessário a expansão de liberdades substantivas. Neste sentido, cinco liberdades são destacadas: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantia de transparência; e 5) segurança protetora. Tais liberdades atuam como uma engrenagem, potencializando o funcionamento geral do sistema e atuando na promoção do desenvolvimento do indivíduo. Isso repercute no desenvolvimento social, sendo que um depende do outro para existir.

Um dos fatores importantes para o desenvolvimento das liberdades é a educação, por atuar na capacitação do indivíduo. Sendo assim esse sistema que proporciona capacitação deve ser reforçado através de políticas públicas e pode ser influenciado através da participação da sociedade (SEN, 1999, p. 17).

Em face disso, a ênfase nesta pesquisa volta-se à educação, por ser ela promotora de desenvolvimento social e econômico; e colaborar na conscientização dos indivíduos quanto à utilização de recursos ambientais. O crescimento econômico deve ser bem aproveitado

garantindo investimentos articulados para promover e fortalecer a qualidade educacional, contribuindo para um desenvolvimento sustentável.

Para Bucci (2013), o desenvolvimentismo trouxe uma nova perspectiva ao cenário público, formalizando-se em instrumentos de transformação institucional e econômica, criando condições para superar limitações de base social, a fim de superar o subdesenvolvimento. Neste sentido, a atuação do estado na promoção do desenvolvimento é essencial, especialmente, quando há o entendimento que as condições que impedem o desenvolvimento podem ser combatidas, combinando crescimento e modificando as estruturas que produzem desigualdades sociais e econômicas (BUCCI, 2013).

Segundo Silva (2014), é possível identificar as fragilidades herdadas pelo Brasil de épocas anteriores à República, e que ainda hoje resultam em desigualdades econômicas e sociais, por restrições de serviços considerados essenciais, como: educação de qualidade para todos.

Superar os problemas que denotam em desigualdades individuais e coletivas é parte central para o processo de desenvolvimento, para isso a superação das privações que limitam o poder de escolha e oportunidades da pessoa é primordial (SEN, 1999).

Para Silva (2014), a desigualdade educacional no Brasil é percebida tanto em dimensões quantitativas, quanto qualitativas. Respectivamente, a primeira quanto a oferta de vagas que ainda não contempla toda a população e a segunda quanto a qualidade da educação ofertada.

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, define parâmetros de gestão, política e financiamento à educação. Silva (2014) explicita que a Reforma do Estado sofreu influências extrínsecas globais, onde as preocupações permeiam em nortear o papel do Estado, definir a eficiência da administração pública, e centralizou na educação o fundamento para desenvolvimento.

Desta forma, a constituição fixou a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento do cidadão, seu preparo para cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Devendo ser ofertada de forma gratuita, e com garantia do padrão de qualidade (BRASIL, 1988, Art. 206, IV e VII). A fim de assegurar o direito à educação ficaram estabelecidos valores mínimos para investimentos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, sendo que para a União estipulou-se percentual mínimo de 18%, e para Estados, Distrito Federal e Municípios, nunca menos de 25% das receitas provenientes de receitas de impostos e transferências.

Os serviços prestados pela esfera pública são subsidiados por recursos recolhidos através de impostos pagos pelos próprios cidadãos e que devem ser utilizados para melhorar a qualidade de vida desses.

No Brasil a elaboração de políticas educacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes e Bases da Educação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF e posteriormente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, foram fomentados através de conferências, declarações, acordos e parcerias (SILVA, 2014), sendo influenciadas por diversos especialistas e gradativamente angariando melhorias ao sistema educacional.

A democratização da educação conferiu diversas conquistas para sociedade, embora o contexto histórico da educação tenha começado muito antes da redemocratização. A partir da Constituição de 1988 houve avanços significativos na área da educação, porém há muito a progredir.

O Plano Nacional de Educação – PNE, sancionado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, estabelece diretrizes e metas com o intuito de melhorar o sistema de ensino no Brasil e garantir uma educação de qualidade. O plano entrou em vigência em 2014 e estabelece metas para serem cumpridas no decorrer dos anos, até 2024, ano do término da vigência.

A fim de garantir que as políticas e as metas estabelecidas sejam cumpridas, são necessários recursos suficientes. Silva (2014), salienta que o direito à educação de qualidade não acompanha o investimento financeiro despendido, haja em vista que o investimento em educação está atrelado ao Produto Interno Bruto - PIB, e a uma gestão eficiente dos recursos. O PIB representa o valor contabilizado em produção de bens e serviços realizados por determinado período em uma região.

A opinião da autora denota-se devida ao lento crescimento econômico brasileiro, que apresentou períodos de recessão e em alguns momentos baixos índices de crescimento, além da aparente ineficiência na gestão pública. Essa visão reforça as afirmações de Sen (1999, p. 42) segundo a qual, a criação de oportunidades sociais no Brasil tem sido muito lenta, o pesquisador ressalta que países com crescimento econômico semelhantes ao Brasil apresentam melhores resultados, segundo ele devido a longa história de desigualdades sociais, desemprego e descaso com o serviço público.

Com vistas a estes argumentos, percebe-se a necessidade de estudos que foquem regiões específicas visando a promoção do desenvolvimento local. A enorme extensão territorial do Brasil também é um ponto que dificulta tanto a gestão, quanto à fiscalização. Desta forma

pesquisas em regiões específicas colaboram para melhor visualizar e entender o processo de execução das políticas públicas e resultados alcançados através delas.

Algumas regiões no Brasil apresentam considerável crescimento econômico, o que reflete em maiores impostos arrecadados pela união, estados e municípios nessas regiões, alavancando receitas e possibilitando maiores investimentos. Quando a gestão pública concordamos que elas possuem suas deficiências, para tanto devem ser observadas de perto, considerando suas particularidades.

Nossa proposta para essa pesquisa é estender as lentes para uma cidade de aparente crescimento econômico, a fim de compreender como tem se desenvolvido o sistema educacional na região, considerando o desenvolvimento das liberdades como princípio de desenvolvimento sustentável. Sen (1999, p.42) ressalta que “o impacto do crescimento econômico depende muito de como seus frutos são aproveitados”.

A cidade escolhida para efetuar este estudo encontra-se no Estado do Paraná, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o Estado do Paraná é o 5º Estado brasileiro que apresenta melhor desempenho econômico, considerando o PIB em 2017 (IBGE, 2019).

Telêmaco Borba-PR apresentou notável crescimento econômico nos últimos anos, segundo o IBGE a média do PIB per capita brasileiro no ano de 2007 era de R\$ 14.056,26; no município esse mesmo indicador apresentava um valor per capita de R\$18.338,47. No ano de 2017 o PIB per capita nacional era de R\$31.833,50, enquanto na cidade era de R\$ 49.647,14 (IBGE, 2019). Ou seja, do ano de 2007 a 2017 a cidade de Telêmaco Borba-PR apresentou um aumento de aproximadamente 170,73% no PIB per capita. Dentre as 399 cidades do estado, a cidade Telêmaco Borba-PR encontra-se na 17ª posição do *ranking* divulgado pelo IBGE (IBGE, 2019).

Pautados nas réguas desta pesquisa, o referencial teórico contextualiza sobre o desenvolvimento sustentável concatenado com os acordos mundiais sobre educação, e aos impactos que esses compromissos denotaram ao sistema de educação nacional, com foco no desenvolvimento das liberdades, vislumbrando oportunidades sociais essenciais para formalizar-se em equidade e igualdade de condições.

Deste modo, será necessário transitar sobre as políticas educacionais brasileiras e suas disposições. No Brasil as políticas educacionais estabelecem as normas jurídicas e delimitam a atuação de Municípios, Estados, Distrito Federal e União, instituindo competências e responsabilidades dos entes federados, a fim de garantir educação de qualidade para toda população (NASCIMENTO, 2017).

É de semelhante importância a compreensão de características específicas da cidade de Telêmaco Borba-PR, e análises aos dados municipais. Considerando os valores investidos em educação e os resultados alcançados pelo município através do sistema de educação municipal, além de compreender o contexto educacional sob ótica de autores sociais atuantes na gestão do sistema.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com vistas ao contexto apresentado, esta pesquisa inquieta com o arcabouço que o crescimento econômico pode abarcar se bem direcionado, gerando oportunidades sociais capazes de promover desenvolvimento individual e social, e conseqüentemente oportunizando o desenvolvimento sustentável da região. Desta forma, busca-se compreender:

Como o crescimento econômico tem impactado no desenvolvimento do Sistema de Educação Básica municipal de Telêmaco Borba-PR, considerando a Teoria Desenvolvimento das Liberdades?

1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Estudar a relação do Crescimento Econômico e do Sistema de Educação Básica do município de Telêmaco Borba-PR sob a perspectiva da Teoria Desenvolvimento das Liberdades.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Verificar a consonância do Plano Municipal de Educação em relação às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE;
- b) Analisar o Crescimento Econômico de Telêmaco Borba-PR frente aos investimentos realizados no Sistema de Educação Básica do município; e
- c) Verificar a articulação de recursos disponibilizados com a realização de projetos voltados à Teoria do Desenvolvimento das Liberdades.

1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA

A educação e o desenvolvimento estão inter-relacionados, sendo que a educação é um dos vetores principais que conduzem a liberdade dos indivíduos, capacitando-os para agir e decidir (SEN, 1999; RIOS, 2016).

O desenvolvimento previamente conceituado como avanços econômicos e tecnológicos, impactou sobremaneira em desastres ambientais e desigualdades, obrigando um redirecionamento global de conceitos de desenvolvimento, que aderiu a sustentabilidade como critérios para o desenvolvimento (RIOS, 2016).

Desta forma, a contribuição do crescimento econômico deve ser analisada não apenas como elevação de rendas privadas, mas pelas possibilidades de expansão e aprimoramento das oportunidades sociais como educação, saúde e transparência nas informações, sendo esses pontos fundamentais para o desenvolvimento (SEN, 1999; RIOS, 2016).

Essa pesquisa busca ressaltar o papel excepcional da educação em influenciar em todos os aspectos o desenvolvimento, proporcionando equidade, justiça social, desenvolvimento econômico, pessoal, social, regional, impactando na saúde e nas melhores condições, na conscientização ambiental e política, entre outros.

Estudos realizados por Sen (1999) em diversos países como: Japão, Coreia do Sul, Taiwan, apontam a importância da educação no desenvolvimento das liberdades substantivas, que é capacitada para o pleno desenvolvimento.

O desenvolvimentismo trouxe ao cenário político instrumentos de transformação institucional e econômica [...]. Com isso, cria condições para superar as limitações de base social do subdesenvolvimento e aponta a possibilidade de uma inserção autônoma do Brasil na economia mundial, superando a sua condição de economia periférica (BUCCI, 2013, p. 23).

Com base no caráter desenvolvimentista, para o qual as políticas públicas são articuladas, essa pesquisa será embasada na Teoria do Desenvolvimento como Liberdade, pontuando a importância da educação no desenvolvimento das liberdades substantivas dos indivíduos, e visando compreender como o sistema educacional tem se comportado.

As políticas públicas são elaboradas com a finalidade de alcançar resultados que visem a resolução de problemas sociais e promovam o bem-estar da sociedade, totalizando em ações, metas e planos de interesse público (BEZERRA, 2015). A ação pública colabora para mudança social, visando compensar as desigualdades (SILVA, 2014).

Pontualmente, é a multiplicidade de elementos que possibilita a educação de qualidade. Dentre os referidos elementos, destacam-se: a articulação jurídica do sistema público,

delimitando meios, objetivos e tempo para realização das metas; recursos compatíveis; gestão eficiente dos recursos e dos meios visando atingir os objetivos e metas pré-estabelecidos; pessoal capacitado e preparado para enfrentar os desafios na sala de aula e na rede de ensino; estrutura física e material didático de qualidade; além de incessante monitoramento e avaliações em todo sistema.

Caso o planejamento seja realizado inadequadamente, as políticas deixam de exercer seu papel de desenvolvimento e incorrem em gastos públicos desnecessários (BEZERRA, 2015).

Diante as assertivas anteriores, como justificativa prática, espera-se que a pesquisa subsidie uma visão mais aprofundada do desenvolvimento da educação básica municipal na cidade de Telêmaco Borba-PR, fator indispensável para o desenvolvimento individual e social. Compreendendo desde subsídios reais para financiamento da educação pública, às disposições políticas e sociais. Além de contribuir para compreensão geral de como as liberdades aqui descritas são fortemente impactadas por oportunidades sociais, como educação, e o impacto que ela possui sobre os outros tipos de liberdades aqui mencionados. Visando o caráter constitutivo da educação no desenvolvimento sustentável, conforme o especificado por Sen (1999 p. 8).

Observar a educação com lentes desenvolvimentistas, permite visualizar o intuito da ação governamental, com base em seus fundamentos de política pública estatal, além de expor a necessidade do controle de recursos públicos destinados à educação e desmistificar questões do financiamento à educação (NUNES, 2016).

Embora a legislação tenha estabelecido órgãos de fiscalização e acompanhamento aos recursos destinados à educação, são inúmeras as dificuldades encontradas no desenrolar dessas atividades. Muniz (2017) relata que a forma de funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB é ineficiente, pois depende de recursos materiais e logístico do executivo, o que não lhe garante autonomia total; e o Tribunal de Contas, órgão competente definido para a fiscalização, embora possua autonomia orçamentária, também encontra dificuldades com relação ao controle dos recursos educacionais. A autora é membro do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

O atual Plano Nacional de Educação, vigente de 2014 a 2024, estabelece 20 metas e 254 estratégias, contemplando todas as modalidades da educação. Dentre as metas, destacam-se a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação de desigualdades educacionais, melhoria na qualidade da educação, valorização dos profissionais da educação (ATRICON-IRB, 2016).

Algumas metas já alcançaram o prazo prescrito, outras ainda estão previstas para até 2024. A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa ATRICON-IRB (2016), ressaltam que o alcance das metas estabelecidas no plano depende do comprometimento de todos.

Desta forma, para o cumprimento das metas estabelecidas, faz-se necessário, conforme mencionado pela ATRICON-IRB (2016), que os entes federados: priorizem a criação ou alinhamentos dos seus respectivos planos de educação em consonância com o PNE; que seus planos plurianuais estejam em acordo com o PNE; obtenham dotação orçamentária compatível com a demanda estabelecida; e aplicação eficiente desses recursos para alcance dos resultados. Além disso, órgãos fiscalizadores cumprindo com suas responsabilidades, e da participação assídua da sociedade.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP ressalta a importância do monitoramento e avaliações contínuas do plano nacional em vigência, com mobilização e participação social (INEP, 2020).

Diante do exposto, mesmo com inúmeros e relevantes dados que as pesquisas sobre o sistema educacional apresentam, é necessário olhar consistente e cauteloso de todos para a educação. Buscando vislumbrar todo arcabouço da ação governamental, desde as políticas elaboradas, até a efetivação da gestão e consolidação de resultados.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO NO PROGRAMA

Esse trabalho associa-se à linha de pesquisa de Inovação e Tecnologia do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração (PPGADM-UNICENTRO), uma vez que alcançar o desenvolvimento sustentável baseando-se nos preceitos da Teoria do Desenvolvimento das Liberdades é um desafio que exige constante inovação.

Mesmo com a evolução da sociedade, é notável que sem o aprimoramento das capacidades individuais na propensão de impactar as liberdades substantivas, descritas nessa abordagem teórica, se torna incompatível o alcance dos pilares de ordem ambiental e econômico, delineados pelo arcabouço teórico do Desenvolvimento Sustentável.

O crescimento econômico, e rendas concentradas em mãos de minorias, não podem ser de forma alguma entendida como desenvolvimento econômico, se não amplia as oportunidades desfrutadas pelos participantes da sociedade (SACHS, 2004). Sendo imprescindível para alcançar o desenvolvimento, uma sociedade preparada, amparada em aspectos de igualdade, equidade e justiça social. E esse preparo deve começar já na tenra infância.

Devido aos enormes desafios delineados para o desenvolvimento, as próprias políticas públicas brasileiras amparam-se na necessidade de desenvolvimento tecnológico e inovativos para sua efetividade. Com vista à educação, observa-se que para alcançar os objetivos e metas estabelecidos no PNE 2014-2024, exige-se da administração pública local inovações na implantação do plano, na mensuração e acompanhamento do sistema de ensino. Bem como o PNE orienta às escolas e municípios a desenvolverem instrumentos de avaliação e monitoramento para a visualização sistêmica das metas e objetivos estabelecidos (BRASIL, Lei 13.005 de 2014).

Desta forma, as inovações tanto na implementação de medidas pedagógicas, quanto no monitoramento e avaliação são indispensáveis para o sucesso do plano vigente e devem ser percebidas durante essa pesquisa. Concomitantemente, vislumbra-se ampliar a visão sobre a situação real da educação básica de responsabilidade municipal na cidade de Telêmaco Borba-PR, compreendendo as reais capacidades de investimento do município e sua aplicabilidade.

A pesquisa visa apresentar as dificuldades percebidas pelos gestores na concretização das metas estabelecidas pelo PNE. Estima-se colaborar com a gestão pública e à sociedade civil no que tange à transparência de informações relevantes ao desenvolvimento integrativo dos municípios. Cumprindo assim com os requisitos do programa com o intuito de desenvolver pesquisas que visem colaborar com a sociedade.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O documento está dividido em cinco capítulos, como segue:

1. **Introdução** – apresentando as motivações e ideias que norteiam e delimitam a dissertação, com a problemática e os objetivos geral e específicos, para os quais essa pesquisa se propõe.
2. **Referencial Teórico** – descreve os conceitos nos quais fundamentamos este estudo, seguindo bases de Desenvolvimento Sustentável na perspectiva do Desenvolvimento das Liberdades, Políticas Educacionais, Características do Município de Telêmaco Borba-PR.
3. **Procedimento Metodológico** – apresenta detalhadamente a abordagem metodológica utilizada demonstrando como a pesquisa foi planejada.
4. **Apresentação e análise dos dados** – elenca os dados levantados através desta pesquisa, apresentando como a gestão pública tem articulado os recursos e os projetos para o desenvolvimento educacional no município de Telêmaco Borba-PR.

5. **Conclusão** – traz a visão do autor e as respostas encontradas para o problema delimitado no início desta pesquisa em cumprimento dos objetivos estabelecidos para esse trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

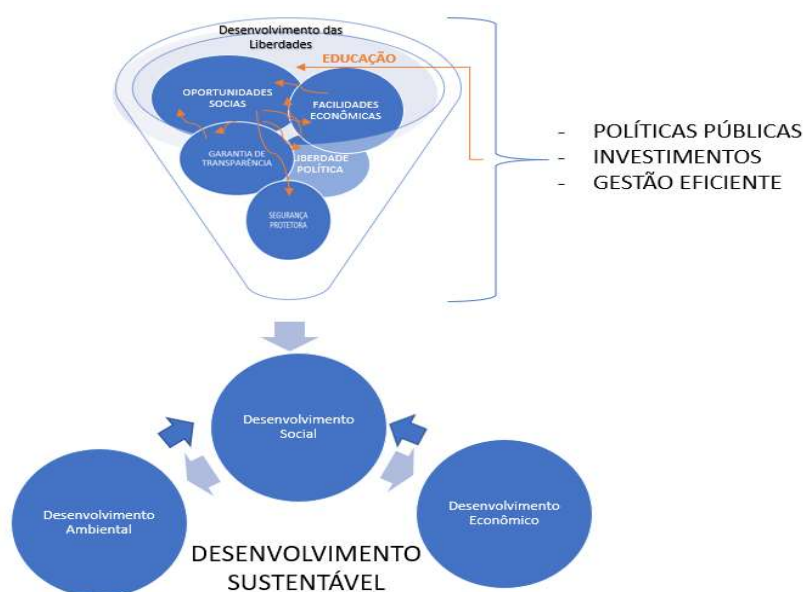
O referencial teórico abrange o contexto das preocupações mundiais com o desenvolvimento sustentável vinculado à educação como ponto primordial para o desenvolvimento. Na sequência é observado as articulações políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável no que tange a educação no Brasil, o que a leva a caminhos do desenvolvimento das liberdades explanados por Amartya Sen, o autor respalda as liberdades substantivas como motor principal para o desenvolvimento.

Segue-se então para explanação das políticas públicas do sistema educacional do Brasil, fazendo uma breve menção sobre a história da educação no país, para então pontuar as políticas atuais.

O último ponto do referencial teórico apresenta a cidade de Telêmaco Borba-PR, buscando demonstrar algumas de suas características sociais e econômicas relevantes para essa pesquisa.

A pesquisa foi realizada conforme o modelo teórico apresentado na Figura 1, analisando aspectos de políticas públicas, investimento e gestão da educação municipal vislumbradas pela teoria do Desenvolvimento das liberdades. O Desenvolvimento das liberdades é ponto primordial para o desenvolvimento individual e social e possui ampla relação com o desenvolvimento econômico e ambiental.

Figura 1 – Modelo teórico



Fonte: Elaborado pelos autores, (2020).

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UMA PERSPECTIVA MUNDIAL

O crescimento industrial e os impactos ambientais descontrolados trouxeram nova perspectiva para o conceito de desenvolvimento, antes avaliado apenas pelo crescimento econômico.

Na década de 80 preocupações com a conservação da biodiversidade planetária, fomentadas pelos esforços da União Internacional para Conservação da Natureza trouxeram debates sobre sustentabilidade, depois da publicação do relatório da Comissão de Brundtland “Nosso futuro comum” publicado em 1987 (QUENTAL et al., 2010).

O relatório conceitua desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender as necessidades presentes sem comprometer as possibilidades de futuras gerações (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Entrelaçando objetivos de desenvolvimento econômico e social para alcançar a sustentabilidade, sendo assim, o desenvolvimento deve conotar em transformação progressiva da economia e da sociedade (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

De acordo com Elkington (2012), o desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental, o autor menciona que o desenvolvimento sustentável é uma proposta de diversos líderes políticos e corporativos como solução para problemas de ordem internacional.

Enfatiza-se no relatório preocupações com equidade social tanto a gerações futuras, quanto presentes, considerando que políticas de desenvolvimento devem cogitar em possibilidades de acesso a recursos e à distribuição de custos e benefícios. O desenvolvimento sustentável compreende que todos tenham suas necessidades básicas atendidas, que todos tenham oportunidades para satisfazer suas aspirações (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Então a Assembleia Geral, convocada em 1989 para rever e discutir o contexto do meio ambiente e desenvolvimento, como o previsto pelo relatório de Brundtland, culminou em um compromisso político mundial adotado por países membros da Organização das Nações Unidas – ONU. O documento denominado Agenda 21 (global) estabelece objetivos de acordo com áreas estratégicas (dentre elas a educação infantil) para o desenvolvimento sustentável, visando a melhoria na qualidade de vida global e preservação do meio ambiente.

A Agenda 21 destaca a importância da criança no desenvolvimento sustentável, conceituando que os governos devem atuar na implementação de programas destinados a

alcançar metas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento, em especial considerando a saúde, nutrição, educação, alfabetização e mitigação da pobreza (UNCED, 1992).

Concomitantemente, a Conferência de Jomtien, em 1990, cria um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, denominada Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O documento realça a educação como direito fundamental de todos e sua contribuição para o desenvolvimento ambiental, social, econômico e cultural.

Posteriormente, no ano de 2002, em Conferência organizada pela ONU, líderes mundiais reafirmaram o compromisso de colocar em prática os objetivos para o desenvolvimento sustentável, através da conhecida Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável. Através da declaração firma-se o compromisso em desenvolver uma sociedade global igualitária, equitativa e solidária, voltadas para dignidade humana (ONU, 2002). Assumindo coletivamente a responsabilidade no desenvolvimento dos três pilares da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento ambiental.

Em 2015, os países ampliaram os 8 objetivos firmados em meados de 2000 intitulados de Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, os atuais 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável acordados na data devem ser alcançados até o ano de 2030, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Os Objetivos para o desenvolvimento sustentável



Fonte: ONU, (2020).

Observa-se que a Educação de Qualidade é tema central no desenvolvimento, tanto denotando em um objetivo específico, quanto no impacto que possui para concretização dos demais objetivos.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EDUCAÇÃO EM FOCO – BRASIL

A partir dos documentos firmados, líderes de países membros da ONU assumiram a responsabilidade de elaborar políticas e programas para o desenvolvimento dos objetivos estabelecidos.

A Agenda 21 Brasileira, foi elaborada entre os anos 1996 e 2002, pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, contando com mais de 40 mil envolvidos em sua formulação (COMISSÃO DE POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL, 2004). Destacou-se como eixo central para sustentabilidade a conservação ambiental, justiça social e o crescimento econômico (COMISSÃO DE POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL, 2004). O documento reafirma o compromisso estabelecido na Conferência de Joanesburgo em 2002, que ressalta a educação como prioridade máxima, devendo iniciar já nos primeiros anos de vida.

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada no ano de 1996 através da Lei n. 9.394, foi elaborada com base nos compromissos firmados pelo Brasil citados anteriormente, no artigo 87 § 1º orienta que o Plano Nacional de Educação contemple 10 anos e esteja em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

A elaboração destes, conotam os compromissos assumidos pelo Brasil junto aos demais países membros da ONU sobre o desenvolvimento, e ressaltam os esforços necessários na educação para o alcance dos objetivos mundiais e nacionais.

Quental et al., (2010), destaca quatro princípios para sustentabilidade: (1) princípio dos limites: garantir que a economia humana esteja abaixo das necessidades da biosfera, garantindo a manutenção dos sistemas; (2) princípios de meios e fins: O crescimento econômico não tem um fim em si, precisa colaborar para o desenvolvimento da sociedade; (3) princípio das necessidades: cada sistema e cada ser humano possuem necessidades mínimas e essas devem ser satisfeitas; (4) princípio da complexidade: os sistemas são complexos, dependem de múltiplos equilíbrios estáveis e comportamentos não lineares, e que podem entrar em colapso caso seus limites sejam atingidos.

Dentre esses princípios seguimos por caminhos dos princípios dos meios e fins voltados para princípios das necessidades, abordando as perspectivas do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.

2.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: O CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O enfoque do desenvolvimento como liberdade defendido por Sen vai além do reducionismo que traduz desenvolvimento com o crescimento do PIB ou de rendas pessoais, a liberdade estende-se a variáveis mais complexas, como disposições sociais e econômicas (por exemplo saúde e educação) e direitos civis (participação a discussões e averiguações públicas) (SEN, 1999).

Sendo assim, as vantagens advindas de mecanismos de mercado devem ser aplicadas para criação e aprimoramento de oportunidades sociais com fim de equidade e justiça social (SEN, 1999, p. 135).

A visão fundamental do desenvolvimento destacados por Sen (1999), denota a larga importância de liberdades substantivas (participação social, oportunidades econômicas, poder social, acesso à educação básica e assistência médica de qualidade) que são componentes constitutivos do desenvolvimento. Entende-se por liberdades substantivas a capacidade de ação e decisão aliadas à oportunidade de exercê-las efetivamente (SEN, 1999; RIOS, 2016).

Sachs (2004) ressalta que o desenvolvimento sustentável se respalda em critérios de ética e solidariedade com gerações presentes e gerações futuras, em critérios de sustentabilidade social, ambiental e econômica.

O Estado possui papel fundamental no desenvolvimento, Sachs atribui a ele três principais funções.

(1) Articular os espaços de desenvolvimento, desde nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao transnacional (que deve ser objeto de uma política pública cautelosa de interação seletiva, subordinada a uma estratégia de desenvolvimento endógeno); (2) Promoção de parcerias entre todos os atores interessados [...]; (3) Harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio de planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando o equilíbrio entre sustentabilidade [...] (SACHS, 2004, p. 11).

É notável que as cinco liberdades substantivas descritas por Sen como vitais para o processo de desenvolvimento, também podem ser fomentadas pelo Estado e fortalecidas pela participação social. Ressalta-se: 1) Liberdades políticas; 2) Facilidades Econômicas; 3) Oportunidades Sociais; 4) Garantia de transparência e 5) Segurança protetora (SEN, 1999).

O desenvolvimento ocorre mediante a expansão de liberdades reais, respaldado no efetivo exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, considerando o direito coletivo e o meio ambiente (SEN, 1999). O desenvolvimento das liberdades é visto neste contexto como principal fim e meio para o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, para que aconteça o desenvolvimento de fato, é necessário combater fatores de privações econômicas e sociais. Nesses moldes, atingir níveis satisfatórios de qualidade nos serviços públicos prestados à população, como saúde, educação e segurança, dentre outros (SEN, 1999).

Essas oportunidades sociais influenciam não só na capacidade individual, mas concede autonomia para o indivíduo participar mais efetivamente política e economicamente.

Rios (2016), descreve que o verbo educar deriva etimologicamente dos vocábulos latinos *educare e educere*, que visam processos de desenvolvimento de capacidades físicas, intelectual e moral da pessoa. O autor menciona a educação como via de desenvolvimento das capacidades, que são essenciais para tomada de decisão, exercer ética e criticamente a cidadania e operar tecnologias (RIOS, 2016).

Países como Coréia do Sul e Colômbia, que optaram pela rápida expansão educacional, apresentam desempenho relevante no que se refere a desigualdade salarial e educacional (BARROS, HENRIQUE, MENDONÇA, 2002). Tendo como exemplo o planejamento da Coréia do Sul, que apresentou elevado crescimento econômico nas últimas décadas, percebe-se que em primeiro momento houve a priorização da educação primária e gradativamente contemplaram o nível médio e ensino superior (MILTONS; MICHELON, 2008).

O crescimento do Japão deu-se também por meio da intensificação de oportunidades sociais na área da educação, o país mesmo antes da industrialização já apresentava taxas de alfabetização mais elevadas do que as europeias, tendo seu desenvolvimento econômico claramente favorecido pelo desenvolvimento de recursos humanos (SEN, 1999).

Exemplos como este demonstram a importância de priorizar a educação, com planejamentos que contemplem todas as etapas do ensino, desde a base até o ensino superior. Sen (1999, p. 3) atribui à discussão pública como principal veículo capaz de promover a mudança social e progresso econômico. Quando os indivíduos possuem oportunidades sociais adequadas, eles tornam-se capazes de traçar seu próprio futuro e contribuir com os demais (SEN, 1999).

Dentre os processos para o desenvolvimento discutidos por Sen e Jeán Drèze, destacam-se dois, o primeiro funciona mediante ao crescimento econômico e expansão da prosperidade econômica em serviços sociais como educação e saúde; e a segunda o processo é conduzido por programas de rápida manutenção de serviços sociais mesmo quando não possuem crescimento econômico (SEN, 1999). Os investimentos nestas áreas segundo os autores reduzem drasticamente a mortalidade, melhoram a qualidade de vida, expandem as oportunidades e possibilita o indivíduo a conquistar melhores rendas.

Na perspectiva das liberdades as pessoas devem ser vistas como ativamente envolvidas, e não apenas como beneficiárias passivas de programas sociais, o estado e a sociedade têm papel importante na proteção e fortalecimento das capacidades humanas.

Capacidade refere-se a liberdade da pessoa ou do grupo, promover ou alcançar valores fundamentais para realizar (ALKIRE, 2002).

Alkire (2002), em análise sobre as dimensões para o desenvolvimento humano, relata a diversidade de capacidades consideradas essenciais por diversos grupos e regiões. Desta forma destaca que, a identificação de razões básicas para ação é válida multiculturalmente, considerando aspectos de decisões em processos participativos.

Para que o desenvolvimento das capacidades humanas se torne um objetivo operacional viável, estruturas de planejamento, monitoramento e avaliação devem ser constantes e revisadas (ALKIRE, 2002). Para Sen (1999 p. 134) “o dispêndio público na geração de capacidades básicas deve ser avaliado dentro de ampla estrutura de objetivos sociais.”

Sen (1999, p. 2) destaca a necessidade de análise integrada nas atividades econômicas, sociais e políticas. As discussões públicas e a participação social, são fundamentais para a elaboração de políticas públicas em abordagens orientadas para o desenvolvimento das liberdades.

O autor descreve que o aumento das capacidades pode ser influenciado por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do indivíduo, da mesma forma que indivíduos com amplas capacidades influenciam nas políticas públicas.

As lentes utilizadas para essa pesquisa voltam-se às oportunidades sociais, entendendo-a como processos que potencializam as liberdades em ações e decisões.

2.4 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

As políticas públicas visam descrever regras, normas, metas, objetivos para coordenar a vida em determinada região. Nesses moldes ela procura garantir direitos e deveres que devem ser cumpridos para garantir equilíbrio no sistema, melhorar a vida das pessoas e promover desenvolvimento.

Política pública é definido por Bucci (2013) como programa de ação governamental, que resulta de processos jurídicos regulamentados, com o intuito de coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, a fim de alcançar objetivos valorados socialmente, em tempo pré-determinado para sua execução e alcance dos resultados.

No que se refere a ação pública Silva (2014) ressalta:

A ação pública contribui para a mudança social, para a resolução de conflitos, para os ajustamentos entre diferentes grupos e interesses, mas visa igualmente repartir recursos e compensar as desigualdades. A interação entre autoridade pública e atores sociais mais ou menos bem organizados é, portanto, central para a ação pública (SILVA, 2014, p. 23).

Para Bucci (2013), o real sentido na ação governamental, está em articular meios e competências para alcançar os objetivos estipulados através das políticas públicas.

Todavia, no que se refere a educação, as políticas públicas devem buscar a equidade e a justiça social, garantindo a todo cidadão direito iguais de oportunidades, promovendo liberdade de escolha e participação. Para tanto, a educação deve ser ofertada seguindo padrões de qualidade.

A educação de qualidade é o resultado entre a eficácia e a eficiência das políticas públicas e da gestão educacional; as políticas devem conotar o atendimento às necessidades sociais e políticas da população, e a gestão está alinhada com objetivos traçados através das políticas públicas, a fim de garantir meios e recursos para o cumprimento das metas (SILVA, 2014).

A efetividade educacional, tem como característica essencial o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas, capaz de promover a justiça social, garantindo o direito de educação de qualidade para todos (SILVA, 2014).

As políticas em educação no Brasil tinham enormes dificuldades para serem colocadas em prática devido à falta de investimento. Pontes (2015), pontua que muitos dos Estados e Municípios brasileiros não possuíam capacidade suficiente para melhorar seu sistema de ensino.

Silva (2014) retrata que as políticas públicas atuam em duas dimensões:

De um lado, uma dimensão sistêmica opera no âmbito dos processos de coordenação das ações governamentais e dos comportamentos sociais: as ações são implantadas pelo aparelho administrativo que afeta os comportamentos dos cidadãos. As políticas públicas colocam em relação os atores, redefinindo essas relações e agindo sobre seus comportamentos. De outro lado, as políticas públicas agem também no âmbito mundial das representações globais, na medida em que elas definem os objetivos de ação, propõem certa hierarquia de normas e veiculam os valores e percepções da realidade social. Assim, uma política pública não é somente um conjunto de objetivos estratégicos reorganizando os sistemas de ação, mas constitui igualmente um trabalho intelectual sobre a estrutura de valores, normas e representações sociais que dominam a definição de um problema social (SILVA, 2014, p. 44).

Nas últimas décadas, percebe-se uma crescente pressão social sobre as intenções e formalização das ações governamentais, o que tem colocado as políticas públicas no “holofote”

das discussões de pesquisadores, intelectuais e da sociedade civil. Precisamente na área da educação é perceptível uma discussão entre diversas esferas do conhecimento, cada qual trazendo suas contribuições.

Bezerra (2015) destaca que para atingir os objetivos, desde o período da redemocratização houve grandes mudanças na legislação educacional como:

A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, em 1996; adoção dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, em 1996; do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, em 1996; do Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB), em 2005; e mais recentemente, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, de 2007; do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, 2007 e implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, de 2013, entre outros (BEZERRA, 2015, p. 27).

Destaca-se além desses citados o atual Plano Nacional de Educação com vigência de 2014 a 2024, aprovado através da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

Ao observar estas legislações nota-se que o aprimoramento de políticas públicas na área da educação data após acordos assinados mundialmente pelos governos brasileiros, compartilhando em tese dos mesmos princípios de desenvolvimento, porém buscando resolver problemas exclusivos da sua realidade. Silva (2014) ressalta que ao longo desse período, houve forte intenção em redefinir o papel do Estado, na busca por efetividade dos serviços públicos, denotando à educação papel central para alcançar o desenvolvimento sustentável (SILVA, 2014).

Silva (2014) apresenta três dimensões da eficiência educacional:

1) *eficiência da alocação*: estabelece uma relação entre os insumos empregados no processo e os objetivos finais da intervenção; 2) *eficiência produtiva*: quando se obtém a máxima quantidade de *output* com uma quantidade determinada de insumos; 3) *eficácia*: mede o grau de consecução dos objetivos de uma intervenção com *outputs* determinados (SILVA, 2014, p. 97).

Ou seja, para garantir educação de qualidade, são necessárias eficiência e eficácia, desde a disponibilização de recursos suficientes, capacidade produtiva (tanto no que se refere às estruturas, quanto ao que se refere a capacitação) resultando em metas e objetivos atingidos.

Bucci (2013), salienta a impossibilidade de oferecer educação de qualidade a milhões de brasileiros, sem articular os meios como: políticas públicas, organização de política e de recursos, da disponibilização de pessoal capacitado para colocá-las em prática. Para alcançar os melhores resultados é imprescindível a articulação entre os sistemas e recursos visando atingir objetivos e metas bem delimitados.

2.4.1 História do Financiamento da Educação no Brasil

A primeira Constituição brasileira que instituiu a gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos foi promulgada em 1824, porém não garantia obrigatoriedade e nem o direito de exigí-la do Estado (BEZERRA, 2015).

O fim da década de 1920 é marcado por crises e revoluções. Em 1930, inicia-se um novo período da história brasileira com o fim da Primeira República e início do Estado Getulista (que se estendeu até 1945). Neste ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e houve uma reorganização do sistema educativo de cima para baixo (FAUSTO, 2002, p.337 *apud* POLENA, 2016).

Muniz (2017) salienta que embora a Constituição Federal - CF de 1824 já frisava o ensino primário gratuito o marco da intervenção estatal para o sistema de educação foi em 1934.

Em 1934, a Constituição Federal estabeleceu como responsabilidade da União traçar diretrizes para educação nacional (art. 5), estabelece o percentual mínimo de aplicação das receitas resultantes de impostos em MDE, sendo 10% para União e Municípios e 20% Estados e Distrito Federal (art. 156), fixou a criação do plano nacional de Educação e gratuidade do ensino primário (art. 150), e determinou a criação dos fundos para educação (art. 157) (BRASIL, 1934).

Porém, três anos após sua promulgação, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil em novembro de 1937, retrocedeu com os avanços da educação, lançando para família o dever da educação integral da prole, ficando o estado responsável apenas por aqueles que não tivessem condições de arcar com a educação particular (art. 125) (BRASIL, 1937).

Com a queda do então presidente Getúlio Vargas, em 1945, o General Eurico Gaspar Dutra promulgou uma nova constituição que repercutiu na retomada de pontos da CF/1934 e dos avanços democráticos (POLENA, 2016).

Com a promulgação da Constituição de 1946, restabeleceu-se a gratuidade da educação primária para todos (art. 150), porém o ensino posterior ao primário era gratuito apenas para quem comprovasse falta ou insuficiência de recursos para obtê-la de forma particular (art. 168). Elevou-se os valores de investimento em MDE para os Municípios, Estados e Distrito Federal em 20%, manteve-se os 10% de responsabilidade da União, das receitas resultantes de impostos (art. 169).

A Lei nº 4.024 de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ampliou o percentual mínimo de investimento da União em MDE para 12%, para Estados, Municípios e Distrito Federal os percentuais mantiveram-se.

A CF de 1967 retirou a vinculação dos recursos para MDE, e só restabeleceu novamente com a Emenda Constitucional - EC nº1 de 11 de outubro de 1969 obrigatoriedade de vincular o percentual mínimo de 20% aos municípios, referente a receita de impostos e transferências constitucionais. Quatro anos depois a EC nº 24, de dezembro de 1983, reportou mais uma vez à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a vinculação dos recursos, sendo definido 13% para União e 25% para Estados, Distrito Federal e Municípios (BEZERRA, 2015).

As constituições anteriores a 1988, embora saliente-se a educação como direito de todos, não garantia esse direito a todos de forma gratuita.

2.4.2 Políticas Públicas de Educação no Brasil – A partir da Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 trouxe várias conquistas à sociedade democrática de direito. A partir da década de 80 houve grandes avanços no sistema educacional no Brasil, autores mencionam a forte influência da sociedade na busca por qualidade educacional, equidade e justiça social, a União ficou condicionada a investir 18% da sua receita de impostos em educação. Ampliou o acesso e universalização do ensino fundamental, afirmando a educação como direito social, civil e político e obrigatoriedade progressiva ao ensino médio (POLENA, 2016).

Bezerra (2015), menciona que neste período houve descentralização da educação, com demarcação clara das responsabilidades dos entes federados nas diferentes instâncias, e que antes União, Estados e Municípios tinham autonomia para atuar em diferentes etapas da educação.

Silva (2014) relata que a responsabilidade pela educação básica sempre esteve centralizada nos Estados, e o ensino superior à União, desta forma, com redemocratização os municípios foram convocados a atuar nas primeiras etapas da educação básica.

Outro ponto relevante que influenciou fortemente as políticas públicas a partir de então foi a globalização. Cobranças da sociedade repercutindo em elevado grau de intervenções públicas na vida das pessoas, visando resolver problemas de ordem social, econômica e ambiental (SILVA, 2014).

Com a Constituição Federal de 1988 os Municípios conquistaram maior autonomia político-administrativa, podendo elaborar sua própria Lei Orgânica (BEZERRA, 2015). Ressalta-se que a lei orgânica municipal, deve estar em consonância com a Constituição Federal e Estadual, mas garante ao ente federado autonomia.

Arretche (2004), salienta que ao adquirir autonomia política e fiscal, Estados e Municípios ficam possibilitados em elaborar suas próprias agendas sociais e que as relações

verticais entre União, Estados e Municípios se caracterizam pela independência dos entes federados.

Essa característica do federalismo ampliou as diferenças intra e inter-regionais de investimentos em educação, conotando ainda maiores desigualdades no sistema de ensino no Brasil. Municípios e estados com melhores condições financeiras tinham grande disponibilidade de recursos para investimentos em educação, enquanto outros não tinham condições de sustentar o sistema de ensino.

As desigualdades horizontal e vertical de capacidade de gasto da federação brasileira implicam diferenças na carreira e nos salários dos professores, na natureza e qualidade dos serviços educacionais, bem como no nível de gasto/aluno (ARRETCHE, 2004).

Visando corrigir essas divergências, garantir equidade e justiça social, a política dos fundos desenhou um novo modo de financiamento da educação.

Arretche (2004) justifica que a coordenação federal de programas sociais é necessária tanto para coordenação das decisões de governos locais, quanto para resolver problemas de desigualdade de recursos entre Estados e Municípios.

As novas regras buscam melhorar o modelo de distribuição dos recursos públicos, vinculando a quantidade de recursos a quantidade de alunos matriculados na rede de ensino (BEZERRA, 2015).

Bezerra destaca que a reforma do sistema educacional no Brasil, no que se refere a municipalização da educação básica, foi influenciada pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BEZERRA, 2015). O que aponta para preocupações com desenvolvimento sustentável.

Silva (2014) também destaca a forte influência da sociedade civil na área da educação.

No Brasil, podemos afirmar que as recomendações multilaterais acordadas na área da educação, por meio de conferências, declarações, acordos e/ou parcerias em projetos setoriais, foram empreendidas e transformadas em ações, tais como publicitação das políticas sociais, a terceirização na elaboração dos projetos de avaliação institucional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a instituição do FUNDEF, como mecanismo de descentralização/municipalização na gestão da educação (SILVA, 2014. p. 46).

Em 1996 foi sancionada a Lei 9.394 conhecida como Lei de diretrizes e bases da educação – LDBEN/96, dispõe que a União em consonância com Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecerá custo mínimo por aluno com finalidade de assegurar ensino de qualidade (BRASIL, 1996, art. 74).

No mesmo ano a Emenda Constitucional nº 14, regulamentada pela Lei 9.424 de 1996, implantou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de

Valorização do Magistério – FUNDEF que vigorou de 1998 a 2006, fundo estadual de natureza contábil, responsável pela vinculação de 15% dos recursos destinados à educação e subdivisão aos entes federados, estabeleceu um valor mínimo por aluno matriculado no sistema de ensino, visando desta forma a diminuição da desigualdade social.

A política do FUNDEF colaborou com a municipalização da educação básica, devido às articulações projetadas em seu funcionamento, que incentivou os municípios a desenvolverem rapidamente seus sistemas educacionais (BEZERRA, 2015).

O fundo com duração de 10 anos, teve como principal objetivo a universalização do ensino fundamental e a valorização dos profissionais de magistério envolvidos nessa etapa da educação (NASCIMENTO, 2017). Contemplando desde plano de carreira, melhoria de salários até a capacitação continuada dos profissionais.

Para Bezerra (2015) às regras estabelecidas pelo FUNDEF não instituem em oferecer incentivos aos municípios que ofertam o ensino fundamental, ao invés, criou a possibilidade de retirar recursos daqueles que não cumprissem com a obrigação da oferta da educação básica.

Arrette (2004), defende que o governo federal para garantir que seus objetivos em relação à educação fossem alcançados, adotou a estratégia de vincular a disponibilização dos recursos financeiros com matrículas efetivadas na rede de ensino, através de obrigação constitucional, desta forma influenciando os governos locais.

O FUNDEF através da EC nº14 de setembro de 1996 (art. 5) estipulou que 15% da receita dos impostos de FPE, FPM, ICMS, IPlexp, ITCMD, IPVA e ITR, arrecadados por Municípios e Estados fossem direcionados de forma automática ao fundo, e distribuídos aos entes federados relativos a cada fundo conforme o número de alunos matriculados na respectiva rede de ensino.

Além disso, o FUNDEF concedeu prazo para que os Municípios, Estados e Distrito Federal elaborassem o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério (BRASIL, 1996).

Para direcionar a gestão da educação pública no Brasil, ficou estabelecido através da LDBEN/96 (art. 9, inciso I) que a União, com a colaboração dos Estados e Municípios devem elaborar o Plano Nacional de Educação, com vigência de dez anos, constando nesta, as diretrizes e metas para a educação, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (art. 87, inciso I).

Bollmann (2010) ressalta a importância da sociedade organizada na elaboração das políticas públicas educacionais, destacando a elaboração do Plano Nacional da Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, que embora não tenha sido sancionada, foi apresentada ao congresso nacional em 3 de dezembro de 1997, tornando-se Projeto de Lei - PL 4.155/1998, a

proposta foi elaborada através de discussões realizadas durante dois anos pelo Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública – FNDEP. Segundo a autora, após esse fato o Ministro da Educação Renato de Souza enviou à Câmara dos Deputados, a proposta oficial PL 4.173/98 em 11 de fevereiro de 1998, deste modo o movimento impulsionou o governo a agir de forma rápida na elaboração do primeiro Plano Nacional da Educação.

Apenas em janeiro de 2001, foi promulgada a Lei 10.172 que aprova o primeiro Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência de 2001 a 2011. Para Bollmann (2010) o plano não alcançou os objetivos e metas que estabeleceu, devido à falta de financiamento, a autora menciona que na aprovação da PNE houve negligência do governo para o cumprimento das metas, com vetos por parte do presidente da república às cláusulas que envolviam financiamento. A ATRICON-IRB (2016), partilha da mesma opinião de Bollmann (2010) quando menciona que os resultados foram muito inferiores ao planejado, devido à falta de financiamento.

Para Nascimento (2017) o FUNDEF, também demonstrou algumas limitações quanto aos desafios de superar desigualdades regionais e sociais.

2.4.3 Atuais Políticas Educacionais

Com o término do prazo de vigência previsto para o FUNDEF e verificadas algumas limitações em dezembro de 2006 a EC n° 53 trouxe providência a políticas dos fundos. Em junho de 2007 foi promulgada a Lei n° 11.494 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e em novembro de 2007 o Decreto n° 6.253 regulamentou a política do FUNDEB e deu outras providências.

O FUNDEB assim como o FUNDEF, é um fundo especial de natureza contábil, criado pelo Governo Federal com a finalidade de estabelecer um padrão mínimo de qualidade educacional, em todas as cidades. Os impostos vinculados ao fundo estão especificados no Quadro 1.

Quadro 1 – Impostos vinculados ao FUNDEB estados e municípios

| ESTADOS | MUNICIPIOS |
|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| FPE – Fundo de Participação dos Estados | FPM – Fundo de Participação Municipal |
| ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços | ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IPI – Exp – Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação | IPI-Exp – Impostos sobre produtos Industrializados para Exportação |
| IPVA – Impostos sobre Propriedade de Veículos Automotivos | IPVA – Impostos sobre propriedade de Veículos Automotores |
| Recursos da desoneração de exportação que trata a LC87/1996 – Lei Kandir | Recursos da desoneração de exportação de que trata a LC 87/1996 – Lei Kandir |
| ITCMD – Impostos sobre Transmissão de Causa Mortis e Doação | |
| | ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural |

Fonte: CNM- Confederação Nacional dos Municípios, (2014).

Silva (2014) destaca a vinculação dos impostos como peça-chave na aplicação do fundo, assim como a delimitação efetuada para MDE e para o pagamento de profissionais da educação, valorizando esse quadro de profissionais. Para a autora, essas atribuições constitucionais colaboram na eficiente distribuição dos recursos, dado a vasta extensão territorial e a complexa estrutura federativa.

Os recursos vinculados são captados de forma automática, conforme percentual descrito no Quadro 2.

Quadro 2 – Percentual de recursos enviados por estados e municípios para o FUNDEB

| Receita/Ano | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 a 2020 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|
| FPE | 16,66% | 18,33% | 20% | 20% |
| FPM | 16,66% | 18,33% | 20% | 20% |
| ICMS | 16,66% | 18,33% | 20% | 20% |
| IPlexp | 16,66% | 18,33% | 20% | 20% |
| Desoneração Exportações | 16,66% | 18,33% | 20% | 20% |
| ITCMD | 6,66% | 13,33% | 20% | 20% |
| IPVA | 6,66% | 13,33% | 20% | 20% |

| | | | | |
|-------------------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------------------------------------|
| ITR – Cota Municipal | 6,66% | 13,33% | 20% | 20% |
| Complementação da União | R\$ 2 bilhões | R\$ 3,2 bilhões | R\$ 5,1 bilhões | 10% da contribuição de estados e municípios |

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Funcionamento, (2020).

Integram o FUNDEB 27 fundos (um para cada Estado e Distrito Federal), após a entrada dos recursos no fundo do Estado, o FUNDEB efetua a divisão dos valores considerando o quantitativo de alunos matriculados no ano anterior para cada município, a redistribuição desses recursos é efetuada conforme agenda estabelecida, obedecendo sempre o valor mínimo anual por aluno, conforme o previsto no art. 9 da Lei nº 11.494/2007.

Essa articulação quanto à forma de distribuição de recursos incentiva os municípios a ofertarem cada vez mais vagas, nas diversas modalidades da educação básica.

O FUNDEB passou gradativamente a vincular um percentual maior ao fundo, procurando minimizar as limitações aparentes no FUNDEF, buscando uma melhor redistribuição dos recursos, desta forma, a vinculação que era de 15% no FUNDEF passou gradativamente para 20%. Além disso, o FUNDEB contemplou todos os níveis da educação básica (creches, pré-escolas, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos – EJA).

A implantação do FUNDEB foi gradual, tendo, na ampliação de recursos, correspondência com a incorporação também gradual das matrículas, da seguinte forma: o fundo continuou a cobrir 100% das matrículas do ensino fundamental que já estavam contempladas pelo Fundef; em 2007, incorporou 33% das matrículas da educação infantil, do ensino médio e da educação de jovens e adultos; em 2008, incorporou 66% das matrículas da educação infantil, do ensino médio e da educação de jovens e adultos; e, a partir de 2009, foram incorporados 100% das matrículas nas etapas e modalidades da educação básica (SILVA, 2014, p. 54).

Bezzerra (2015) menciona que uma característica percebida no FUNDEF, e no FUNDEB, é o chamado “Efeito Hobin-Hood”, como o retorno do dinheiro para investimentos em educação, tem por base o quantitativo de alunos matriculados na rede, muitos municípios que possuem alta arrecadação, acabam recebendo dos fundos menos do que enviaram, por possuírem menos matriculados.

Porém, na pesquisa que Polena (2016) efetuou nos municípios do Paraná constatou-se que os municípios que mais perdem recursos são municípios de pequeno porte, aqueles que possuem menos de 20.000 habitantes. Desta forma alguns municípios, mesmo tendo uma arrecadação menor, perdem recursos devido ao seu quantitativo de alunos matriculados.

O crédito de repasse do FUNDEB acontece de forma automática, de acordo com as matrículas da rede e coeficientes de distribuição, em contas no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, seguindo a seguinte periodicidade, Quadro 3.

Quadro 3 – Periodicidade do repasse de impostos que compõem o FUNDEB

| ORIGEM DOS RECURSOS | PERIODICIDADE DOS RECURSOS |
|----------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| ICMS | Semanalmente |
| FPE, FPM, IPlexp e ITRm | Decendialmente |
| Desoneração de Exportação (LC 87/96) e Complementação da União | Mensalmente |
| IPVA e ITCMD | Conforme cronograma de cada Estado |

Fonte: Silva, (2014, p. 61).

Os valores são repassados conforme o recebimento dos impostos, os créditos realizados no mês, diferem dos outros meses. Ao finalizar o exercício são realizadas as contabilizações dos valores enviados a cada ente federado, com base nos valores estimados matrícula aluno/ano, se encontrada divergências, valores são creditados ou debitados da conta do fundo.

A Lei 11.494 de 2007, instituiu a Comissão Intergovernamental para Educação Básica de Qualidade, compostas por representante do Ministério da Educação; representante dos secretários estaduais de educação, indicado pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação - CONSED; e representantes de secretários municipais da educação, indicado pelas seções regionais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME. (BRASIL, 2007. art. 12). Tendo como atribuição fixar anualmente os valores proporcionais para aplicação de recursos por aluno e modalidade de ensino da educação básica, fixar anualmente a parcela referente a União (BRASIL, 2007, Lei 11.494, art. 13).

A união desenvolve um importante papel na equalização e redistribuição dos recursos, visando minimizar as desigualdades existentes no sistema de ensino (SILVA, 2014).

Contudo, a Constituição Federal de 1988 – CF/88 no art. 212, estabelece que pelo menos 25% da receita municipal e estadual resultantes de impostos e transferência sejam investidos em educação. Sendo assim, fora os recursos vinculados ao FUNDEB, ainda restam 5% para serem alocados em educação, referente aos impostos vinculados ao fundo e 25% dos recursos que não são vinculados, conforme o previsto também pelo art. 1º inciso 1 e 2, da Lei nº 11.494/2007.

Ou seja, município deve investir em MDE 25% da receita referente seguintes impostos: Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Imposto Sobre Serviço - ISS, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI (CNM, 2014).

O financiamento da educação no Brasil, além do FUNDEB, ainda conta com outros planos e programas, que destinam recursos à educação básica dos municípios.

De acordo com Nascimento (2017), o financiamento da educação no Brasil acontece a partir de três dimensões: a primeira dimensão contempla os recursos definidos pela CF/88, e ressaltados pela LDBEN/96, que compõem o FUNDEB; a segunda dimensão são recursos provenientes da contribuição social do salário educação, que por sua característica de contribuição social, não pode ser considerada pelos entes federados como despesas em MDE; a terceira dimensão é constituída a partir de transferências voluntárias definidas por políticas de governo, cujo recursos são provenientes de contribuições sociais ou até mesmo de operações internacionais, nessa dimensão não há periodicidade (DUARTE & FARIA, 2010 *apud* NASCIMENTO, 2017).

Os recursos transferidos são destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (artigo 212 da CF/88), regulamentado pela Lei das Diretrizes e Bases - LDB, ou seja, para o grupo de ações que estão dentro deste critério. As atividades suplementares, tais como merenda, uniformes, são financiadas com outros recursos administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com recursos provenientes, dentre outras fontes, do salário-educação, recolhido pela União (BEZERRA, 2015, p. 78).

Vale observar que embora se delimite os valores mínimos aluno-ano, os fundos alteram em valores de acordo com o Estado, por possuírem receitas diferenciadas, sendo que alguns Estados garantem um valor superior em investimentos em educação aluno-ano, e dentro do mesmo Estado existem diferenciação de investimentos em relação aos municípios, devido ao percentual de 5% e 25% dos outros impostos que obrigatoriamente devem ser investidos em educação, mas não são contemplados pelo fundo.

No ano de 2009 a Emenda Constitucional nº 59 alterou o art. 214 da CF/88, firmando que o PNE deverá ser elaborado com prazo de vigência de dez anos, definindo objetivos, metas e estratégias de implementação, para articular o sistema nacional de educação (art. 4), priorizando sempre o atendimento educacional obrigatório, com pautas na universalização do ensino, garantindo padrões de qualidade e equidade (art. 3), alterando assim o art. 212 inciso 3 da CF/88.

A ATRICON-IRB (2016) destaca que a prazo estabelecido para vigência do PNE, busca garantir continuidade às políticas públicas, visando que os Planos Plurianuais (de duração de 4 anos), sejam projetados de acordo com suas orientações. A legislação descreve que as metas

devem ser cumpridas dentro do prazo de vigência do plano, estabelecendo prazo para o cumprimento de cada uma delas.

No ano de 2014, foi sancionada a Lei Federal nº 13.005, segundo Plano Nacional de Educação, com vigência de 2014 a 2024. O atual plano contempla 20 metas e estabelece 254 estratégias (ATRICON-IRB, 2016).

A erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais, melhoria na qualidade de educação, formação para o trabalho e para cidadania, princípios de gestão democrática da educação pública, valorização dos profissionais da educação, promoção de princípios do respeito aos direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental, são diretrizes estabelecidas pelo PNE Lei nº13.005/2014.

O art. 8 da referida lei, também menciona que os Estados e Municípios deverão elaborar seus planos de educação, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do PNE (BRASIL, 2014).

Para atingir os objetivos estabelecidos e para garantir plena execução do PNE, a ATRICON-IRB (2016) ressalta que o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais dos entes federados, precisam ser compatíveis com o PNE, permitindo sua execução.

Silva (2014), também destaca a relevância de investimentos públicos constantes para que as metas direcionadas pelo PNE sejam alcançadas, destacando a valorização do magistério, através de melhores salários, aumento do quadro de profissionais e cursos de formação continuada.

Além da disponibilização dos recursos, o acompanhamento das metas e o controle efetivo sobre sua aplicação são fundamentais para o alcance dos resultados estipulados, sendo que a gestão pública deve ser constantemente avaliada. Para Bezerra (2015) “A implementação de modelos de avaliação e monitoramento de programas, remete o tomador de decisão a importantes conhecimentos, que estariam subliminares caso não existissem parâmetros de análise”.

A “efetividade educacional” capaz de produzir justiça social, deve integrar o planejamento, a execução e a avaliação das políticas públicas, no sentido de produzir os resultados almejados e garantir o cumprimento dos direitos do cidadão (SILVA, 2014).

A Lei nº13.005/2014 art. 5º menciona que haverá monitoramento contínuo e avaliações periódicas realizadas através dos seguintes órgãos: Ministério da Educação – MEC, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Conselho Nacional de Educação - CNE; Fórum Nacional de Educação.

Além dos órgãos descritos acima, é responsabilidade dos Tribunais de Contas o monitoramento e fiscalização das metas e estratégias descritas no PNE (ATRICON-IRB, 2016).

Mesmo listados todos esses órgãos para verificação das metas e estratégias, a ATRICON-IRB (2016), menciona a importância do comprometimento de todos, a fim de garantir a plena execução do Plano Nacional de Educação. Mediante a importância da educação no desenvolvimento das liberdades, através das oportunidades que um indivíduo capacitado dispõe, é de fundamental importância um olhar de todos pela educação, e a criação de mecanismos que colaborem na averiguação do sistema educacional.

Mediante ao conteúdo explanado, pode-se verificar o forte viés do desenvolvimento sustentável com as políticas educacionais, mundiais e nacionais. Nossa pesquisa se propõe a verificar a educação básica de responsabilidade do município de Telêmaco Borba-PR, utilizando a perspectiva do desenvolvimento das liberdades. A próxima seção trata das características do município.

2.5 CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA-PR

Telêmaco Borba é uma cidade da região dos Campos Gerais do Estado do Paraná. Possui área de aproximadamente 1.382,594 Km² (IPARDES, 2020). Sendo mais de 90% desse território de propriedade da empresa Klabin (FELDMAN, 2019) produtora de papel e celulose.

A origem da cidade está atrelada a instalação da empresa na região (SILVA, 2011; FELDMAN, 2019), assim como seu desenvolvimento (SILVA, 2011). Com população estimada em 79.792 habitantes (IBGE, 2020), sendo que mais de 97% da população reside em área urbana (IPARDES, 2020).

Está localizada na região centro-leste do Estado do Paraná, fazendo parte da 4^o região administrativa. A cidade foi construída por iniciativa de Horácio Klabin, estava ficando oneroso para empresa manter seus funcionários morando nas dependências da Fazenda Monte Alegre, nome da fazenda de propriedade da empresa Klabin, além de que essas pessoas necessitavam de infraestrutura para o atendimento de suas demandas, foi então loteado 300 alqueires de terra, que foi chamada de Cidade Nova, ficando sob a administração do município de Tibagi (TELÊMACO BORBA, Lei n. 2104, 2015).

Em 5 de julho de 1963, o então governador Ney Braga sancionou a Lei Estadual n. 4.738, desmembrando a nova cidade do município de Tibagi e o denominando de Telêmaco

Borba, sua instalação oficial ocorreu em 21 de março de 1964 (TELÊMACO BORBA, Lei n. 2104, 2015).

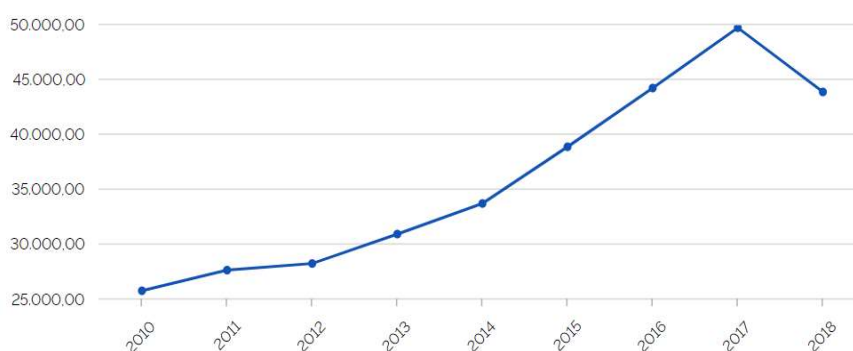
O crescimento populacional no município durante o período de 2010 a 2020 foi de 14,2% (IBGE, 2020). Feldman (2019) aponta para sazonalidade populacional existente no município, ligada a empreendimentos industriais. Outro ponto interessante é que 95,29% da população encontra-se em áreas urbanas, a cidade não possui fortes características agropecuárias, devido a limitação de terras disponíveis. A maior parte da produção no município advém da indústria.

De acordo com o censo de 2010, aproximadamente 6,52% da população são crianças de 0 a 3 anos de idade (em idade de creche); 4,79% crianças de 4 a 6 anos (em idade de pré-escola); e 8,71% crianças de 7 a 11 anos (em idade do ensino fundamental I) (IPARDES, 2020). O censo do ano de 2020 foi adiado devido a pandemia do COVID-19. O município possui 38 estabelecimentos de educação básica pública e 11 particulares (IPARDES, 2020).

Cerca de 75,07% dos domiciliados residem em imóveis próprios. Dos 21.736 domicílios particulares permanentes 99,84% possuem abastecimento de água canalizada e esgoto sanitário; 99,73% possuem coleta de lixo para destinação correta; e 99,65% possuem energia elétrica (IPARDES, 2020). Com informações divergentes as emitidas pelo IPARDES, pesquisas realizadas no site do IBGE (2020) mostram que 73,7% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado.

Em relação aos dados de produção econômica do município, é possível verificar um crescimento de 92,72%, do ano de 2010 a 2017, com uma queda de 11,74% do ano de 2017 a 2018. Considerando dados do PIB per capita da cidade, conforme Figura 3, ocupa a 27ª posição dentre os 399 municípios do estado do Paraná. Esse crescimento implica em maiores impostos arrecadados, ampliando os recursos para investimento local, nas diversas áreas estratégicas.

Figura 3 – PIB anual a preço corrente da cidade de Telêmaco Borba – PR



Fonte: IBGE, (2020).

Dos 20.253 empregos fixos apontados pelo Ministério do Trabalho no ano de 2018, 46,06% são de atividades industriais; 2,92% do ramo da construção civil; 15,41% de atividades ligada comércio; 24,46% de serviços e 0,35% da agropecuária (IPARDES, 2020). O salário médio mensal dos trabalhadores formais no mesmo ano é de 3,4 salários-mínimos (IBGE, 2020).

Considerando informações ambientais da região, a Klabin, empresa proprietário da maior quantidade de terras no município, possui certificação Forest Stewardship Council (FSC), firmando excelência em preservação ambiental (DE PUPPI E SILVA *apud* SILVA, 2011). Ao longo dos anos a empresa conquistou vários prêmios relacionados à sustentabilidade, sendo que em 2020 conquistou presença no Índice Mundial de Sustentabilidade de Dow Jones, o índice tem como finalidade destacar empresas com melhor performance global em relação a critérios ambientais, sociais e econômicos de longo prazo (KLABIN, 2021).

O Município melhorou seus resultados considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), sendo que no ano de 1991 apresentou um resultado de 0,508, considerado baixo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; em 2000 o índice alcançou 0,644, e em 2010 pontuou em 0,734, índice considerado alto de acordo com o PNUD (DEEPASK, 2013; IBGE, 2020). Para cálculo do IDH-M são considerados fatores de saúde, educação e renda.

Todos os pontos considerados para cálculo do índice obtiveram melhora gradual, porém, o fator educação é ainda o de menor pontuação do município, seguido do fator renda. Em ambos os fatores o município perdeu colocação no ranking nacional e municipal (DEEPASK, 2013). Silva (2011) menciona também as debilidades em renda e educação apontadas através dos índices municipais de Telêmaco Borba-PR. Porém, para os anos contemplados nessa pesquisa não foram encontrados dados de IDH-M.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esse capítulo descreve o percurso metodológico adotado na realização desta pesquisa. A pesquisa em Administração exige planejamento, desde a aquisição dos dados relevantes, das formas de análise, até a propagação destas, colaborando claramente com informações e ideias que orientem os gestores na tomada de decisão e maximizem o desempenho (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Em suma, a pesquisa aconteceu de forma sequencial. Primeiramente, efetuou-se o levantamento bibliográfico, visando apresentar os conceitos inerentes à pesquisa. Nesse sentido, os esforços são conduzidos para relacionar teoricamente o desenvolvimento sustentável com a educação, compreendendo as políticas públicas e mapeando dados governamentais representativos da educação no Brasil.

Como próximo passo, efetuou-se a coleta de dados educacionais (dados abertos governamentais), que permitiram um melhor entendimento do caso estudado. Os dados servem para entender o comportamento do sistema de financiamento da educação pública municipal em Telêmaco Borba-PR, e observar os resultados alcançados através do sistema de educação municipal. Ressalta-se que os referidos dados trouxeram sustentação e subsídio para realização das entrevistas com os especialistas e gestores do domínio e fazem parte da análise realizada.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se a abordagem qualitativa. Para Cooper e Schindler (2011), a pesquisa qualitativa deve responder ao pesquisador como o processo ocorre e por que acontece de determinada maneira. Inclui técnicas interpretativas, voltadas a descrever, decodificar e traduzir os acontecimentos, de forma a compreender os fenômenos que ocorrem no mundo social e proporcionar um entendimento aprofundado da situação (COOPER; SCHINDLER, 2011).

No que se refere a natureza de estudo, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Nesta abordagem, o pesquisador busca aprofundar-se na realidade específica. Triviños (1987) menciona a necessidade de precisão máxima do pesquisador ao delimitar a técnica, métodos, modelos e teorias que servirão para estabelecer melhores formas de coleta e interpretação dos dados.

Dadas as características da investigação, optou-se pelo estudo de caso único, o qual se caracteriza pelo foco de atenção do pesquisador na busca de compreender um caso em particular em sua “idiosincrasia e complexidade” (GODOY, 2010, p. 119).

Para Yin (2015), uma justificativa para a utilização do estudo de caso único objetiva captar circunstâncias e condições cotidianas, abarcando lições de determinado processo social alinhados ao contexto teórico da pesquisa.

Quanto ao delineamento do tempo que compreende as informações da pesquisa, considera-se que se trata de uma aproximação longitudinal, com as perspectivas de tempo no qual as mudanças já deveriam ser evidentes e seguindo o curso desenvolvimentista de interesse desta investigação (YIN, 2015).

Desta forma, a pesquisa busca compreender como o crescimento econômico da cidade de Telêmaco Borba-PR tem impactado na oferta da educação básica municipal, com vistas no desenvolvimento das liberdades. Sendo assim, essa análise do sistema educacional busca observar se as políticas elaboradas pelo município estão em consonância com PNE (pesquisa documental).

A pesquisa também envolve a análise de dados. Em face disso, os dados das prestações de contas do município de Telêmaco Borba ao Tribunal de Contas do Estado, foram analisados juntamente com os valores apresentados pelo município ao Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE. O objetivo desta etapa é identificar: os valores das receitas municipais destinados para o FUNDEB; os valores que retornaram aos cofres municipais para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, o valor real do custo aluno/ano (cumprimento da legislação no que se refere aos 25% de responsabilidade municipal e os resultados alcançados pelo sistema de ensino de responsabilidade municipal. A pesquisa foi planejada conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Planejamento da pesquisa

| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | | FONTE DE DADOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Observar se as políticas educacionais elaboradas através do Plano Municipal de Educação estão em consonância com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Comparar o Plano Nacional da Educação com o Plano Municipal de Educação de Telêmaco Borba | <ul style="list-style-type: none"> • LEI 13.005/2014 – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm • Plano Municipal de Educação Prefeitura de Telêmaco Borba – Disponível em: http://www.telemacoborba.pr.gov.br/informacoes/planos-municipais/1859-plano-municipal-de-educacao-2015-2025.html |
| <p>Verificar quais são as reais capacidades financeiras do município para investimentos em educação</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Analisar a prestação de contas efetuada pelo município de Telêmaco Borba ao Tribunal de Contas do Estado: total dos valores gastos em educação no exercício, % de 5 do município, gasto real aluno ano • Verificar se os valores apresentados ao TCE correspondem com os dados apresentados ao Sistema de Informação dos sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE: verificar quais valores foram destinados para o FUNDEB das receitas municipais, quais valores retornaram aos cofres municipais para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE | <ul style="list-style-type: none"> • TCE – disponível em: https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Relacon/Dados/DadosConsulta/Consulta/?f=eyJjZE11bmljaXBpby16IjI3MTA2IiwibnJBbm8iOiIyMDEzIiwibXVuaWNPcGlvIjojVEVMYk1BQ08gQk9SQkEifQ== / Despesas • Quantitativo de matrículas – Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos • Demonstrativos das receitas e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – Municípios/ Orçamentos Fiscal e Seguridade Social/ Disponível em: https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do?acao=pesquisar&pag=result&anos=2014&periodos=1&cod_uf=41&municipios=412710 |
| <p>Identificar através de dados governamentais abertos, quais os resultados que foram alcançados pelo sistema educacional do período de 2014 até o período de 2019.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Evolução das matrículas do município por etapa da educação - % acesso creche, % acesso pré-escola • Quantitativo de escolas • Taxa de rendimentos no ensino fundamental • Dados do Município/ Educação • Evolução dos gastos com educação | <ul style="list-style-type: none"> • Matrículas e coeficiente de distribuição de recursos, receitas anuais previstas por Estado e Município – Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos • Escolas Municipais - Disponível em: http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp • IDEB – Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2871694 |

| | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Evolução dos gastos aluno/ano FUNDEB • Evolução dos gastos reais aluno/ano cidade de Telêmaco Borba • Quantidade de alunos por turma | <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores educacionais compostos por: Taxa de Aprovação, SAEB e IDEB nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017 e Projeções até 2021. Os dados estão dimensionados por município e organizados por rede de ensino. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados • Valor anual por aluno estimado e estimativa de receitas do FUNDEB – Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos • Média de alunos por turma, média de horas aula diária, taxa de não resposta – Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais • Percentual de docentes com curso superior – Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais |
| Compreender como os gestores do sistema educacional da educação básica de responsabilidade municipal, tem articulado os recursos e projetos para garantir o atingimento das metas até o prazo previsto pela legislação | Entrevistas realizadas a Secretária Municipal da Educação e Diretores das Escolas da Rede Municipal de Ensino. | Conforme roteiro para entrevista semiestruturada, apêndice B. As perguntas foram efetuadas visando metas que compreendem ao desenvolvimento das liberdades. |

Fonte: Elaborado pela autora, (2020).

As entrevistas foram organizadas de forma semiestruturada e contemplaram informações fornecidas por gestores da educação municipal (diretos e secretária da educação). Esta etapa buscou compreender como a gestão educacional tem articulado o sistema e os recursos, a fim de alcançar as metas estabelecidas pelo PNE, considerando abordagens da teoria do desenvolvimento das liberdades. As entrevistas foram conduzidas segundo perguntas estabelecidas com base nas metas do PNE Lei nº 13.005/2014, com base no Relatório Final do Grupo de Trabalho Atricon e Instituto Rui Barbosa, publicado em 2016 e considerando a teoria do Desenvolvimento das Liberdades. O Apêndice B relaciona as questões submetidas aos atores envolvidos.

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

Como unidade de análise, optou-se pela Educação Básica do Municipal de Telêmaco Borba-PR. A cidade apresentou crescimento econômico considerável nos últimos anos, possuindo características relevantes em relação à sustentabilidade ambiental. Desta forma, o foco denota o desenvolvimento social com perspectiva no desenvolvimento das liberdades.

O município conta atualmente com 16 Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e 20 Escolas Municipais, com aproximadamente 7.794 alunos no ano de 2019, considerando as etapas de responsabilidade municipal (FNDE, 2021). Com uma média de 13 alunos por turma em creche, 20 alunos por turma em pré-escola e 23 alunos por turma em anos iniciais de ensino fundamental (INEP, 2020).

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Devido à complexidade de compreensão de articulações dos sistemas sociais, a pesquisa busca amparar-se em diversas fontes para coleta de dados.

Como anteriormente mencionado, no primeiro momento, são utilizados os dados governamentais abertos, principalmente, aqueles disponibilizados no portal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE/PR, Sistema de Informação dos sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, do Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A utilização de dados disponibilizados pelos Tribunal de Contas Estadual, se justifica pela riqueza de informações fornecida pela referida organização, além dos dados coletados junto aos órgãos de controle educacional. Os dados podem melhor delimitar as perguntas durante as entrevistas semiestruturadas (GODOY; MATTOS, 2010). As entrevistas são

personalizadas, com vista a amostragem intencional. Os entrevistados são atores que possuem afinidade com o tema, devido a características e experiências que desdobram conhecimento aplicado sobre o tema abordado. O secretário municipal de Educação e os diretores das escolas municipais foram os autores selecionados para essa etapa da pesquisa.

Nesse sentido, a amostragem utilizada para pesquisa é por conveniência. Segundo Cooper e Schindler (2011) nesta amostragem os participantes são escolhidos de acordo com características e experiências. Como já mencionado, foram entrevistados gestores envolvidos diretamente ao sistema de educação básica municipal. Salienta-se que entrevistas semiestruturadas subsidiam o estilo aberto da pesquisa, permitem um elevado grau de riqueza informacional, proporcionam maior entendimento do assunto e formulação de perguntas no decorrer do percurso, seguindo-se de interação direta entre entrevistado e entrevistador (GODOY; MATTOS, 2010).

Foram realizadas ao todo 13 entrevistas, sendo uma com a Secretária da Educação Municipal, seis com diretoras dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e seis com diretoras das Escolas Municipais. As entrevistas totalizaram a duração de sete horas, quatorze minutos e trinta e nove segundos, sendo sua transcrição realizada para análise de conteúdo.

Resumidamente, a coleta de dados é composta por pesquisa documental, dados governamentais abertos e entrevistas semiestruturadas. A utilização de diversas fontes de coleta de dados permite ao pesquisador uma melhor visualização de aspectos históricos e comportamentais, tendo como grande vantagem a convergência de pontos de investigação conforme descreve (YIN, 2015, p. 124).

3.4 ELEMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados são coletados conforme o descrito no Quadro 4 – Planejamento da Pesquisa e o Apêndice B – Roteiro das Entrevistas com o Secretário Municipal da Educação e Diretores das Escolas Municipais de Telêmaco Borba-PR.

3.5 TÉCNICAS ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados reflete o exame, a categorização, as evidências combinadas e recombinadas de forma a produzir descobertas com base em experiências (YIN, 2015).

A análise realizada nesta pesquisa segue as orientações de Silva (2014). A referida autora, menciona que as análises voltadas para a efetividade educacional devem atrelar análise

das políticas públicas, relacionando os objetivos aos resultados alcançados, através de análise longitudinal.

Na pesquisa, os dados analisados, correspondem ao período do ano de 2013 (um ano antes da implantação do PNE em vigência), até o ano de 2019 (ano exercício encerrado antes do início desta pesquisa), devido a disponibilidade de dados. Admite-se que ao considerar este intervalo, é possível verificar como a educação tem evoluído ao longo da implantação das metas e estratégias da PNE no município de Telêmaco Borba-PR. A análise das entrevistas é realizada em consonância à análise do conteúdo com triangulação dos dados, segundo Bardin:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1994 p.42).

Para Cooper e Schindler (2011), às técnicas de análise de conteúdo permitem ao pesquisador medir o “conteúdo semântico” e compreender “o quê” do que foi comunicado, objetivando a interpretação das comunicações (BARDIN, 1994).

As perguntas das entrevistas (Apêndice B) foram elaboradas selecionando as categorias de análise, para Bardin:

É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os pesquisadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (BARDIN, 1994).

A triangulação de dados possibilitada por diversidade de métodos de coleta de dados, de acordo com Esenhardt (1998) colabora para o fortalecimento de construtos e hipóteses. Para Denzin e Lincoln (2006), a triangulação colabora para o aprofundamento do fenômeno estudado, dado a combinação de diversas práticas metodológicas, materiais empíricos e observações, adicionando rigor à pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Superar problemas de ordem social é na perspectiva da Teoria do Desenvolvimento das Liberdades o ponto central para o processo de desenvolvimento, nesse aspecto as liberdades descritas por Amartya Sen – Liberdades políticas, oportunidades sociais, facilidades econômicas, segurança protetora e garantia de transparência, quando resguardadas são capazes de promover a capacitação integral do indivíduo e perfazer-se em desenvolvimento social.

No decorrer desse capítulo serão observados através de evidências empíricas, aspectos que se relacionam ao desenvolvimento do município de Telêmaco Borba-PR, com base nas liberdades defendidas por Amartya Sen. Nesse contexto, optou-se por debruçar-se sobre o sistema de educação básica do município, por entender que a educação é o principal meio de promover o desenvolvimento das liberdades aqui descritas.

Será elucidado particularidades das políticas públicas, investimentos e gestão do sistema de ensino, abarcando as liberdades substantivas descritas por Amartya Sen (1999), conforme modelo teórico esboçado na Figura 1. Para o autor, a expansão das liberdades aqui conferidas, constituem o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento (SEN, 1999). Para a Teoria do Desenvolvimento das Liberdades um leque consensual considerável para avaliação social, deve respaldar-se nas escolhas sociais, derivadas de discussões públicas, entendimentos e aceitações democráticas (SEN, 1999).

Destarte, esse capítulo se inicia com a observação do PNE Lei nº 13.005/2014 e do PME Lei nº 2.104 de 2015, visando no plano municipal ponderações observadas através do plano nacional de educação.

Em segundo momento passasse a visualizar os dados educacionais disponibilizados através de portais da transparência, em formato de dados governamentais abertos. Os dados governamentais abertos, são dados disponibilizados por entidades governamentais em formatos reutilizáveis, que visam transparência e aumento da participação do cidadão (BRASIL, 2019). As informações adquiridas através dos portais governamentais permitem compreender o alcance das políticas públicas, tanto nos aspectos financeiros, quanto aos resultados alcançados através do sistema educacional do município, ao longo do período pesquisado.

O capítulo se encerra com entrevistas efetuadas às diretoras dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, às diretoras das Escolas Municipais e à Secretaria da Educação. Através das entrevistas, busca-se um aprofundamento sobre a realidade da educação municipal frente ao desenvolvimento das liberdades, captando nesse ponto a visão dos atores envolvidos

com a educação, desde o planejamento, à execução para alcance dos resultados previstos pelo PNE (2014-2014) e PME (2015-2025).

4.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA-PR E SUA CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Com a formalização dos direitos estabelecidos através das políticas públicas no decorrer dos anos, conforme comentado, houve um avanço significativo no que se refere aos direitos dos cidadãos. Porém, é importante que políticas não sirvam apenas para fins instrumentais, mas que atinjam seus objetivos construtivos.

As liberdades políticas mencionadas no contexto dessa pesquisa, decorrem da liberdade do indivíduo escolher seus representantes, ou candidatar-se às eleições, além de participar de debates públicos, ter autonomia para fiscalizar e criticar o Estado, ter acesso a dados governamentais (SEN,1999). Um poderoso argumento descrito por Sen (1999) em favor das *liberdades políticas* deriva da liberdade concedida aos cidadãos para debater sobre seus valores, contribuindo nas escolhas e no estabelecimento de prioridades.

A liberdade que o indivíduo possui para participar, debater e fiscalizar, é vista nessa teoria como forte inibidor de corrupção, além de colaborar para o cumprimento e atingimento dessas políticas. No Brasil as políticas educacionais foram fomentadas por longos debates e através de participação social. Dentre as diversas legislações comentadas no contexto desta pesquisa, tem-se como base de planejamento educacional o Plano Nacional de Educação.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 estabelece aos Estados, Distrito Federal e Municípios, através do art. 8, prazo até 25 de junho de 2015 para elaboração dos planos de educação, que devem estar em consonância com as diretrizes, metas e estratégias nacionais (BRASIL, Lei n. 13.0005/2014 art. 8).

Desta forma, em 24 de junho de 2015, o município de Telêmaco Borba-PR aprovou o Plano Municipal de Educação – PME (2015-2025), Lei nº 2.104. Embora a referida lei tenha sido aprovada quase no fim do prazo estabelecido, faz menção aos esforços efetuados para elaborar um plano municipal de educação já no ano de 2011. No referido ano, foram reunidas aproximadamente 800 pessoas, dentre profissionais da educação, representantes de instituições de ensino, comunidade e autoridades (TELÊMACO BORBA, Lei 2104, 2015).

O PME (2015-2015) contou com a participação social em sua elaboração, e faz menção a necessidade de monitoramento para o cumprimento das 21 metas e 218 estratégias previstas (TELÊMACO BORBA, Lei 2104, 2015).

4.1.1 Metas e estratégias contidas no Plano Municipal de Educação – PME de Telêmaco Borba-PR

O Plano Nacional de Educação - PNE contempla um período de 10 anos, contendo objetivos, metas e estratégias que visam melhorar a qualidade do sistema de ensino. O PNE (2014-2024) estabeleceu a responsabilidade de elaboração dos seus planos de educação para Distrito Federal, Estados e Municípios (BRASIL, Lei 13.005, art. 8, 2004). Observados o PNE (2014-2024), busca-se no Plano Municipal de Educação – PME, a elaboração de estratégias e metas que visem abarcar todas as metas previstas no plano nacional, e contempla particularidades do município visando a melhora do sistema de ensino.

O PNE (2014-2024) possui 20 metas, que são amparadas por 254 estratégias, previstas para garantir o cumprimento dessas metas. O PME (2015-2025) de Telêmaco Borba-PR estabelece 21 metas, contempladas por 218 estratégias. As metas contemplam todo o sistema de ensino, para esse estudo o foco será sobre as metas e estratégias previstas para educação básica de responsabilidade municipal.

Em Telêmaco Borba-PR vislumbrou-se, mediante o PME, necessidade de adequação do Plano Plurianual municipal, visando obter dotação orçamentária suficiente ao cumprimento dos investimentos estipulados à educação (TELÊMACO BORBA, LEI 2104, 2015). A falta de recursos foi impeditiva para cumprimento de metas estabelecidas através do PNE (2001-2011) (BOLMANN, 2010; ATRICON-IRB; 2016).

A meta 1 do PNE (2014-2024) e do PME (2015-2025) possuem o intuito de garantir que até o ano de 2016, todas as crianças do município de 4 a 5 anos estejam matriculadas na pré-escola, e até 2025 pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos tenham a matrícula garantida nas creches. Para alcance da meta o município elencou como estratégia 1.4 a necessidade de ampliação e reestruturação de unidades existentes e a criação de novas unidades, considerando a demanda demonstrada através de lista de espera. Além da realização e publicação da lista de espera para acompanhamento desta demanda, estratégia 1.6 e 1.13 do PME (2015-2025). Vislumbrou-se também, a necessidade de criação de 642 vagas, sendo 571 para creches e 71 para pré-escolas (TELÊMACO BORBA, Lei 2104, 2015).

A educação em tempo integral é observada no PNE (2014-2024) e PME (2015-2025). A modalidade deve contemplar principalmente crianças de 0 a 5 anos de idade. A observância aos parâmetros nacionais de qualidade também é citada no PME (2015-2025).

No intuito de articular sistemas de apoio integral ao alunado, o município estabeleceu estratégias voltadas para o desenvolvimento de parcerias na área da cultura (canto, dança,

dramaturgia e instrumental) meta 14, bem como contratar profissionais qualificados nesses quesitos para escolas de educação integral, estratégia 14.4 e 14.5 (TELÊMACO BORBA, Lei 2104, 2015).

Para alcançar níveis satisfatórios de qualidade, é imprescindível investir na qualificação dos professores e garantir plano de carreiras e salários compatíveis com a categoria, visando manter profissionais qualificados na rede de ensino.

Desta forma, o PME (2015-2025) faz menção a estes critérios, contemplados pelas estratégias 1.14, 1.15 e 2.9, e metas 17, 18,19 e 20, visando à formação inicial e continuada dos profissionais, e estímulo entre pós-graduação, e o núcleo de pesquisa, além da valorização dos profissionais da educação.

A avaliação e acompanhamento individual do aluno de ensino fundamental, e auxílio aos alunos com dificuldade de aprendizagem, que necessitem de aulas complementares, bem como a avaliação das instituições de ensino, com análise de dados de cada instituição, são estratégias prescritas no PME (2015-2025) a fim de melhorar a qualidade e equidade na educação.

Nos anos iniciais do ensino fundamental ficou previsto máximo de 25 alunos por sala, através da estratégia 2.16, sendo que a alfabetização deverá acontecer até no máximo o final do terceiro ano (TELÊMACO BORBA, LEI 2104, 2015).

O PME (2015-2025) projetou metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do município, para o decênio de 2011 a 2021, conforme pode ser observado no Quadro 5. O município fez ajuste da meta 7 do PNE (2014-2024), elevando em 0,2 o projetado para anos iniciais do ensino fundamental, mas estipulou 0,6 pontos abaixo para anos finais do ensino fundamental e 0,1 ponto abaixo para ensino médio.

Quadro 5 – Metas do município de Telêmaco Borba-PR para o IDEB

| ETAPA | IDEB observado | Metas projetadas | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|------------------|------|------|------|------|------|
| | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Anos iniciais do ensino fundamental | 5,2 | 5,0 | 5,2 | 5,5 | 5,8 | 6,0 | 6,3 |
| Anos finais do ensino fundamental | 3,6 | 3,3 | 3,7 | 4,1 | 4,4 | 4,7 | 4,9 |
| Ensino médio (dados do Estado) | 3,9 | 3,6 | 3,9 | 4,2 | 4,6 | 4,9 | 5,1 |

Fonte: PNE, (2015-2025).

Para alcançar as metas projetadas no IDEB, o município através do PME (2015-2025), ressalta seu compromisso em formalizar e executar ações voltadas a elevar a qualidade educacional. Para isso, visa concentrar esforços técnicos e financeiros buscando melhoria na gestão, que devem contemplar, a articulação de meios para formação de professores e demais profissionais que trabalhem na área da educação, o desenvolvimento e aquisição de recursos pedagógicos e melhoria na infraestrutura da rede de ensino do município, meta 4.1 (TELÊMACO BORBA, Lei 2104, 2015).

Salienta-se ainda a necessidade de aprimorar o funcionamento de órgãos de controle social, conforme observa-se na estratégia 4.13, 15.3, 15.5 e 15.6 do PME (2015-2025). Bem como a necessidade de articular o sistema de educação com outras áreas necessárias para o desenvolvimento pleno dos alunos como: saúde, trabalho e emprego, assistência social, esportes e cultura, estratégia 4.14, 4.15 e 4.16 (TELÊMACO BORBA, Lei 2104, 2015).

O município apresentou através do PME (2015-2025) estratégia 15.5 e 18.11, a responsabilidade em fornecer formação continuada para gestores escolares e membros do conselho escolar das instituições públicas de ensino. Tal medida é de extrema relevância, visto que, embora a legislação busque ampliar meios de participação social, a sociedade não se encontra preparada para atuar tecnicamente com a responsabilidade, assim como mencionado por Pontes (2015) em pesquisa realizada a fim de averiguar a atuação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social.

O PME (2015-2025) também estabelece como estratégia a elaboração de programa com atenção à saúde psicológica, física e intelectual dos profissionais que atuam na educação, contando a parceria da Secretaria de Saúde.

Outro ponto importante do PME (2015-2025) são as estimativas elencadas para investimento em educação. De acordo com a referida lei, é previsto aumento gradativo de 28% das receitas do município até o ano de 2017, e 30% até o ano de 2021, meta 21 (TELÊMACO BORBA, Lei 2104, 2015).

No que se refere ao atendimento de alunos com necessidades especiais, o município ampliou a idade de atendimento, que no PNE (2014-2024) era de 4 a 17, para atender a demanda para alunos com idade de 0 a 17 anos.

O Quadro 6 apresenta de forma simplificada a comparação entre o PNE (2014 – 2025) e o PME (2015-2025).

Quadro 6 -Comparação simplificada das metas do PNE (2014-2024) e do PME (2015-2025)

| Meta Tema | Prazo | Plano Nacional de Educação | Plano Municipal de Educação | Status |
|--------------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| Educação Infantil | 2016 | Meta 1 | Meta 1 | Corresponde exatamente |
| Ensino Fundamental | 2024 | Meta 2 | Meta 2 | Corresponde exatamente |
| Ensino Médio | 2016 e 2024 | Meta 3 | Meta 5 | Corresponde exatamente |
| Educação Especial | 2014 a 2024 | Meta 4 (para população de 4 a 17 anos) | Meta 12 (para população de 0 a 17 anos) | PME superior |
| Alfabetização | 2016 | Meta 5 | Meta 3 | Corresponde exatamente |
| Educação Integral | Até 2024 | Meta 6 | Meta 14 | Corresponde exatamente |
| IDEA | 2014 a 2024 | Meta 7 | Meta 4 (município elevou as médias) | PME superior |
| Elevar a escolaridade da população | Até 2024 | Meta 8 De 18 a 29 anos | Meta 13 De 15 a 24 anos | Corresponde |
| Elevar taxa de alfabetização | 2015 a 2024 | Meta 9 | Meta 10 | Corresponde exatamente |
| EJA Integrado à Educação Profissional | 2015 a 2024 | Meta 10 | Meta 11 | Corresponde exatamente |
| Educação Profissional Técnica | Até 2024 | Meta 11 (Triplicar as matrículas) | Meta 6 (Duplicar as matrículas) | Corresponde |
| Educação Superior | Até 2024 | Meta 12 (Expansão para 40%) | Meta 7 (Expansão para 30% até 2016 e 60% até 2025) | PME superior |
| Elevar qualidade Educação Superior | Até 2024 | Meta 13 | Meta 8 | Corresponde exatamente |
| Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> | | Meta 14 | Meta 9 | Corresponde |
| Formação para Profissionais Educação Básica | A partir de 2015 | Meta 15 100% não especificou prazo | Meta 17 Até 2016 – 80 % Até 2021 – 100 % | Corresponde |
| Pós-Graduação Professores Educação Básica | Até 2024 | Meta 16 | Meta 18 | Corresponde exatamente |
| Valorização dos Profissionais da Educação Básica | Até 2020 | Meta 17 | Meta 19 | Corresponde exatamente |
| Plano de Carreira as Profissionais da Educação | Até 2016 | Meta 18 | Meta 20 | Corresponde |
| Gestão democrática | Até 2016 | Meta 19 | Meta 15 | PME inferior |

| | | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|--------------|
| | | (Assegurar critérios técnicos de mérito e consulta pública) | (Nomeação de diretos de escola e CMEIs através de eleição direta) | |
| Investimento público em educação | De 2019 a 2024 | Meta 20 7% PIB país até 2019 10% até 2024 | Meta 21 28% até 2017 30% até 2021 | PME superior |

Fonte: Elaborado pelos autores.

No geral o PME (2015-2025) do município de Telêmaco Borba-PR contemplou praticamente todos os parâmetros estabelecidos pelo PNE (2014-2024), adequando-o à sua realidade, em algumas metas o município foi além do solicitado, estabelecendo metas ainda mais elevadas. Ressalta-se que a meta 15, que trata da Gestão Democrática, é a única que não é contemplada em sua totalidade pela PME (2015-2025).

Para alcançar os objetivos, metas e estratégias previstas no PME, o município precisa articular meios para que aconteça, como recursos financeiros e gestão eficiente destes, além do acompanhamento das metas e avaliação dos resultados alcançados.

As políticas públicas são essenciais no processo de desenvolvimento das liberdades aqui defendidas. Por meio do delineamento legal, são definidos os objetivos, parâmetros e metas para tornar as liberdades tangíveis. As liberdades políticas são centrais em abordagens orientadas para a liberdade, não apenas por fomentar a discussões públicas, e elaboração de leis, mas na liberdade de participação que os indivíduos realmente dispõem.

4.2 DADOS APRESENTADOS PELO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA-PR

Outra conquista advinda da democracia brasileira, é a possibilidade de acesso aos dados governamentais abertos, respaldados na Constituição Federal art. 5, inciso XXXIII, art. 37 e art. 216 § 2º, ademais a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 e Lei da Transparência (Lei nº 12.527/2011) respaldam os direitos ao acesso aos dados governamentais. Somadas, as facilidades alcançadas através das inovações tecnológicas amplificaram de modo inovador o acesso aos dados. Trata-se na perspectiva teórica aqui estudada, da *garantia de transparência*, a publicação de informações reforça o sentimento de confiança e o poder de ação da sociedade.

Essa subseção visa situar a evolução da educação municipal da cidade de Telêmaco Borba-PR, contemplando o período 2013-2019. Ressalta-se que, em alguns casos, também foram utilizados os dados do ano de 2020, caso de sua existência.

4.2.1 Valor anual por aluno através do FUNDEB

Amparados na Teoria do Desenvolvimento das Liberdades, ao avaliar as possibilidades advindas do mercado, nesse contexto observada através do PIB, o enfoque deve ser nos

resultados alcançados. Conforme determinações legais das legislações vigentes, quanto maior for a arrecadação do Estado, maior será a disponibilidade para investimentos em educação.

O fundo especial, FUNDEB, tem como finalidade equalizar a qualidade da educação em Estados e Municípios, estabelecendo um valor mínimo por aluno para ser investido em educação. Para alcançar o objetivo previsto o FUNDEB vinculou alguns impostos a serem creditados automaticamente ao fundo, conforme pode-se observar no Quadro 1.

Desta forma, 20% dos impostos citados, arrecadados em Estados e Municípios vão automaticamente para o fundo, e retornam posteriormente aos cofres Municipais e Estaduais de forma igualitária. Ao todo, o FUNDEB é composto por 27 fundos, sendo um para cada Estado e um para o Distrito Federal.

O Quadro 7 e 8 apresentam os valores que foram disponibilizados por aluno de acordo com a etapa de ensino, modalidade e tipo de estabelecimento da educação básica, e as portarias específicas que os regulamentaram.

Quadro 7 - Valor anual por aluno estimado, no Paraná, no período de 2007 a 2020

| Ano | Educação Infantil | | | | Ensino Fundamental | | | Portaria Interministerial |
|------|-------------------|-----------------|--------------------|---------------------|-------------------------|------------------------|----------------|--------------------------------------------|
| | Creche Parcial | Creche Integral | Pré-Escola Parcial | Pré-Escola Integral | Séries Iniciais Urbanas | Séries Iniciais Rurais | Tempo Integral | |
| 2007 | 1.018,27 | | 1.145,55 | | 1.272,83 | 1.336,47 | 1.591,04 | Nº 1030, de 06 de novembro de 2007 |
| 2008 | 1.079,92 | 1.484,89 | 1.214,91 | 1.552,39 | 1.349,90 | 1.417,40 | 1.687,38 | Nº 1.027, de 19 de agosto de 2008 |
| 2009 | 1.108,84 | 1.524,65 | 1.386,05 | 1.663,26 | 1.413,79 | 1.467,11 | 1.746,56 | Nº 788, de 14 de agosto de 2009 |
| 2010 | 1.255,81 | 1.726,73 | 1.569,76 | 1.962,20 | 1.569,76 | 1.805,22 | 1.962,20 | Nº 538-A, de 26 de abril de 2010 |
| 2011 | 1.424,78 | 2.137,17 | 1.780,97 | 2.315,26 | 1.780,97 | 2.048,12 | 2.315,26 | Nº 1.721, de 07 de novembro de 2011 |
| 2012 | 1.614,17 | 2.623,03 | 2.017,72 | 2.623,03 | 2.017,72 | 2.320,37 | 2.623,02 | Nº 1.495, de 28 de dezembro de 2012 |
| 2013 | 1.837,11 | 2.985,31 | 2.296,39 | 2.985,31 | 2.296,39 | 2.640,85 | 2.985,31 | Nº 04, de 07 de maio de 2013 |
| 2014 | 2.375,70 | 3.088,41 | 2.375,70 | 3.088,41 | 2.375,70 | 2.732,06 | 3.088,41 | Nº 15, de 25 de novembro de 2014 |
| 2015 | 2.793,87 | 3.632,03 | 2.793,87 | 3.632,03 | 2.793,87 | 3.212,95 | 3.632,03 | Nº 08, de 05 de novembro de 2015 |
| 2016 | 3.171,98 | 4.123,57 | 3.171,98 | 4.123,57 | 3.171,98 | 3.647,77 | 4.123,57 | Nº 07, de 16 de dezembro de 2016 |
| 2017 | 3.518,17 | 4.573,62 | 3.518,17 | 4.573,62 | 3.518,17 | 4.045,90 | 4.573,62 | Nº 8, de 29 de novembro de 2017 |
| 2018 | 3.452,71 | 4.488,52 | 3.452,71 | 4.488,52 | 3.452,71 | 3.970,62 | 4.488,52 | Nº 06, de 26 de dezembro de 2018 |
| 2019 | 4.286,86 | 4.846,02 | 3.914,09 | 4.846,02 | 3.727,71 | 4.286,86 | 4.846,02 | Nº 3, de 13 de dezembro de 2019 |
| 2020 | 4.745,82 | 5.141,31 | 4.350,34 | 5.141,31 | 3.954,85 | 4.548,08 | 5.141,31 | Nº 4, de 27 de dezembro de 2019 |

Fonte: FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (2021).

Quadro 8 - Continuação valor anual por aluno estimado, no Paraná, no período de 2007 a 2020

| Ano | Educação Especial | Aten. a Educação Especial | EJA Av. no Proc | Entidades Conveniadas | | | | | Portaria Interministerial |
|------|-------------------|---------------------------|-----------------|--------------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|-------------------|-------------------------------------|
| | | | | Creche em Tempo Integral | Creche em Tempo Parcial | Pré-Escola Integral | Pré-Escola Parcial | Educação Especial | |
| 2007 | 1.527,40 | | 890,98 | | | | | 1.527,40 | Nº 1030, de 06 de novembro de 2007 |
| 2008 | 1.619,89 | | 944,93 | 1.282,41 | 1.079,92 | | | 1.619,89 | Nº 1.027, de 19 de agosto de 2008 |
| 2009 | 1.663,26 | | 1.108,84 | 1.316,75 | 1.108,84 | 1.663,26 | 1.386,05 | 1.663,26 | Nº 788, de 14 de agosto de 2009 |
| 2010 | 1.663,26 | 1.663,26 | 1.108,84 | 1.316,75 | 1.108,84 | 1.663,26 | 1.386,05 | 1.663,26 | Nº 538-A, de 26 de abril de 2010 |
| 2011 | 2.137,17 | 2.137,17 | 1.424,78 | 1.959,07 | 1.424,78 | 2.315,26 | 1.780,97 | 2.137,17 | Nº 1.721, de 07 de novembro de 2011 |
| 2012 | 2.421,26 | 2.421,26 | 1.614,17 | 2.219,49 | 1.614,17 | 2.623,03 | 2.017,72 | 2.421,26 | Nº 1.495, de 28 de dezembro de 2012 |
| 2013 | 2.755,67 | 2.755,67 | 1.837,11 | 2.526,03 | 1.837,11 | 2.985,31 | 2.296,39 | 2.755,67 | Nº 04, de 07 de maio de 2013 |
| 2014 | 2.850,84 | 2.850,84 | 1.900,56 | 2.613,27 | 1.900,56 | 3.088,41 | 2.375,70 | 2.850,84 | Nº 15, de 25 de novembro de 2014 |
| 2015 | 3.352,64 | 3.352,64 | 2.235,09 | 3.073,26 | 2.235,09 | 3.632,03 | 2.793,87 | 3.352,64 | Nº 08, de 05 de novembro de 2015 |
| 2016 | 3.806,37 | 2.537,58 | 2.537,58 | 3.498,17 | 2.537,58 | 4.123,57 | 3.171,98 | 3.806,37 | Nº 07, de 16 de dezembro de 2016 |
| 2017 | 4.221,81 | 4.221,81 | 2.814,54 | 3.869,99 | 2.814,54 | 4.573,62 | 3.518,17 | 4.221,81 | Nº 8, de 29 de novembro de 2017 |
| 2018 | 4.143,25 | 4.143,25 | 2.762,17 | 3.797,98 | 2.762,17 | 4.488,52 | 3.452,71 | 4.143,25 | Nº 06, de 26 de dezembro de 2018 |
| 2019 | 4.473,25 | 4.473,25 | 2.982,17 | 4.100,48 | 2.982,17 | 4.846,02 | 3.914,09 | 4.473,25 | Nº 3, de 13 de dezembro de 2019 |
| 2020 | 4.745,82 | 4.745,82 | 3.163,88 | 4.350,34 | 3.163,88 | 5.141,31 | 4.350,34 | 4.745,82 | Nº 4, de 27 de dezembro de 2019 |

Fonte: FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (2021).

Embora o Paraná seja o estado brasileiro que apresenta o 5º melhor desempenho econômico (IBGE, 2019), os valores disponibilizados através do FUNDEB por aluno é bem inferior a alguns estados, como por exemplo, no ano de 2007 enquanto o fundo do Paraná disponibilizava o valor de R\$1.018,27 (um mil e dezoito reais e vinte e sete centavos) para alunos de creche-parcial, em Roraima o valor era de R\$1.638,40 (um mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), no total 12 estados brasileiros obtiveram valores por aluno no ano de 2007 maiores que o estado do Paraná, como pode ser observado através da portaria interministerial nº 1020, de 6 de novembro de 2007 (FNDE, 2021).

O Quadro 9 e 10 apresentam os valores atualizados, considerando etapas, modalidades e tipos de estabelecimento da educação básica no Paraná, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, que mede a inflação de determinado período, os valores atualizados apresentam a situação real dos valores investidos por aluno durante o período.

Quadro 9 - Valor anual por aluno estimado no Paraná, no período de 2007 a 2020 – Valores atualizados pelo – INPC

| Educação Infantil | | | | | ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | |
|-------------------|----------------|-----------------|--------------------|---------------------|-------------------------|------------------------|----------------|-------------------|---------------------------|-----------------|
| Ano | Creche Parcial | Creche Integral | Pré-Escola Parcial | Pré-Escola Integral | Séries Iniciais Urbanas | Séries Iniciais Rurais | Tempo Integral | Educação Especial | Aten. a Educação Especial | EJA Av. no Proc |
| 2007 | 2.094,36 | | 2.356,15 | | 2.617,93 | 2.748,83 | 3.272,42 | 3.141,53 | | 1.832,55 |
| 2008 | 2.085,97 | 2.868,21 | 2.346,72 | 2.998,59 | 2.607,46 | 2.737,84 | 3.259,34 | 3.128,97 | | 1.825,22 |
| 2009 | 2.057,20 | 2.828,64 | 2.571,50 | 3.085,80 | 2.622,97 | 2.721,89 | 3.240,35 | 3.085,80 | | 2.057,20 |
| 2010 | 2.188,39 | 3.009,02 | 2.735,48 | 3.419,35 | 2.735,48 | 3.145,79 | 3.419,35 | 2.898,41 | 2.898,41 | 1.932,28 |
| 2011 | 2.340,53 | 3.510,79 | 2.925,65 | 3.803,35 | 2.925,65 | 3.364,51 | 3.803,35 | 3.510,79 | 3.510,79 | 2.340,53 |
| 2012 | 2.496,90 | 4.057,47 | 3.121,14 | 4.057,47 | 3.121,14 | 3.589,30 | 4.057,46 | 3.745,36 | 3.745,36 | 2.496,90 |
| 2013 | 2.692,01 | 4.374,53 | 3.365,02 | 4.374,53 | 3.365,02 | 3.869,77 | 4.374,53 | 4.038,02 | 4.038,02 | 2.692,01 |
| 2014 | 3.277,12 | 4.260,26 | 3.277,12 | 4.260,26 | 3.277,12 | 3.768,70 | 4.260,26 | 3.932,55 | 3.932,55 | 2.621,70 |
| 2015 | 3.463,42 | 4.502,45 | 3.463,42 | 4.502,45 | 3.463,42 | 3.982,94 | 4.502,45 | 4.156,10 | 4.156,10 | 2.770,73 |
| 2016 | 3.689,39 | 4.796,20 | 3.689,39 | 4.796,20 | 3.689,39 | 4.242,79 | 4.796,20 | 4.427,26 | 2.951,50 | 2.951,50 |
| 2017 | 4.009,17 | 5.211,91 | 4.009,17 | 5.211,91 | 4.009,17 | 4.610,55 | 5.211,91 | 4.811,01 | 4.811,01 | 3.207,34 |
| 2018 | 3.803,95 | 4.945,14 | 3.803,95 | 4.945,14 | 3.803,95 | 4.374,55 | 4.945,14 | 4.564,74 | 4.564,74 | 3.043,16 |
| 2019 | 4.520,38 | 5.110,00 | 4.127,30 | 5.110,00 | 3.930,77 | 4.520,38 | 5.110,00 | 4.716,92 | 4.716,92 | 3.144,62 |
| 2020 | 4.745,82 | 5.141,31 | 4.350,34 | 5.141,31 | 3.954,85 | 4.548,08 | 5.141,31 | 4.745,82 | 4.745,82 | 3.163,88 |

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (2021), atualizado pelos autores, (2021).

Quadro 10 - Continuação Valor anual por aluno estimado, no Paraná no período de 2007 a 2020 – Valores atualizados pelo – INPC

| Ano | Entidades Conveniadas | | | | |
|------|--------------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|-------------------|
| | Creche em Tempo Integral | Creche em Tempo Parcial | Pré-Escola Integral | Pré-Escola Parcial | Educação Especial |
| 2007 | | | | | 3.141,53 |
| 2008 | 2.477,10 | 2.085,97 | | | 3.128,97 |
| 2009 | 2.442,93 | 2.057,20 | 3.085,80 | 2.571,50 | 3.085,80 |
| 2010 | 2.294,58 | 1.932,28 | 2.898,41 | 2.415,34 | 2.898,41 |
| 2011 | 3.218,22 | 2.340,53 | 3.803,35 | 2.925,65 | 3.510,79 |

| | | | | | |
|------|----------|----------|----------|----------|----------|
| 2012 | 3.433,25 | 2.496,90 | 4.057,47 | 3.121,14 | 3.745,36 |
| 2013 | 3.701,52 | 2.692,01 | 4.374,53 | 3.365,02 | 4.038,02 |
| 2014 | 3.604,83 | 2.621,70 | 4.260,26 | 3.277,12 | 3.932,55 |
| 2015 | 3.809,77 | 2.770,73 | 4.502,45 | 3.463,42 | 4.156,10 |
| 2016 | 4.068,78 | 2.951,50 | 4.796,20 | 3.689,39 | 4.427,26 |
| 2017 | 4.410,09 | 3.207,34 | 5.211,91 | 4.009,17 | 4.811,01 |
| 2018 | 4.184,35 | 3.043,16 | 4.945,14 | 3.803,95 | 4.564,74 |
| 2019 | 4.323,85 | 3.144,62 | 5.110,00 | 4.127,30 | 4.716,92 |
| 2020 | 4.350,34 | 3.163,88 | 5.141,31 | 4.350,34 | 4.745,82 |

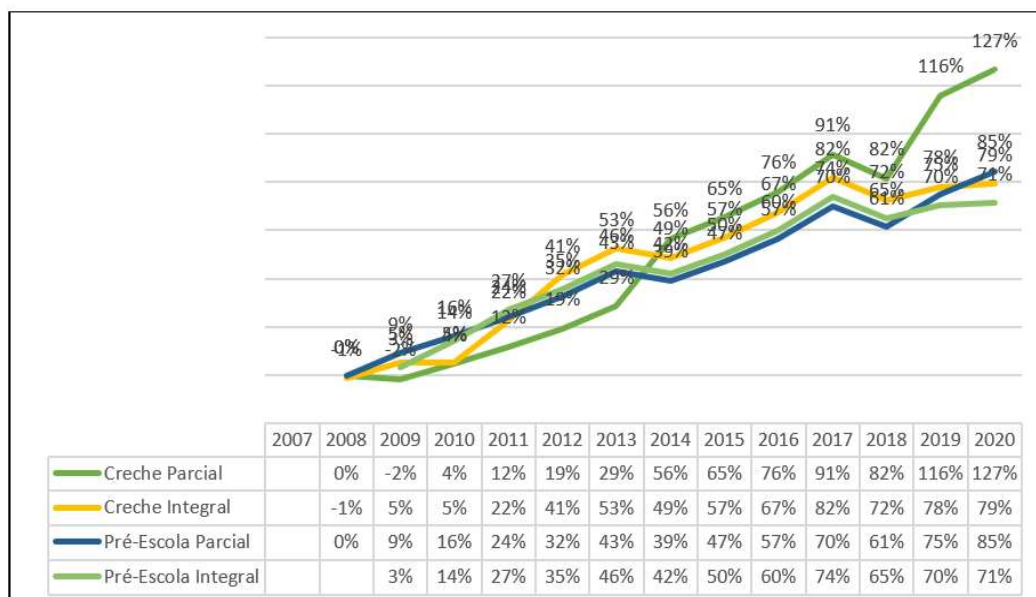
Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (2021), atualizado pelos autores (2021).

Desta forma é possível notar que ao longo desses quatorze anos de atuação, o investimento em educação através do FUNDEB no Estado do Paraná obteve crescimento maior que a inflação, porém, com pouco avanço.

Observados a modalidade de creche parcial no período, é possível notar um crescimento de 127% de investimento em educação, aproximadamente 9,04% de crescimento ao ano. Em relação à creche integral o crescimento é de 79%, em média 6,1% ao ano.

Para pré-escola parcial o crescimento é de 85%, em média 6,05% ao ano, e para pré-escola integral de 71%, aproximadamente 5,50% ao ano, conforme observa-se através da Figura 4. Sendo assim, é possível perceber que fora a modalidade de creche parcial as demais modalidades não cresceram mais que 7% ao ano no período.

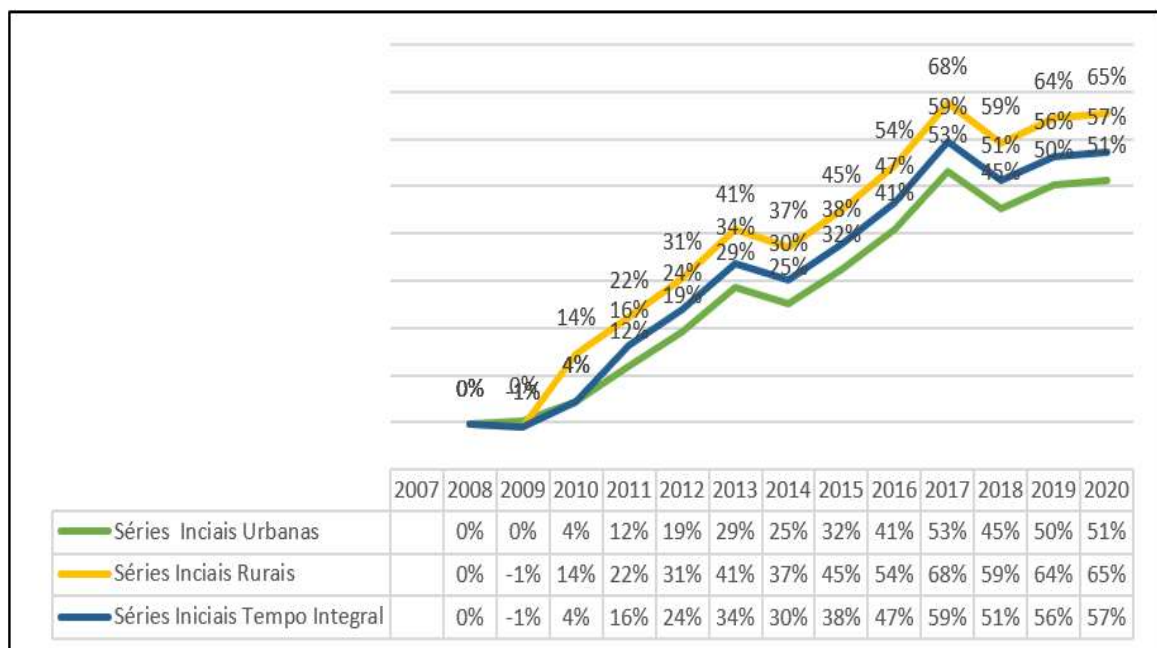
Figura 4- Crescimento do percentual investido em educação infantil através do FUNDEB – valores corrigidos através do INPC (ref. 12.2020)



Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

Para as etapas de ensino fundamental séries iniciais, os valores apresentam crescimento inferior ao de etapas de educação infantil no período analisado. Para a etapa de ensino fundamental séries iniciais, o crescimento foi de 51%, aproximadamente 3,65% ao ano; para séries iniciais rurais 65,46%, aproximadamente 4,68% ao ano; e para ensino fundamental séries iniciais em tempo integral, o crescimento foi de 57%, em média 4,08% ao ano, conforme se pode ver na Figura 5.

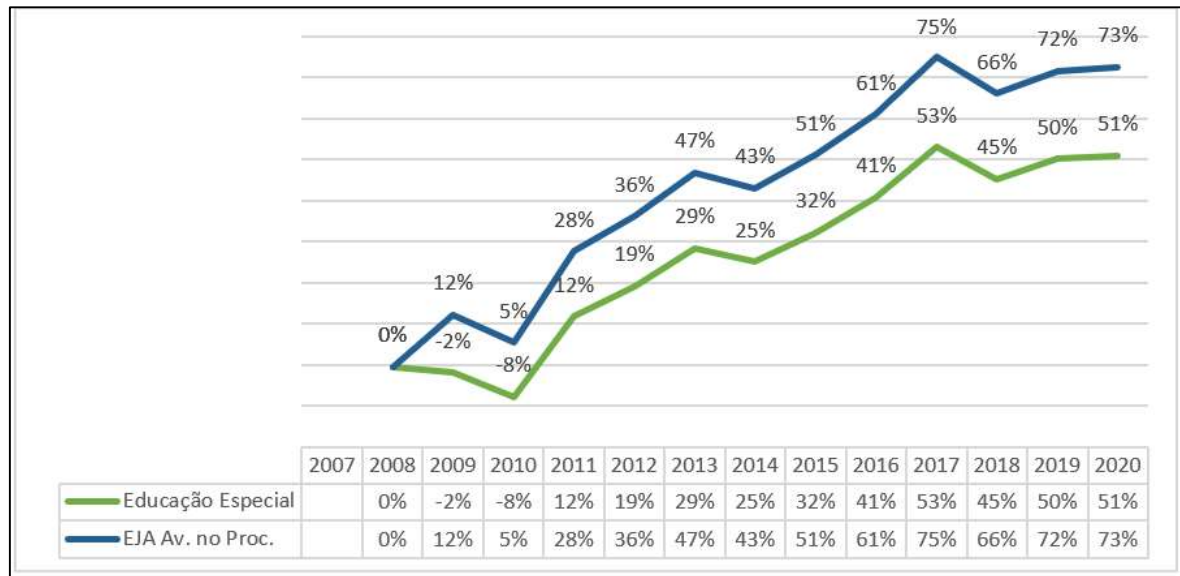
Figura 5 - Crescimento do percentual investido na etapa de ensino fundamental I, através do FUNDEB – valores corrigidos através do INPC (ref. 12.2020)



Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

A modalidade de Educação Especial obteve crescimento de 51%, aproximadamente 3,65% ao ano; e a modalidade Educação de Jovens e Adultos crescimento – EJA de 73%, aproximadamente 5,19% ao ano, conforme Figura 6.

Figura 6 - Crescimento do percentual investido em educação especial e EJA através do FUNDEB, valores corrigidos através do INPC (ref. 12.2020)



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

O Paraná durante o período de 2007 a 2020 ocupou em média a 15^o posição, considerando os valores disponibilizados para educação através do FUNDEB entre os Estados brasileiros, conforme observa-se através das portarias interministeriais apresentadas no Quadro 7 e 8.

Além da discrepância no financiamento da educação de Estado para Estado, existem divergências entre Municípios pertencentes ao mesmo Estado, isso devido ao percentual de 5% que é aplicado referente a receita de cada Município e aos impostos não vinculados ao fundo.

4.2.2 Valor anual por aluno no município de Telêmaco Borba-PR

O crescimento econômico constitui-se como instrumento contingencial capaz de privilegiar e apoiar o desenvolvimento das liberdades, cujo principal objetivo é a capacitação individual, capaz reduzir aspectos de desigualdade social e transferir-se em desenvolvimento social.

O desenvolvimento dificilmente pode ser visto apenas com relação ao melhoramento de objetos inanimados de conveniência, como um aumento do PIB (ou da renda pessoal) ou a industrialização – apesar da importância que possam ter como meios para fins reais. Seu valor precisa depender do impacto que eles têm nas vidas e liberdades das pessoas envolvidas que necessita ser central para a ideia de desenvolvimento (SEN, 2011, p. 380-381).

As facilidades econômicas, descritas nessa teoria, são visíveis através do crescimento econômico da região, porém devem impactar no desenvolvimento de outros tipos de liberdade.

O desenvolvimento deve considerar sobretudo a melhora na qualidade de vida, e as liberdades desfrutadas pelos cidadãos (SEN, 1999).

Desta forma, no decorrer desse tópico, serão observados os valores reais disponibilizados para educação no sistema de educação básica do município de Telêmaco Borba-PR, como mencionado anteriormente, o município gozou de período de grande crescimento econômico, angariando maiores disponibilidades financeiras para investimento em educação.

Observados a legislação nacional, a CF/88 art. 212 estabelece que pelo menos 25% da receita municipal e estadual, resultantes de impostos e transferência, sejam investidos em educação. Desse total 20% são investidos através do FUNDEB, conforme previsto na LEI 11.494/2007 art. 3, sendo que fica sob responsabilidade dos municípios o investimento dos 5% restantes das receitas vinculadas ao FUNDEB e 25% dos demais impostos e transferências, conforme mencionado no art. 1º (BRASIL, LEI 11.494 de 2007).

O Plano Municipal de Educação, Lei nº 2.104, com vigência de 2015 a 2025, além de observar o previsto através da legislação nacional, eleva o percentual para investimento em educação de 25% para 28% até o ano de 2017, e 30% até 2021 (TELÊMACO BORBA, PME, Lei n. 2104, meta 21, 2015), a fim de assegurar padrões de qualidade, expansão e equidade (TELÊMACO BORBA, PME, Lei n. 2104, art. 2, 2015; BRASIL, PNE. Lei n. 13.005, art. 2, 2014).

Para que as metas sejam cumpridas é necessário planejamento governamental, os governos utilizam uma ferramenta chamada orçamento público para auxiliar nesse processo. De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2013), o orçamento público é uma ferramenta utilizada pelos governos para estimar as receitas previstas, e prever os gastos que se pretende realizar durante o período. Trata-se de instrumento de planejamento no qual as políticas públicas setoriais são analisadas e ordenadas, segundo o seu grau de prioridade para compor o plano de ação do governo, respeitando o limite do montante previsto para financiamento dos gastos (CREPALDI, 2013).

O art.165 da CF/1988 estabelece que o orçamento é atribuído pelo Poder Executivo, através da elaboração e execução do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

O PPA contempla os projetos e programas de maior duração, apresentando metas e objetivos para até quatro anos; a LDO orienta a elaboração e execução do orçamento anual, além de outros temas; e a LOA prevê as receitas que se pretende arrecadar no ano e direciona os gastos a serem realizados no período com o recurso (CREPALDI, 2013).

De acordo com Giaconomi (2010, p. 57), o orçamento público é uma peça da administração pública que auxilia o processo administrativo em três etapas: programação, execução e controle.

Para assegurar a plena execução do Plano Nacional de Educação é necessário que o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios sejam formulados de forma a assegurar dotação orçamentária compatível (ATRICON-IRB, 2016).

Após a observância do ato licitatório (quando devido) a despesa orçamentária é efetivada através de três etapas: empenho, liquidação e pagamento (GIACONOMI, 2010).

Para Giaconomi (2010), empenhar significa programar a despesa ao crédito orçamentário, garantindo ao credor possibilidades orçamentárias, além de permitir a administração pública acompanhar e controlar a execução dos orçamentos.

No que se refere a liquidação Giaconomi (2010) salienta.

Empenhada a despesa e após a entrega do bem ou a prestação do serviço, Processa-se o segundo estágio. A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tomando-se por base os títulos e documentos que comprovam o respectivo crédito. A verificação deverá apurar: (I) a origem e o objeto do que se deve pagar; (II) a importância exata a pagar; e (III) a quem se deve pagar a importância, isto é, o credor. A liquidação deverá considerar ainda: (I) o contrato, ajuste ou acordo respectivo; (II) a nota de empenho; e (III) os comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço (GIACONOMI, 2010, p. 308).

A ordem de pagamento só pode ser emitida após a liquidação, sendo que ocorre em duas etapas: (a) a emissão da ordem de pagamento, (b) a efetivação do pagamento (GIACONOMI, 2010). Para análise desta etapa da pesquisa será considerado dados referentes aos pagamentos efetivados, considerando orçamentos referentes aos anos de 2013 a 2019 do município de Telêmaco Borba-PR.

Os dados apresentados a seguir foram coletados através do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com base nas receitas e despesas apresentadas para cada ano, no painel de Download de Dados.

No ano de 2013 o município de Telêmaco Borba-PR efetuou pagamentos totalizando o valor de R\$ 121.320.438,30 (cento e vinte e um milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta centavos) deste valor R\$30.187.205,51 (trinta milhões, cento oitenta e sete mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e um centavos) foram investidos em educação, o que equivale 24,88% dos pagamentos efetuados, Quadro 11.

Quadro 11 - Orçamento Municipal Telêmaco Borba-PR/ Pagamentos efetuados/ 2013

| ANO REFERÊNCIA 2013 | | | | | |
|----------------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|--------|---------------|
| DESCRIÇÃO | VR PAGAMENTO | VR ESTORNO PAGAMENTO | TOTAL PAGO | %E | %T |
| FUNDEB 60% | 13.846.901,92 | | 13.846.901,92 | 45,87% | 11,41% |
| FUNDEB 40% | 5.603.563,90 | | 5.603.563,90 | 18,56% | 4,62% |
| 5% Sobre transf. Constitucionais FUNDEB | 3.752.900,38 | | 3.752.900,38 | 12,43% | 3,09% |
| Demais Impostos Vinculados à Educação Básica | 4.305.093,99 | 9.356,10 | 4.295.737,89 | 14,23% | 3,54% |
| MDE/PNATE - Transporte Escolar | 39.239,07 | 6.430,25 | 32.808,82 | 0,11% | 0,03% |
| Plano de Ações Articulados /PAR 9263 | 43.085,77 | | 43.085,77 | 0,14% | 0,04% |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar | 989.714,01 | 13.669,10 | 976.044,91 | 3,23% | 0,80% |
| Programa PETE SEED/2009 | 56.447,23 | | 56.447,23 | 0,19% | 0,05% |
| Programa Pr. o Infância PAC. 202 954/2012 | 266.940,48 | | 266.940,48 | 0,88% | 0,22% |
| Pro-Infância Manutenção | 22.248,98 | | 22.248,98 | 0,07% | 0,02% |
| Salário Educação | 1.290.525,23 | | 1.290.525,23 | 4,28% | 1,06% |
| Total Pagto em Educação | 30.216.660,96 | 29.455,45 | 30.187.205,51 | | 24,88% |
| Total Geral Pagto Efetuados | 121.533.448,13 | 213.009,83 | 121.320.438,30 | | 100%T |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo TCE, download de Dados (2020).

Considerando o total de alunos da rede municipal em todas as etapas, o que equivale a 7.727 (sete mil setecentos e vinte e sete) alunos (FNDE,2021), cada aluno custou em média o valor de R\$3.906,72 (três mil, novecentos e seis reais e setenta e dois centavos) na rede municipal de ensino, considerando a atualização da inflação anual para o ano de 2013 o valor é de R\$ 4.123,79 (quatro mil cento e vinte e três reais e setenta e nove centavos).

A receita de impostos considerada para base de cálculo no ano de 2013 de acordo com o SIOPE (2020), demonstrado através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, é de R\$96.405.306,22 (noventa e seis milhões, quatrocentos e cinco mil, trezentos e seis reais e vinte dois centavos), deste valor 25% deveriam ser investidos em educação, ou seja R\$ 24.101.340,31 (vinte e quatro milhões, cento e um mil, trezentos e quarenta reais e trinta e um centavos). Considerando o valor de R\$ 15.875.866,79 (quinze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos) enviado para o FUNDEB, o município ainda disponibilizou através das contas 5% Sobre Transf.

Constitucionais FUNDEB e Demais Impostos Vinculados à Educação Básica o valor de R\$8.048.638, 27 (oito milhões, quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos), chegando ao percentual de 24,82% de investimentos em educação.

Para o ano de 2014 o município de Telêmaco Borba-PR efetuou pagamentos totalizando o valor de R\$138.790.338,39 (cento e trinta e oito milhões, setecentos e noventa mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos); destes, R\$33.321.213,29 (Trinta e três milhões, trezentos e vinte e um mil, duzentos e treze reais e vinte e nove centavos) foram investidos em educação, o que equivale 24,01% dos pagamentos efetuados, conforme Quadro 12.

Quadro 12- Orçamento Municipal Telêmaco Borba-PR/ Pagamentos efetuados/ 2014

| ANO REFERÊNCIA 2014 | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------|--------|---------------|
| DESCRIÇÃO | VR PAGAMENTO | VR ESTORNO PAGAMENTO | TOTAL PAGO | %E | %T |
| FUNDEB 60% | 15.808.276,77 | | 15.808.276,77 | 47,44% | 11,39% |
| FUNDEB 40% | 5.580.478,93 | 27.776,77 | 5.552.702,16 | 16,66% | 4,00% |
| 5% Sobre transf. Constitucionais FUNDEB | 4.095.506,41 | | 4.095.506,41 | 12,29% | 2,95% |
| Demais Impostos Vinculados à Educação Básica | 4.726.977,49 | | 4.726.977,49 | 14,19% | 3,41% |
| MDE/PNATE - Transporte Escolar | 25.866,52 | | 25.866,52 | 0,08% | 0,02% |
| Plano de Ações Articuladas/PAR 201300176 | 150.000,00 | | 150.000,00 | 0,45% | 0,11% |
| Plano de Ações Articuladas/PAR 9263 | 25.819,07 | | 25.819,07 | 0,08% | 0,02% |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar | 758.360,08 | 12.083,76 | 746.276,32 | 2,24% | 0,54% |
| Programa PETE SEED/2009 | 53.345,61 | | 53.345,61 | 0,16% | 0,04% |
| Programa Pro-Infância - PAC 202954/2012 - Construção Creche | 262.349,37 | | 262.349,37 | 0,79% | 0,19% |
| Programa Pr-o-Infância - PAC II - Construção Creche | 10.595,10 | | 10.595,10 | 0,03% | 0,01% |
| Pro-Infância Manutenção | 289.727,00 | | 289.727,00 | 0,87% | 0,21% |
| Salário Educação | 1.574.071,47 | | 1.574.071,47 | 4,72% | 1,13% |
| Total Pagto em Educação | 33.361.373,82 | 39.860,53 | 33.321.513,29 | | 24,01% |
| Total Geral Pagto Efetuados | 139.361.373,82 | 571.035,43 | 138.790.338,39 | | 100%T |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo TCE, download de Dados (2020).

Considerando o total de alunos da rede municipal em todas as etapas para o de 2014, observa-se um quantitativo de 7.476 (sete mil quatrocentos e setenta e seis) alunos, desta forma cada aluno custou em média o valor de R\$4.457,13 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete

reais e treze centavos) na rede municipal de ensino, considerado a atualização da inflação anual para 2014 o valor é de R\$ 4.734,73 (quatro mil, setecentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos).

A receita de impostos considerada para base de cálculo no ano de 2014 de acordo com dados do SIOPE (2020), demonstrado através RREO é de R\$110.462.183,91 (cento e dez milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e oitenta e três reais e noventa e um centavos), de acordo com a CF/88 25% deste valor deve ser investido em educação, ou seja R\$ 27.615.545,98 (vinte e sete milhões, seiscentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos). Considerando o valor de R\$ 18.072.719,80 (dezoito milhões, setenta e dois mil, setecentos e dezenove reais e oitenta centavos) enviado para o FUNDEB o município ainda disponibilizou através das contas *5% Sobre Transf. Constitucionais FUNDEB e Demais Impostos Vinculados à Educação Básica* o valor de R\$8.822.483,90 (oito milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa centavos), chegando ao percentual de 24,35% de investimentos em educação, considerando a receita de impostos constitucionais para tal finalidade, com base nos pagamentos efetivamente efetuados.

Os dados apresentados em 2015 ao TCE apresentam pagamentos efetuados no total de R\$179.548.600,19 (cento e setenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil e seiscentos reais e dezenove centavos) sendo que, R\$41.703.283,25 (quarenta e um milhões, setecentos e três mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) foram investidos em educação, o que equivale 23,23% dos pagamentos efetuados, conforme Quadro 13.

Quadro 13 - Orçamento Municipal Telêmaco Borba-PR/ Pagamentos efetuados/ 2015

| ANO REFERÊNCIA 2015 | | | | | |
|----------------------------------------------|---------------|----------------------|---------------|--------|--------|
| DESCRIÇÃO | VR PAGAMENTO | VR ESTORNO PAGAMENTO | TOTAL PAGO | %E | %T |
| FUNDEB 60% | 18.100.410,07 | | 18.100.410,07 | 43,40% | 10,08% |
| FUNDEB 40% | 7.543.751,14 | | 7.543.751,14 | 18,09% | 4,20% |
| 5% Sobre transf. Constitucionais FUNDEB | 5.231.410,09 | | 5.231.410,09 | 12,54% | 2,91% |
| Demais Impostos Vinculados à Educação Básica | 5.417.450,03 | 5.506,85 | 5.411.943,18 | 12,98% | 3,01% |
| MDE/PNATE - Transporte Escolar | 10.474,07 | | 10.474,07 | 0,03% | 0,01% |
| Plano de Ações Articuladas/PAR 201300176 | 23.339,39 | | 23.339,39 | 0,06% | 0,01% |
| Programa Brasil Carinhoso | 158.975,43 | | 158.975,43 | 0,38% | 0,09% |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar | 757.204,07 | | 757.204,07 | 1,82% | 0,42% |

| | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|-------|---------------|
| Programa PETE SEED/2009 | 84.655,55 | | 84.655,55 | 0,20% | 0,05% |
| Programa Pro-Infancia - PAC 202954/2012 - Construção Creche | 782.457,00 | | 782.457,00 | 1,88% | 0,44% |
| Pro-Infância Manutenção | 31.381,28 | | 31.381,28 | 0,08% | 0,02% |
| Salário Educação | 3.567.281,98 | | 3.567.281,98 | 8,55% | 1,99% |
| Total Pagto em Educação | 41.708.790,10 | 5.506,85 | 41.703.283,25 | | 23,23% |
| Total Geral Pagto Efetuados | 180.403.910,96 | 855.310,77 | 179.548.600,19 | | 100%T |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo TCE, download de Dados, 2020.

Considerando o total de alunos da rede municipal em todas as etapas para o de 2015, observa-se no relatório de quantidades de matrículas por etapa da cidade de Telêmaco Borba – PR (FNDE, 2021) um quantitativo de 7.402 (sete mil quatrocentos e dois) alunos, desta forma cada aluno custou em média de R\$5.634,06 (cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e seis centavos) na rede municipal de ensino, considerando a atualização da inflação anual no ano de 2015 o valor é de R\$ 6.269,36 (seis mil duzentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos).

A receita de impostos considerada para base de cálculo no ano de 2015 publicadas pelo SIOPE (2020), através RREO, é de R\$ 126.220.754,59 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), deste total o valor mínimo exigido para investimento em educação é de R\$ 31. 555.188,63 (Trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos). Considerando o valor de R\$ 20.190.063,18 (vinte milhões, cento e noventa mil, sessenta e três reais e dezoito centavos) enviado para o FUNDEB, o município disponibilizou através das contas *5% Sobre Transf. Constitucionais FUNDEB e Demais Impostos Vinculados à Educação Básica* o valor de R\$10.643.353,27 (dez milhões, seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos), chegando ao percentual de 24,43% de investimentos em educação, considerando a receita de impostos constitucionais para tal finalidade, com base nos pagamentos efetuados.

Para o ano de 2016 o município de Telêmaco Borba-PR efetuou pagamentos totalizando o valor de R\$ 191.328.811,14 (cento e noventa e um milhões, trezentos e vinte e oito mil oitocentos e onze reais e quatorze centavos), sendo que R\$45.242.154,22 (quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos) foram investidos em educação o que equivale 23,65% dos pagamentos efetuados, conforme Quadro 14.

Quadro 14- Orçamento Municipal Telêmaco Borba-PR/ Pagamentos efetuados-2016

| ANO REFERÊNCIA 2016 | | | | | |
|----------------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|--------|---------------|
| DESCRIÇÃO | VR PAGAMENTO | VR ESTORNO PAGAMENTO | TOTAL PAGO | %E | %T |
| FUNDEB 60% | 19.181.776,01 | | 19.181.776,01 | 42,40% | 10,03% |
| FUNDEB 40% | 6.870.726,33 | | 6.870.726,33 | 15,19% | 3,59% |
| 5% Sobre transf. Constitucionais FUNDEB | 6.102.613,64 | | 6.102.613,64 | 13,49% | 3,19% |
| Demais Impostos Vinculados à Educação Básica | 8.891.948,12 | 21.791,04 | 8.870.157,08 | 19,61% | 4,64% |
| MDE/PNATE - Transporte Escolar | 13.336,22 | | 13.336,22 | 0,03% | 0,01% |
| PRÓ INFÂNCIA TIPO B | 665.731,79 | | 665.731,79 | 1,47% | 0,35% |
| Programa Brasil Carinhoso | 67.561,84 | | 67.561,84 | 0,15% | 0,04% |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar | 847.874,45 | | 847.874,45 | 1,87% | 0,44% |
| Programa PETE SEED/2009 | 100.317,20 | | 100.317,20 | 0,22% | 0,05% |
| Pro-Infância Manutenção | 18.183,48 | | 18.183,48 | 0,04% | 0,01% |
| Salário Educação | 2.503.876,18 | | 2.503.876,18 | 5,53% | 1,31% |
| Total Pagto em Educação | 45.263.945,26 | 21.791,04 | 45.242.154,22 | | 23,65% |
| Total Geral Pagto Efetuados | 194.768.207,42 | 3.439.396,28 | 191.328.811,14 | | 100%T |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo TCE, download de Dados (2020).

Considerando o total de alunos da rede municipal em todas as etapas para o de 2016, Telêmaco Borba-PR possuía um quantitativo de 7.573 alunos matriculados (FNDE, 2021). Cada aluno custou em média o valor de R\$5.974,14 (cinco mil novecentos setenta e quatro reais e quatorze centavos), considerando a atualização da inflação anual para o ano o valor é de R\$ 6.367,25 (seis mil trezentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

A receita de impostos considerada para base de cálculo no ano de 2016 de acordo com dados do SIOPE (2020), demonstrado através RREO é de R\$ 141.600.372,44 (cento e quarenta e um milhões, seiscentos mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), deste valor aproximadamente R\$ 35.400.093,10 (trinta e cinco milhões, quatrocentos mil, noventa e três reais e dez centavos) deve ser investido em educação. Considerando o valor de R\$22.281.507,08 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e sete reais e oito centavos) enviado para o FUNDEB, e o disponibilizado através das contas *5% Sobre Transf. Constitucionais FUNDEB e Demais Impostos Vinculados à Educação Básica* que totaliza o valor de R\$14.972.770,72 (quatorze milhões, novecentos e setenta e dois mil, setecentos e setenta reais e setenta e dois centavos), chega-se ao percentual de 26,31% de

investimentos em educação considerando a receita de impostos constitucionais para tal finalidade, com base nos pagamentos efetuados.

Para o ano de 2017 o município de Telêmaco Borba-PR efetuou pagamentos totalizando o valor de R\$204.292.949,44 (duzentos e quatro milhões, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), sendo que R\$48.814.894,75 (quarenta e oito milhões, oitocentos e quatorze mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos) foram investidos em educação, 23,89% dos pagamentos efetuados, conforme Quadro 15.

Quadro 15 - Orçamento Municipal Telêmaco Borba-PR/ Pagamentos efetuados/ 2017

| ANO REFERÊNCIA 2017 | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|--------|---------------|
| DESCRIÇÃO | VR PAGAMENTO | VR ESTORNO PAGAMENTO | TOTAL PAGO | %E | %T |
| FUNDEB 60% | 21.493.648,29 | 756,01 | 21.492.892,28 | 44,03% | 10,52% |
| FUNDEB 40% | 7.278.160,19 | 158.033,74 | 7.120.126,45 | 14,59% | 3,49% |
| 5% Sobre transf. Constitucionais FUNDEB | 6.238.024,34 | | 6.238.024,34 | 12,78% | 3,05% |
| Demais Impostos Vinculados à Educação Básica | 7.367.403,06 | 15.419,94 | 7.351.983,12 | 15,06% | 3,60% |
| Infraestrutura Escolar - PAR/Equipamentos e Mobiliários Pró Infância PAC | 109.294,93 | | 109.294,93 | 0,22% | 0,05% |
| MDE/PNATE - Transporte Escolar | 35.952,32 | | 35.952,32 | 0,07% | 0,02% |
| Programa Brasil Carinhoso | 44.168,10 | | 44.168,10 | 0,09% | 0,02% |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar | 862.863,28 | | 862.863,28 | 1,77% | 0,42% |
| Programa PETE SEED/2009 | 105.911,47 | | 105.911,47 | 0,22% | 0,05% |
| Programa Pr-o-Infância - PAC 202954/2012 - Construção Creche | 56.879,87 | | 56.879,87 | 0,12% | 0,03% |
| Pro-Infância Manutenção | 98.100,91 | | 98.100,91 | 0,20% | 0,05% |
| Salário Educação | 5.298.697,68 | | 5.298.697,68 | 10,85% | 2,59% |
| Total Pagto em Educação | 48.989.104,44 | 174.209,69 | 48.814.894,75 | | 23,89% |
| Total Geral Pagto Efetuados | 204.678.579,25 | 385.629,81 | 204.292.949,44 | | 100%T |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados pelo TCE, download de Dados, 2020.

Considerando o total de alunos da rede municipal em todas as etapas para o de 2017, município possuía um quantitativo de 7.372 (sete mil trezentos e setenta e dois) alunos, desta forma cada aluno custou em média o valor de R\$6.630,66 (seis mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e seis centavos) na rede municipal de ensino, considerada a inflação anual o valor é de R\$ 6.767,71 (seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos) por aluno.

Para o ano de 2017 não foram encontrados dados anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO através do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, o que impossibilitou análise detalhada para o período.

Para o ano de 2018 o município de Telêmaco Borba-PR efetuou pagamentos totalizando o valor de R\$ 223.877.469,51 (duzentos e vinte e três milhões, oitocentos e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e um centavos), sendo que desse valor R\$47.067.748,86 (quarenta e sete milhões, sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos) foram investidos em educação, o que equivale 21,02% dos pagamentos efetuados, conforme Quadro 16.

Quadro 16 -Orçamento Municipal Telêmaco Borba-PR/ Pagamentos efetuados-2018

| ANO REFERÊNCIA 2018 | | | | | |
|-----------------------------------------------------|---------------|----------------------|---------------|--------|-------|
| DESCRIÇÃO | VR PAGAMENTO | VR ESTORNO PAGAMENTO | TOTAL PAGO | %E | %T |
| FUNDEB 60% | 21.938.838,50 | | 21.938.838,50 | 46,61% | 9,80% |
| FUNDEB 40% | 7.101.102,38 | 267.303,31 | 6.833.799,07 | 14,52% | 3,05% |
| 5% Sobre transf. Constitucionais FUNDEB | 7.453.206,24 | 225.888,48 | 7.227.317,76 | 15,36% | 3,23% |
| Demais Impostos Vinculados à Educação Básica | 7.087.998,50 | 334.384,58 | 6.753.613,92 | 14,35% | 3,02% |
| MDE/PNATE - Transporte Escolar | 33.796,44 | 343,50 | 33.452,94 | 0,07% | 0,01% |
| Programa de Ações Articuladas/PAR - Termo 201300762 | 199.940,00 | | 199.940,00 | 0,42% | 0,09% |
| Apoio Financeiro FPM/Educação | 203.066,70 | 0,03 | 203.066,67 | 0,43% | 0,09% |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar | 762.078,73 | 90.868,36 | 671.210,37 | 1,43% | 0,30% |
| Programa PETE SEED/2009 | 91.726,27 | 126,50 | 91.599,77 | 0,19% | 0,04% |
| PRÓ INFÂNCIA TIPO B | 17.738,00 | | 17.738,00 | 0,04% | 0,01% |
| TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201402979 - CC 50121-2 | 841.788,00 | | 841.788,00 | 1,79% | 0,38% |
| Salário Educação | 2.255.399,24 | 15,38 | 2.255.383,86 | 4,79% | 1,01% |

| | | | | | |
|------------------------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|--|---------------|
| Total Pagto em Educação | 47.986.679,00 | 918.930,14 | 47.067.748,86 | | 21,02% |
| Total Geral Pagto Efetuados | 224.667.164,33 | 789694,82 | 223.877.469,51 | | 100%T |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo TCE, download de Dados (2020).

Considerando o total de alunos da rede municipal em todas as etapas para o de 2018, Telêmaco Borba-PR possuía um quantitativo de 7.636 alunos matriculados (FNDE, 2021), cada aluno custou em média o valor de R\$6.163,93 (seis mil cento e sessenta e três reais e noventa e três centavos) considerando a atualização da inflação anual para o ano de 2018 o valor é de R\$ 6.375,60 (seis mil trezentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos) por aluno.

A receita de impostos considerada para base de cálculo no ano de 2018 de acordo com dados do SIOPE (2020) demonstrado através RREO é de R\$161.782.476,93 (cento e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e três centavos), 25% deste valor, aproximadamente R\$40.445.619,23 (quarenta milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e vinte três centavos). Considerando o valor de R\$ 25.189.746,20 (vinte e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) enviado para o FUNDEB, o município disponibilizou através das contas *5% Sobre Transf. Constitucionais FUNDEB e Demais Impostos Vinculados à Educação Básica* o valor de R\$13.980.931,68 (treze milhões, novecentos e oitenta mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos), chegando ao percentual de 24,21% de investimentos em educação considerando a receita de impostos constitucionais para essa finalidade, com base nos pagamentos efetuados.

Para o ano de 2019 o município de Telêmaco Borba-PR efetuou pagamentos totalizando o valor de R\$ 190.003.826,27 (cento e noventa milhões, três mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte e sete centavos), sendo que desse valor R\$41.886.444,50 (quarenta e um milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) foram investidos em educação o que equivale 22,05% dos pagamentos efetuados, conforme Quadro 17.

Quadro 17 -Orçamento Municipal Telêmaco Borba-PR/ Pagamentos efetuados-2019

| ANO REFERÊNCIA 2019 | | | | | |
|-----------------------------------------|---------------|----------------------|---------------|--------|-------|
| DESCRIÇÃO | VR PAGAMENTO | VR ESTORNO PAGAMENTO | TOTAL PAGO | %E | %T |
| FUNDEB 60% | 17.980.405,08 | | 17.980.405,08 | 42,93% | 9,46% |
| FUNDEB 40% | 8.352.149,43 | | 8.352.149,43 | 19,94% | 4,40% |
| 5% Sobre transf. Constitucionais FUNDEB | 3.719.889,86 | | 3.719.889,86 | 8,88% | 1,96% |

| | | | | | |
|-----------------------------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|--------|---------------|
| Demais Impostos Vinculados à Educação Básica | 7.431.341,76 | 9.083,14 | 7.422.258,62 | 17,72% | 3,91% |
| MDE/PNATE - Transporte Escolar | 27.653,22 | | 27.653,22 | 0,07% | 0,01% |
| Plano de Ações Articuladas - PAR 2018000096 | 28.947,93 | | 28.947,93 | 0,07% | 0,02% |
| Programa de Ações Articuladas/PAR - Termo 201300762 | 43.561,46 | | 43.561,46 | 0,10% | 0,02% |
| Apoio Financeiro FPM/Educação | 663,10 | | 663,10 | 0,00% | 0,00% |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar | 833.308,95 | | 833.308,95 | 1,99% | 0,44% |
| Programa PETE SEED/2009 | 164.608,22 | | 164.608,22 | 0,39% | 0,09% |
| PRÓ INFÂNCIA TIPO B | 1.594.734,12 | | 1.594.734,12 | 3,81% | 0,84% |
| TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201402979 - CC 50121-2 | 10.522,86 | | 10.522,86 | 0,03% | 0,01% |
| Salário Educação | 1.707.741,65 | | 1.707.741,65 | 4,08% | 0,90% |
| Total Pagto em Educação | 41.895.527,64 | 9.083,14 | 41.886.444,50 | | 22,05% |
| Total Geral Pagto Efetuados | 190.066.452,62 | 62626,35 | 190.003.826,27 | | 100%T |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo TCE, download de Dados (2020).

Considerando o total de alunos da rede municipal em todas as etapas para o de 2019, Telêmaco Borba-PR possuía um quantitativo de 7.794 alunos matriculados, cada aluno custou em média o valor de R\$5.374,19 (cinco mil trezentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos), considerando a atualização da inflação anual para o ano de 2019 o valor é de R\$ 5.613,24 (cinco mil seiscentos e treze reais e vinte e quatro centavos) por aluno matriculado na rede pública municipal.

Para o ano de 2019 a SIOPE não disponibilizou as mesmas informações que constavam em anos anteriores no RREO, o que impossibilitou a análise detalhada do período.

A *garantia de transparência* é capaz de inibir sistemas de corrupção, irresponsabilidade financeira e transações ilícitas (SEN, 1999, p. 34). Além de impactar em *liberdades políticas*, que por sua vez impactam e *oportunidades sociais* e *segurança protetora*. Desta forma, vale reforçar que a falta de informações disponibilizadas não só impossibilita análises, mas fere princípios constitucionais.

Considerando os valores analisados e os relatórios verificados, é possível notar que o município não aplica o percentual previstos através do Plano Nacional e Municipal de

Educação, outro ponto observado é a falta de informação nos dados disponibilizados através da SIOPE nos anos de 2017 e 2019, impactando negativamente no quesito *garantia* de transparência de informações públicas.

No decorrer dos anos o valor investido por alunos na rede municipal de ensino foi impactado positivamente devido aumento na arrecadação de impostos, conforme nota-se através da Figura 7. No ano de 2019 houve grande diminuição das despesas gerais do município, o que impactou nos valores gastos com educação, além do aumento de matrículas nos anos de 2018 e 2019 impactando negativamente no valor-aluno-ano do município.

Figura 7 - Valor real aluno ano para o município de Telêmaco Borba-PR considerando o INPC



Fonte: Elaborado pelos autores, (2021).

Mesmo com queda de gastos em educação no ano de 2018 e 2019, o que é justificado pela queda de arrecadação, visível através do Figura 3 (PIB anual a preço corrente da cidade de Telêmaco Borba-PR), considerando o período de 2013 a 2017 houve um aumento considerável de recursos financeiros investidos em educação, devido a maior arrecadação de impostos, que é impactada pela produção de bens e serviços, além de investimentos vindos de programas federais para o desenvolvimento da educação, os anos de 2018 e 2019 apresentaram forte queda nas arrecadações, impactando o investimento em educação.

O município também é impactado pela inconstância de matrículas, de acordo com Cava (2014) *apud* Feldman (2016) essa sazonalidade está ligada ao setor industrial que é predominante na região. Devido a atividade industrial muitas pessoas acabam buscando emprego na cidade, muitas vagas são temporárias. Comparado o valor médio disponibilizado

por aluno através do FUNDEB e o valor médio por aluno considerando os demais impostos no município de Telêmaco Borba-PR, percebe-se que durante todo o período pesquisado o município disponibilizou de valores superiores para investimento em educação, sendo que em 2015 a diferença foi de 86% a mais, no ano de 2019 com a queda das nas arrecadações o município disponibilizou de 33% a mais do que o valor disponibilizado através do FUNDEB, conforme pode ser observado do Quadro 18.

Quadro 18 - Média valor-aluno-ano FUNDEB e Telêmaco Borba-PR

| Ano | Valor Total FUNDEB | Total de Matrículas | média valor aluno ano | INPC | Média Valor Aluno FUNDEB | Média Valor Aluno Telêmaco Borba | % Dif. FUNDEB |
|------|--------------------|---------------------|-----------------------|---------|--------------------------|----------------------------------|---------------|
| 2013 | R\$18.727.983,30 | 7.727 | R\$ 2.423,86 | 5,55627 | R\$ 2.558,54 | R\$ 4.123,79 | 61% |
| 2014 | R\$19.136.501,20 | 7.476 | R\$ 2.559,72 | 6,2283 | R\$ 2.719,15 | R\$ 4.734,73 | 74% |
| 2015 | R\$22.453.212,57 | 7.402 | R\$ 3.033,60 | 11,2762 | R\$ 3.375,68 | R\$ 6.269,36 | 86% |
| 2016 | R\$25.795.800,49 | 7.573 | R\$ 3.406,29 | 6,5800 | R\$ 3.630,42 | R\$ 6.367,24 | 75% |
| 2017 | R\$27.730.215,89 | 7.362 | R\$ 3.766,67 | 2,0669 | R\$ 3.844,52 | R\$ 6.767,71 | 76% |
| 2018 | R\$28.234.185,34 | 7.636 | R\$ 3.697,75 | 3,4340 | R\$ 3.824,73 | R\$ 6.375,60 | 67% |
| 2019 | R\$31.492.053,48 | 7.794 | R\$ 4.040,81 | 4,44816 | R\$ 4.220,55 | R\$ 5.613,24 | 33% |

Fonte: Elaborado pelos autores com base no nos dados disponibilizados FNDE, (2021).

Durante o período pesquisado o município despendeu de valor considerável para investimento em educação, mesmo sem alcançar o aumento gradativo previsto na meta 21 do PME 2015-2025, que estabelece um aumento no percentual de investimento de educação de 27% até 2017 e 30% até 2021. Para Sen (1999), as elevações das rendas não são desejáveis por si só, mas pelo impacto que possuem sobre o desenvolvimento de liberdades e na qualidade de vida das pessoas.

A teoria do desenvolvimento das liberdades de Amartya Sen, compreende que a ascensão do sistema liberal não é a causa de desigualdades sociais, mas pode empreender-se em condições favoráveis de transposição para o desenvolvimento. Em outras palavras, a elevação de rendas públicas, que é impactada também pelo aumento de rendas individuais, deve ampliar as possibilidades do sistema, visando a concessão de liberdades individuais, através da capacitação dos indivíduos.

Vale salientar que não formaram a base de cálculo de valor-aluno-ano, os valores disponibilizados através de contas como: MDE/PNATE transporte escolar, Plano de Ações Articuladas/PAR 201300176, Plano de ações articuladas/PAR 9263, Programa Nacional de

Alimentação Escolar, Programa PETE SEED/2009, Programas Proinfância Construção de Creches, Proinfância Manutenção e Salário Educação, por se tratar de investimentos que não são efetuados com recursos municipais. Porém, o município disponibilizou-se desses recursos para investimento em educação.

Sen (1999), defende que as riquezas não são desejadas por si mesmas, mas por servir de meio para conquistar aquilo que se tem razão em valorizar. As facilidades econômicas, compõem o leque de liberdades descritas por Amartya Sen, nesse estudo esses excedentes são verificados através do crescimento do econômico do município, mas além disso buscou se evidências empíricas de como ela tem amparado o desenvolvimento de outros tipos de liberdade, como: oportunidade social e segurança protetora.

4.2.3 Quantitativo de alunos matriculados nas séries iniciais de responsabilidade municipal, educação especial e EJA- Educação de Jovens e Adultos

As *oportunidades sociais* devem conferir ao indivíduo a possibilidade de escolher a vida que deseja, isento das restrições pré-estabelecidas pelo meio, garantindo equidade e igualdade de oportunidades. Dito em outras palavras, a teoria do desenvolvimento das liberdades reforça que o crescimento econômico deve ser aproveitado para conceder melhores condições de vida à população, de forma sustentada, através do fortalecimento de aspectos ligados à liberdade dos indivíduos.

As *oportunidades sociais*, são estabelecidas através do direito à educação e saúde. Estão intrinsecamente ligadas à capacitação do indivíduo, considerando aspectos físicos e cognitivos. A condição de agente, subentendida como a capacidade de agir do indivíduo, está restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas que se dispõe (SEN, 1999).

Destarte, maiores oportunidades são capazes de impactar nas *facilidades econômicas*, possibilitando ao indivíduo atingir seus objetivos pessoais, e escolher o tipo de vida que deseja levar. Ademais, torna o cidadão apto a exercer a *liberdade política*, através da participação social, que por sua vez pode impactar em direitos reais para outros cidadãos, ampliando as *oportunidades sociais*. Esse dinamismo explicado por SEN (1999) compreende o processo de desenvolvimento, que passa a ser sustentável.

Conforme mencionado por Silva (2014) o princípio fundamental do direito à educação, traduz-se em acesso e permanência em todas as etapas da educação.

No que se refere às vagas de creche, nota-se através do Quadro 19, que a partir de 2013 as matrículas migraram para creche em tempo integral, antes mesmo da aprovação da PNE (2014-2024). Em 2019 as matrículas referentes a creche integral e parcial, do ensino público e

privado, correspondem a 28,63% das crianças, com faixa etária de 0 a 3 anos, considerados dados disponíveis no Quadro 10 e 21 (projeção para 2020). O PNE (2014-2024) e o PME (2015-2025) através da meta 1, determinam que até 2024 (PNE) e 2025 (PME), 50% das crianças na idade entre 0 à 3 anos de idade devem estar matriculadas (BRASIL, Lei 13.005, 2014).

Quadro 19 - Quantidade de matrículas por etapa na cidade de Telêmaco Borba – PR

| Educação Infantil | | | | | Ensino Fundamental | | | Ed. Especial | Aten. a Ed. Especial | EJA Av. no Proc | Entidades Conveniadas |
|-------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|----------------|--------------|----------------------|-----------------|-----------------------|
| Ano | Creche Parcial | Creche Integral | Pré-Escola Parc | Pré-Escola Int. | Sér. Inc Urb | Sér. Inc Rur | Tempo Integral | | | | Ed. Especial |
| 2007 | 206 | | 561 | | 5.081 | 99 | | 62 | | 52 | |
| 2008 | 161 | 293 | 1.043 | 35 | 5.050 | | 231 | 124 | | 141 | 92 |
| 2009 | 187 | 503 | 1.344 | 74 | 5.023 | | 244 | 112 | | 223 | 107 |
| 2010 | 74 | 673 | 1.284 | 48 | 4.858 | 21 | 188 | 75 | 35 | 218 | 100 |
| 2011 | 0 | 821 | 1.393 | 74 | 4.611 | | 195 | 81 | 41 | 216 | 75 |
| 2012 | 47 | 799 | 1.390 | 73 | 4.066 | | 193 | 78 | 36 | 145 | 65 |
| 2013 | 1 | 869 | 1.410 | 73 | 4.577 | | 364 | 130 | 83 | 123 | 97 |
| 2014 | 0 | 843 | 1.366 | 51 | 3.899 | 26 | 896 | 121 | 80 | 102 | 92 |
| 2015 | 0 | 883 | 1.413 | 73 | 3.776 | | 970 | 126 | 65 | 0 | 96 |
| 2016 | 0 | 595 | 1.269 | 422 | 3.938 | | 969 | 92 | 54 | 135 | 99 |
| 2017 | 0 | 576 | 1.176 | 472 | 4.229 | | 610 | 125 | 81 | 93 | 0 |
| 2018 | 0 | 665 | 1.280 | 469 | 4.236 | | 562 | 128 | 77 | 129 | 90 |
| 2019 | 0 | 786 | 1.345 | 468 | 4.221 | 21 | 539 | 137 | 85 | 91 | 101 |
| 2020 | 26 | 902 | 1.531 | 180 | 4.167 | | 586 | 166 | 75 | 97 | 102 |

Fonte: FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (2021).

Nota-se que para o ano de 2020, mesmo sem atendimento presencial nos CMEIs devido a pandemia de COVID-19, houve um crescimento de 18,07% nas matrículas de creche (parcial e integral), saltando de 786 em 2019 para 928 matrículas em 2020.

Quando observado o Quadro 19, em comparação com o Quadro 20, nota-se divergências em relação aos dados disponibilizados por portais governamentais, o que dificulta tanto para administração pública, quanto para os demais cidadãos em relação à confiabilidade dos fatos apresentados. Os dados demonstrados pelo INEP apresentam um cenário um pouco mais promissor em relação às matrículas, do que os dados apresentados através do FNDE.

Quadro 20 – Matrículas na cidade de Telêmaco Borba-PR por dependência administrativa

| Ano | Educação Infantil | | | | | | |
|------|-------------------|--------|-----------|---------|------------|-----------|---------|
| | Total | Creche | | | Pré-Escola | | |
| | | Total | Municipal | Privada | Total | Municipal | Privada |
| 2007 | 2.798 | 784 | 680 | 104 | 2.014 | 1.616 | 398 |
| 2008 | 2.589 | 782 | 690 | 92 | 1.807 | 1.418 | 389 |
| 2009 | 2.612 | 869 | 747 | 122 | 1.743 | 1.334 | 409 |
| 2010 | 2.745 | 966 | 821 | 145 | 1.779 | 1.469 | 310 |
| 2011 | 2.784 | 996 | 846 | 150 | 1.788 | 1.466 | 322 |
| 2012 | 2.879 | 1.078 | 873 | 205 | 1.801 | 1.488 | 313 |
| 2013 | 2.822 | 1.051 | 845 | 206 | 1.771 | 1.420 | 351 |
| 2014 | 2.968 | 1.122 | 885 | 237 | 1.846 | 1.490 | 356 |
| 2015 | 2.925 | 801 | 595 | 206 | 2.124 | 1.695 | 429 |
| 2016 | 3.078 | 953 | 665 | 288 | 2.125 | 1.755 | 370 |
| 2017 | 3.078 | 953 | 665 | 288 | 2.125 | 1.755 | 370 |
| 2018 | 3.239 | 1.074 | 786 | 288 | 2.165 | 1.823 | 342 |
| 2019 | 3.342 | 1.262 | 930 | 332 | 2.080 | 1.726 | 354 |

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, (2021).

A partir de 2016 (Quadro 19) é possível notar que houve aumento significativo nas matrículas para pré-escola em tempo integral, com diminuição no ano de 2020. No ano de 2020 com a pandemia de covid-19, a partir de março, até o último dia do ano letivo as crianças estudaram em suas casas, os pais buscavam semanalmente atividades para seus filhos nas escolas, o processo de ensino-aprendizagem aconteceu em casa com auxílio dos familiares.

Para crianças em idade de pré-escola, o município de Telêmaco Borba-PR atendeu até o ano de 2019 aproximadamente 94,89%, considerando matrículas de instituições públicas e privadas, observados os dados disponíveis nos Quadro 20 e 21. A meta estabelecida no PNE (2014-2024) é de 100% das crianças com idade correspondente até o ano de 2016 (BRASIL, Lei 13.005, 2014, Meta 1).

Quadro 21 - Faixa etária da população de Telêmaco Borba-PR censo 2010 com projeção para 2020

| | IDADE DA POPULAÇÃO | CENSO 2010 | PROJEÇÃO 2020 | |
|-------------------------------|---------------------------|-------------------|----------------------|------|
| IDADE DE CRECHE | Menores de 1 ano | 1119 | 1082 | 4408 |
| | 1 ano | 1157 | 1119 | |
| | 2 anos | 1113 | 1076 | |
| | 3 anos | 1170 | 1131 | |
| | 4 anos | 1110 | 1073 | |
| IDADE DE PRÉ-ESCOLA | 5 anos | 1157 | 1119 | 2192 |
| | 6 anos | 1077 | 1041 | |
| IDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 7 anos | 1060 | 1025 | 5664 |
| | 8 anos | 1185 | 1146 | |
| | 9 anos | 1233 | 1192 | |
| | 10 anos | 1303 | 1260 | |
| | | | | |

Fonte: Adaptado do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2021) e atualizado de acordo com índice considerado na projeção populacional do Paraná IBGE (2021).

Referente às matrículas para ensino fundamental séries iniciais, percebe-se que desde 2008 a cidade oferta vagas em tempo integral, sendo que os anos de 2014, 2015 e 2016 foram os que apresentaram maior quantidade de matrículas em tempo integral para a etapa, conforme observa-se no Quadro 22.

Quadro 22- Matrículas na cidade de Telêmaco Borba-PR por dependência administrativa ensino fundamental e EJA – ensino fundamental

| Ano | Ensino Fundamental I | | | EDUCAÇÃO ESPECIAL | | | | | EJA - Ensino Fundamental ⁴ | | |
|------|----------------------|-----------|---------|-------------------|-----------|---------|-------|-----------|---------------------------------------|-----------|---------|
| | Anos Iniciais | | | Urbana | | | Rural | | | | |
| | Total | Municipal | Privada | Total | Municipal | Privada | Total | Municipal | Total | Municipal | Privada |
| 2007 | 6.068 | 5.404 | 664 | 102 | 93 | 9 | - | - | 270 | 212 | 58 |
| 2008 | 6.034 | 5.371 | 663 | 145 | 56 | 84 | 5 | - | 231 | 231 | - |
| 2009 | 5.803 | 5.136 | 667 | 61 | 53 | 8 | - | - | 222 | 222 | - |
| 2010 | 5.517 | 4.878 | 639 | 68 | 55 | 13 | - | - | 223 | 223 | - |
| 2011 | 4.975 | 4.324 | 651 | 69 | 60 | 9 | - | - | 155 | 155 | - |
| 2012 | 5.784 | 5.054 | 730 | 119 | 109 | 10 | - | - | 199 | 132 | 67 |
| 2013 | 5.720 | 4.929 | 791 | 124 | 111 | 13 | - | - | 177 | 110 | 67 |
| 2014 | 5.690 | 4.866 | 824 | 135 | 122 | 13 | - | - | 77 | - | 77 |
| 2015 | 5.859 | 4.981 | 878 | 106 | 92 | 14 | - | - | 225 | 149 | 76 |
| 2016 | 5.825 | 4.944 | 881 | 148 | 135 | 12 | 1 | 1 | 180 | 108 | 72 |

| | | | | | | | | | | | |
|------|-------|-------|-----|-----|-----|----|---|---|-----|-----|-----|
| 2017 | 5.812 | 4.906 | 906 | 165 | 146 | 17 | 2 | 2 | 213 | 143 | 70 |
| 2018 | 5.772 | 4.898 | 874 | 170 | 156 | 12 | 2 | 2 | 186 | 101 | 85 |
| 2019 | 5.715 | 4.891 | 824 | 194 | 178 | 11 | 5 | 5 | 233 | 108 | 125 |

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, (2020).

Do total de alunos matriculados no ensino fundamental séries iniciais, no ano de 2019, considerando matrículas em escolas públicas e privadas, o município contempla 100% das crianças em faixa etária para essa etapa. Considerando o censo 2010 publicado pelo IPARDES (2021) e atualizado de acordo com o índice de projeção populacional para o Paraná através IBGE (2021), é possível observar que o município possui mais matrículas do que a quantidade de pessoas contabilizadas através do censo, isso deve-se provavelmente à sazonalidade de residentes no município devido a trabalho.

O desenvolvimento aqui tratado, decorre da expansão das liberdades reais que os indivíduos possuem, aqui denotando em maiores oportunidades sociais, decorrente do direito ao acesso à educação. Com vistas ao acesso e as metas estabelecidas através do PNE (2014-2024) e PME (2015-2016) o município atende o percentual estabelecido de alunos em etapa de pré-escola e ensino fundamental séries iniciais, mas ainda tem que evoluir em relação ao percentual de matrículas destinadas aos alunos de creche.

4.2.4 Resultados alcançados através do IDEB na Educação Municipal de Telêmaco Borba

Esse tópico tem o intuito de verificar, como a elevação de rendas disponibilizadas para educação impactaram nos resultados alcançados pelo município, no período de 2013 a 2019. Para a teoria do desenvolvimento das liberdades a elevação das rendas, demonstradas através de crescimento econômico, devem impactar em maiores oportunidades sociais, aqui visualizados através dos resultados alcançados através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Para Sen (1999) o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado pelas oportunidades de que dispõe.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 estabelece no art. 5º a obrigatoriedade de monitoramento e avaliação para que o PNE consiga atingir seus objetivos e metas. Com intuito de medir a qualidade da educação e estabelecer metas educacionais em todo país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O IDEB é medido com base em dois parâmetros, a taxa de rendimento escolar obtidas através do Censo Escolar e as médias de

desempenho nos exames aplicados pelo INEP, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e Prova Brasil (BRASIL, Decreto n. 6.094, 2007).

Os parâmetros desenvolvidos visam coibir a reprovação sem que haja um esforço do sistema de ensino em resgatar através de, aulas de reforço no contraturno, estudo de recuperação e progressão parcial, conforme diretrizes do Decreto nº 6.094 de 2007. Além de estabelecer metas para toda rede de ensino no país.

Chirinéia e Brandão (2007) ressaltam que, para as escolas alcançarem as metas estabelecidas precisam regular o fluxo escolar, buscando meios para evitar o abandono escolar e a reprovação, e desenvolvendo estratégias para melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações externas. Silva (2014) e Bezerra (2015) ressaltam a importância de métodos avaliativos incumbidos de garantir o cumprimento de metas.

O PME (2015-2025) meta 4, estabeleceu pontuações para serem alcançadas através do IDEB no Município de Telêmaco Borba, conforme PNE (2014-2024) meta 7.

O quadro 20 apresenta o IDEB das escolas municipais de Telêmaco Borba-PR, a meta projetada para anos iniciais do ensino fundamental no ano de 2013 era de 5,2. Apenas quatro escolas no município não alcançaram a média municipal para 2013, no entanto deve-se considerar que alcançaram a média estabelecida para a escola.

Para o ano de 2015 houve uma melhora significativa nos índices escolares do IDEB, duas escolas não atingiram a meta municipal estabelecida em 5,5 para o ano, e apenas uma não atingiu a meta projetada para a escola, duas escolas tiveram suas notas diminuídas no ano, considerando o resultado alcançado em 2013.

No ano de 2017 a média municipal do IDEB foi de 6,3; a meta projetada para o ano era de 5,8. Porém, neste ano 5 escolas não alcançaram a meta projetada para o município, e destas, 4 não conseguiram alcançar a meta projetada para a escola.

Para 2019, o município alcançou a nota 6,4 no IDEB, com projeção de 6,0 conforme PME 2015-2025. Quatro escolas não alcançaram a meta municipal, três não alcançaram a meta projetada para a escola, e seis tiveram notas menos satisfatórias considerando os anos de 2019 e 2017, conforme pode-se observar através do Quadro 23.

Quadro 23 - IDEB das escolas municipais de Telêmaco Borba-PR

| ESCOLAS | IDEB Observado | | | | Metas Projetadas Ano Município | | | | |
|--------------------------------------|----------------|------|------|------|--------------------------------|------|------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | |
| 31 DE MARÇO E.M. EI EF | 5,6 | 5,7 | 6,0 | 6,3 | 4,8 | 5,1 | 5,4 | 5,7 | M E T A P R O J E T A P O R E S C O L A |
| ARTHUR C E SILVA E.M. MAL EI EF | 5,6 | 6,5 | 6,6 | 6,9 | 5,5 | 5,7 | 6,0 | 6,2 | |
| CASTELO BRANCO E. M. EI EF | 4,9 | 5,1 | 6,4 | 5,9 | 4,9 | 5,2 | 5,5 | 5,8 | |
| CASTRO ALVES E. M. EI EF | 5,1 | 5,6 | 6,0 | 6,0 | 5,1 | 5,3 | 5,6 | 5,9 | |
| BOSCO E.M. D. EI EF | 7 | 6,5 | 6,9 | 6,7 | 4,6 | 4,9 | 5,3 | 5,5 | |
| BENTO MOSSURUNGA E.M. EI EF | 5,4 | 5,3 | 5,5 | 5,7 | 5,0 | 5,3 | 5,6 | 5,8 | |
| JUVENTINA BETIM E.M.PR EI EF | 5,7 | 5,9 | 5,6 | 6,3 | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 | |
| EVELVINA A COSTA E. M. PROFA EI EF | 6,5 | 6,1 | 6,4 | 6,3 | 5,3 | 5,5 | 5,8 | 6,1 | |
| EUCLIDES MARCOLLA E. M. DR. EI EF | 6,1 | 7,1 | 6,9 | 7,0 | 5,2 | 5,4 | 5,7 | 6,0 | |
| FABIANO B CORTES E. M. DEP EI EF | 5,9 | 6,0 | 6,3 | 6,1 | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 | |
| FEIJO E.M. REGENTE EI EF | 5,1 | 5,5 | 5,6 | 6,2 | 4,8 | 5,1 | 5,3 | 5,6 | |
| GONÇALVES LEDO E.M. EI EF | 5,6 | 6,4 | 6,4 | 6,4 | 5,3 | 5,6 | 5,9 | 6,1 | |
| LEOPOLDO MERCER E.M. EI EF | 5,9 | 6,2 | 6,9 | 6,9 | 4,5 | 4,8 | 5,1 | 5,4 | |
| PAULO FREIRE E.M PROF EI EF | 5,4 | 6,6 | 6,7 | 6,3 | 4,9 | 5,2 | 5,4 | 5,7 | |
| PEDRO I E.M. D EI EF | 5,8 | 5,8 | 5,7 | 5,7 | 5,4 | 5,7 | 5,9 | 6,2 | |
| PERICLES P. DA SILVA E.M. DEP. EI EF | 5,6 | 5,9 | 5,4 | 5,6 | 5,1 | 5,3 | 5,6 | 5,9 | |
| MAE DO PERPETUO SOCORRO E. M. EI EF | 7,3 | 7,3 | 7,3 | 7,5 | 6,8 | 7,0 | 7,2 | 7,4 | |
| SAMUEL KLABIN E.M. EI EF | 5,2 | 5,5 | 5,8 | 6,1 | 4,6 | 4,9 | 5,2 | 5,5 | |
| SÃO SILVESTRE E.M. EI EF | 4,9 | 5,3 | * | 5,7 | 4,2 | 4,5 | 4,8 | 5,1 | |
| ZACARIAS E.M. EI EF | 6,5 | 6,1 | 6,6 | 7,0 | 5,7 | 6,0 | 6,2 | 6,5 | |
| MÉDIA MUNICÍPIO TELÊMACO BORBA | 5,8 | 6 | 6,3 | 6,4 | 5,2 | 5,5 | 5,8 | 6,0 | |

Legenda: destacado amarelo escolas que não atingiram a meta projetada para o município, em negrito não atingiram a meta projetada para escola, em vermelho período de quedas nos resultados.

Fonte: Elaborado pelos autores, (2021).

Outro aspecto que chama atenção é a diferença nos resultados do IDEB entre as escolas no município, deve-se considerar que o atendimento em relação a materiais didáticos, alimentação escolar, atendimentos especializados e uniformes são semelhantes em toda rede, os professores são contemplados através do mesmo plano de carreira. Em relação a estrutura as escolas não são parecidas, porém pode-se destacar por exemplo, que a escola Mãe do Perpétuo Socorro não é a que possui melhor infraestrutura no município, mas destaca-se no IDEB.

Observado o quadro geral, nota-se que das escolas que estão com menores pontuações no IDEB, ambas atendem em grande parte da população mais carente. Assim como as escolas que possuem maiores índices de IDEB, estão localizadas em bairros nobres e atendem a maior parte população com melhores condições financeiras.

As matrículas efetuadas nas escolas municipais do município têm por regra o georreferenciamento, desta forma, as crianças devem ser matriculadas em escolas mais próximas à sua residência, dentre as prerrogativas para a medida, está a necessidade de liberação de transporte público. Caso o pai tenha interesse em matricular o filho em escolas de outro bairro, ele necessita aguardar em fila de espera, a prioridade é para crianças dentro dos limites demarcados pela localização no georreferenciamento.

Outro ponto, que colabora para que escolas “bem localizadas” obtenham índices melhores, se deve aos critérios do município para que professores possam solicitar remoção e permuta de escolas, dentre eles estão: Tempo de serviço, maior titulação; maior tempo de efetiva regência, conforme art. 55 da Lei Municipal 1.866 de 8 de março de 2012.

A Figura 8, apresenta a localização das escolas municipais e o índice de IDEB do ano de 2019.

Figura 8 - Localização das escolas municipais de Telêmaco Borba-PR e com IDEB de 2019



Fonte: Atualizado pelos autores, com utilização do aplicativo Google maps, (2021).

Oferecer educação de qualidade, e acima de tudo capaz de oportunizar os menos favorecidos é um desafio. Desta forma, é necessário olhar cauteloso a fim de pontuar todos os aspectos que levam essas escolas a obterem resultados menos satisfatórios, e a efetivação de planejamento e estratégias direcionadas a equilibrar essas discrepâncias.

Para a Teoria do Desenvolvimento das liberdades a utilidade da riqueza está naquilo que ela permite realizar, nas liberdades substantivas que elas ajudam a obter (SEN, 1999). Sen (1999) destaca que, a educação básica e a saúde elevam a qualidade de vida, e aumenta potencialmente a capacidade das pessoas obterem melhores rendas e melhorarem suas condições financeiras. Dessa forma quanto mais inclusivo for o sistema de educação básica, maiores oportunidades sociais salvar-se-á aos seus municípios. As oportunidades devem contemplar a diminuição das desigualdades sociais, garantindo equidade e justiça social.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS COM GESTORES DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA-PR

Esse instrumento de coleta de dados é de extrema relevância para a pesquisa, mais do que compreender os dados busca-se entender o contexto em que eles acontecem.

O município de Telêmaco Borba possui atualmente 16 Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e 20 Escolas Municipais. Foram entrevistadas 6 diretoras de CMEIs, 6 diretoras de Escolas Municipais e a Secretaria Municipal de Educação. As entrevistas ocorreram de forma semiestruturada seguindo critério de amostragem por conveniência.

As perguntas foram elaboradas com base no Plano Nacional de Educação 2014-2024, considerando aspectos cruciais para o desenvolvimento das liberdades. O plano possui 20 metas contempladas por 254 estratégias. Destas, foram selecionadas algumas para serem observadas nessa pesquisa, conforme Apêndice A. A análise foi efetuada através de análise do conteúdo, com triangulação dos dados.

4.3.1 Análise das entrevistas efetuadas com os gestores da Educação Municipal de Telêmaco Borba-PR

Conforme relatado anteriormente, o PME 2015-2025 contemplou metas e estratégias do PNE 2014-2024 adequando a realidade do município de Telêmaco Borba-PR. Ambos estabelecem como meta 1 a universalização da educação para as crianças de 4 a 5 anos de idade até o ano de 2016, e de no mínimo 50% de crianças de 0 a 3 anos até 2024. Sobre as medidas tomadas para garantir atendimento educacional às crianças do município em idade de creche e

pré-escola, o município garantiu vaga para todas as crianças de 4 a 5 anos e buscou resolver o problema para as crianças de 0 a 3 anos através de uma lista de espera única.

[...]Tinha uma lista de espera muito grande né, e a Secretaria não estava conseguindo dar conta porque geralmente os pais querem colocar as crianças próximos de sua residência[...] a Secretaria pensando nisso criou um lista de espera única para rede municipal, antes era uma lista por bairro, se o pai entrar lá no portal da prefeitura por exemplo ele vai encontrar um lista única, se a mãe se interessar é feita a matrícula e com isso no final do ano eles conseguiram praticamente zerar a lista de espera, essa atitude da secretaria favoreceu bastante [...] (ENTREVISTADA 01).

As diretoras do CMEI da rede municipal relataram em unanimidade a existência desta lista de espera única, visando efetuar a matrícula do aluno se não no bairro de residência, ou em bairros mais próximos. A vaga é ofertada, caso o pai não aceite, o aluno sai da lista. De acordo com as diretoras, a obrigação do município é ofertar a vaga para criança. A lista foi criada no ano de 2020 momento de pandemia devido ao COVID-19, época que não houve atendimento presencial para os alunos da rede municipal de ensino, com o retorno das aulas presenciais, caso o aluno não tenha vaga no bairro de residência, é importante que o município oferece transporte para o deslocamento deles.

Com base nos dados disponibilizados no Quadro 20 e 21, considerando a faixa etária da população de Telêmaco Borba-PR, o município possui matriculado em creches, na rede pública e privada, 28,63% da população na idade de 0 a 3 anos até o ano de 2020.

A Secretaria da Educação em exercício relatou que caso não tenha vaga no bairro de residência o Município irá ofertar o transporte para a criança.

Quando assumimos em 2017 realmente a gente tinha um termo para cumprir e tentar tirar a defasagem das vagas inexistentes, nós tínhamos de 600 a 800 crianças em lista de espera, tínhamos CMEIs em reforma e CMEIs sendo construídos, então nossa gestão assumiu e deu continuidade na gestão de 2016, continuou com as reformas, ampliações e construções, e em 2020 a gente conseguiu realmente entregar todos os CMEIS, hoje podemos dizer que a gente tem lista quase que 0 (ENTREVISTADA 13).

O município ainda não possui sistema próprio para aferir população e idade. Mas hoje as crianças de 4 a 5 anos que os pais buscam matricular têm vaga garantida, considerando os dados do censo com projeção para 2020, o município atende um total de 94,89% das crianças em idade de pré-escola.

De acordo com os relatos das entrevistas, para crianças de 0 a 3 anos o município possui uma lista de espera praticamente zerada, deve-se observar como isso vai se comportar com o retorno das aulas presenciais. Como mencionado, através do Quadro 19 (Quantidade de matrículas por etapa na cidade de Telêmaco Borba – PR) no ano de 2019 o município tinha

matriculados na etapa de creche 786 alunos, em 2020 o total foi de 928 matrículas, 18,07% a mais do que no ano anterior.

Os professores também relataram a necessidade de recadastramento semestral na lista de espera de creche.

[...] também outra coisa que foi feita, é a questão de recadastramento, por exemplo, hoje você chega e coloca seu filho na lista de espera, você tem um prazo de 6 meses para ir com o comprovante de residência atualizado e fazer o recadastro dessa criança, se você não fizer o recadastro no prazo de 6 meses, o nome da criança sai da lista (ENTREVISTADO 5).

Feldman (2019) relata a sazonalidade existente no município devido a empreendimentos industriais. Os pais acabam mudando para o município para trabalhar, muitas vezes em vagas temporárias, esse recadastramento visa manter atualizado a necessidade da criança em relação a matrícula, visto que muitas vezes as famílias mudaram-se do município e os nomes permaneciam em lista de espera.

No site da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba-PR possui um campo para que os pais possam consultar a lista de espera, porém durante essa pesquisa ela não estava disponível.

Em relação ao transporte público, o município oferta transporte para crianças que moram a mais de 2 km de distância de CMEIs e Escolas Municipais, crianças de 0 a 3 anos necessitam de acompanhamento de um responsável. No Quadro 24, observa-se o relatado nas entrevistas.

Quadro 24 - Informações das entrevistas referente ao transporte público

| CMEI | ESCOLA |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>[...] como eles procuram oferecer a vaga para criança o mais próximo da sua casa, o transporte público acaba ficando, tem, mais quem utiliza é as crianças da região rural [...] (ENTREVISTADO 01).</p> | <p>O transporte é ofertado pela Secretaria da Educação, a Secretaria possui veículos que são disponibilizados para alunos, mas não são todas crianças que podem utilizar esse transporte, existem critérios, o primeiro se a escola mais próxima da residência da criança não possui vaga, neste caso a Secretaria encaminha para outra escola e concede o transporte. As crianças que residem na área rural todas tem o transporte. (ENTREVISTADA 07).</p> |
| <p>Existe [...] ele que leva o pessoal cuida muito bem das crianças, das famílias também, agora na pandemia parou tudo né, mas em tempos normais tem o transporte, ele passa no bairro para levar as crianças e a tarde ele vai buscar também, antes ele fazia o transporte de volta dos pais também, agora ele não faz mais, os pais tem que voltar a pé, que na verdade o transporte é para a crianças [...] tem direito ao transporte público os que possuem residência acima de dois quilômetros de distância da escola (ENTREVISTADA 2).</p> | <p>Na minha escola tem, tenho 3 alunos esse ano que precisam de transporte, que moram mais longe, mais os alunos que são do bairro eles não precisam de transporte[...]. Algumas fazendas mais longe, onde os pais moram para trabalhar, aí os filhos que são alunos precisam do transporte (ENTREVISTADA 10).</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor, (2021).

Quanto a necessidade de acompanhamento dos pais para os alunos de CMEI, vale ressaltar a importância de a medida não afetar o acesso da criança à educação, uma vez que o acompanhante não recebe transporte de volta, e que caso o pai não aceita a vaga ofertada, mesmo que em outro bairro, a criança sai da lista de espera, conforme foi relatado pelas diretoras.

Visando o atendimento disponibilizado a alunos de educação infantil, contemplando a educação em tempo integral o município apresenta bons resultados.

A educação integral a gente disponibiliza em todos os CMEIS, para crianças que a gente atende de 0 a 3 anos, e em 4 escolas do ensino fundamental, que tem educação infantil de 4 a 5 e de primeiro ao quinto ano (ENTREVISTADA 13).

Através do Quadro 19 (Quantitativo de matrículas por etapa na cidade de Telêmaco Borba-PR), pode-se constatar que as vagas ofertadas para creche a partir de 2013 são em tempo integral, para alunos em idade de pré-escola é possível observar que a partir de 2016 aumentaram a quantidade de matrículas em tempo integral. Para alunos de ensino fundamental o maior quantitativo de matrículas, foi do ano de 2014 a 2016, onde o município chegou a matricular em média 945 alunos para ensino fundamental em tempo integral, com queda nos anos subsequentes para aproximadamente 570 alunos em média, de 2017 a 2019. Pode-se observar através do Quadro 19 em comparação com o Quadro 25, que o aumento de alunos não impactou em aumento considerável de alunos por turma.

Quadro 25- Média de alunos por turma em Telêmaco Borba – PR

| Ano | Município | Dependência Administrativa | Creche | Pré-Escola | Ensino Fundamental Anos Iniciais |
|------|----------------|----------------------------|--------|------------|----------------------------------|
| 2013 | TELÊMACO BORBA | Municipal | 16,5 | 23,7 | 23 |
| 2014 | TELÊMACO BORBA | Municipal | 15,5 | 22,2 | 23,3 |
| 2015 | TELÊMACO BORBA | Municipal | 14,5 | 21,5 | 23 |
| 2016 | TELÊMACO BORBA | Municipal | 14,4 | 19,4 | 21,9 |
| 2017 | TELÊMACO BORBA | Municipal | 15,5 | 20,9 | 22,9 |
| 2018 | TELÊMACO BORBA | Municipal | 17,1 | 21,7 | 22,8 |
| 2019 | TELÊMACO BORBA | Municipal | 12,4 | 22,4 | 23,7 |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP, (2020).

A aprendizagem das crianças nos CMEIs acontece de forma lúdica, colaborando para o desenvolvimento cognitivo do aluno de acordo com sua faixa etária.

[...] é tudo de uma maneira mais lúdica, a criança conhece o alfabeto, os numerais, as letras do nome, mas tudo de uma maneira lúdica, através de cantigas, das leituras, tudo muito lúdico mesmo (ENTREVISTADO 1).

[...]o CMEI ele prepara a criança para alfabetização, através das brincadeiras, das histórias, do desenvolvimento motor (ENTREVISTADO 3).

A educação de qualidade depende de profissionais preparados, o PNE 2014-2024 apresenta várias estratégias para o aprimoramento dos profissionais da educação, dentre elas as estratégias 1.8, 1.9 e 7.22. Com base nas entrevistas é possível observar que os profissionais recebem formações diversas, ministradas por ótimos palestrantes.

[...] não só para os professores, mas para todos os servidores, no caso na minha área, tem formação para professor, tem formação para cozinheira, tem para pessoal de apoio, todo mundo recebe as formações, até agora com a pandemia, as formações não pararam, pelo contrário, se intensificaram. (ENTREVISTADA 4).

Eles investem muito nessa questão do ensino contínuo do professor, e sem contar que conta as horas também, e com as horas a gente consegue avançar na carreira, então isso é importante (ENTREVISTADA 2).

As diretoras das escolas relataram que passam por diversas capacitações durante o ano com diferentes temáticas, tal medida visa o cumprimento da meta 5 do PNE 2014-2024 que compreende a alfabetização de todas as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental. Também mencionaram a parceria com o programa Semeando Educação, programa desenvolvido pela empresa Klabin, que trabalha tanto a capacitação de gestores, quanto professores.

Outra estratégia mencionada no plano para alcance da meta 5, é a realização de avaliações periódicas e específicas para aferir alfabetização, (BRASIL, Lei nº 13.005, 2014, estratégia 5.2). Além das provas enviadas pelo Governo Federal e Estadual o Município desenvolve métodos para acompanhar a alfabetização dos alunos nas escolas como é possível notar através das entrevistas, Quadro 26.

Quadro 26- Informações das entrevistas referente a avaliações periódicas

| CMEI | ESCOLA MUNICIPAL |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tem as meninas da Secretaria da Educação, que são as chefes de divisão de CMEIs, e elas sempre fazem avaliação, elas fazem visita em cada instituição, agora mesmo está acontecendo, elas vão conversar com as professoras e aí elas procuram saber como | Existe o método de avaliação, inclusive agora eles passaram por uma avaliação, existe a Prova Brasil, existe outras avaliações que a própria Secretaria elabora e envia para as escolas para aferir o nível de leitura e interpretação [...] é de dois em dois anos o SAEB, a onde sai nível de IDEB da escola. É um |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| está sendo desenvolvido o trabalho por meio dessas conversas (ENTREVISTA 1). | conjunto, ela avalia a escola, são vários níveis de avaliação. Tem prova Paraná, tem várias provas que as crianças fazem. Tem a prova ANA que acontecia todo ano (ENTREVISTA 12). |
| A gente tem sempre esse contato com a secretaria, eles estão sempre ali, dentro da instituição, não seria uma avaliação, mas eles estão sempre presentes, se a gente tem alguma dificuldade vai atrás e eles vem nos ajudam, as vezes algum problema de gestão mesmo, algo que não está dando certo, coordenação, direção, alguma coisa com os professores, mas avaliação em si não (ENTREVISTADA 3). | Agora mesmo, essa semana nós tivemos uma avaliação diagnóstica da Secretária, aí a Secretaria que prepara a prova (ENTREVISTADA 8). |
| Sim, da parte pedagógica esses dias mesmo elas foram se sentaram com os professores, planejaram, conversaram sobre a forma que a gente está trabalhando home office com as crianças, sugeriram, ouviram as dificuldades, elas fazem essa avaliação dessa forma também, após a conversa elas dão retorno para mim do que as professoras se queixaram e o que elogiaram sabe, existe um diálogo contínuo com a secretaria (ENTREVISTADA 6). | Temos a avaliação diagnóstica realizada quase que diariamente, tem a prova Brasil, a ANA, outras provas que o governo envia, além disso a escola mesmo tinha a avaliação, a leitura e a escrita da criança era avaliado e enviado para secretaria (ENTREVISTADA 11). |

Fonte: Elaborada pelo autor, (2021).

Mesmo com todos os métodos utilizados pelo município para acompanhar a alfabetização dos alunos, é possível notar que muitas escolas não conseguem manter crescente desenvolvimento, quando observadas as notas do IDEB, anteriormente apresentadas no Quadro 23 (IDEB das escolas municipais de Telêmaco Borba-PR), considerando que as escolas recebem os mesmos recursos para investimento em educação, os professores possuem um mesmo plano de carreira, é visível que os resultados são discrepantes. As escolas que obtêm melhor IDEB são as localizadas em bairros nobres, em escolas que atendem população mais carentes o índice de IDEB é mais baixo.

Quando questionada sobre as medidas tomadas pela Secretaria da Educação, com a finalidade de garantir o acompanhamento e monitoramento para crianças de educação infantil de famílias de baixa renda per capita e beneficiários de programas de transferência de renda, foi mencionado:

A gente tem toda uma aquisição de materiais individuais que a gente fornece para as crianças, mas qualquer família a gente não analisa muito a questão de renda, se a gente vai oferecer a caneta a gente não fica refém por isso, mas a gente faz a aquisição de materiais pensando mais nas crianças que são carentes, mas não é um impedimento para a gente oferecer um material para as crianças independente da renda, havendo a necessidade o professor percebe esse material é fornecido para a criança (ENTREVISTADA 13).

Segundo as perspectivas de desenvolvimento consideradas para essa pesquisa, confere-se a *segurança protetora* instrumentos que tenham como finalidade garantir cuidado especial à

população mais vulnerável, visando potencializar a liberdades dessas pessoas, garantindo equidade e justiça social.

Compreende-se desta forma, que existe uma necessidade de desenvolver mecanismo para intensificar a educação em escolas localizadas em bairros mais carentes, como educação em tempo integral, programas que envolvam a conscientização dos pais em relação a percepção da importância da escolarização dos filhos, para que as crianças tenham as mesmas oportunidades futuras independente da classe social.

A análise do desenvolvimento proposta nesta pesquisa vislumbra nas *Liberdades*, os elementos básicos capazes de amplificar a capacidade dos indivíduos. Para Amartya Sen (1999) a expansão das capacidades oportuniza à pessoa levar o tipo de vida que ela valoriza. Sen (1999) ainda ressalta que essas capacidades podem ser intensificadas através de políticas públicas ou influenciada através da participação do cidadão socialmente ativo.

Com relação ao material didático, as diretoras tanto dos CMEIs, quanto das Escolas relataram que o município fornece materiais de excelente qualidade. Os alunos da rede pública municipal recebem os livros e podem realizar suas atividades no próprio livro, os livros não precisam ser devolvidos no fim do ano, conforme mencionado pelas diretoras, Quadro 27.

Quadro 27 - Informações das entrevistas referente aos materiais didáticos

| CMEI | ESCOLA MUNICIPAL |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Então quanto aos livros a Secretaria manda, essa questão melhorou bastante, a gente tem um acervo bem bom, são autores selecionados, de acordo com a nossa proposta, são livros muito bons, a gente segue o Estado na questão dos conteúdos, na área do conhecimento, a gente trabalha dentro da teoria histórico-cultural. Quanto ao material, a Secretaria fornece quase tudo que a gente precisa no CMEI, é bem pouca coisa que a gente precisa comprar com recurso próprio (ENTREVISTADOS 6).</p> | <p>A maioria dos materiais vem pela Secretaria da Educação, os gibis, as literaturas, os materiais, os jogos, tudo vem pela Secretaria de Educação, tem também o Programa de Dinheiro Direto na Escola - PDDE que a gente pode utilizar para fazer aquisição de alguns materiais didáticos, mas os materiais disponibilizados pela Secretaria da Educação são de excelente qualidade, são diversos os materiais, os livros de literatura infantil são muito bons. Eu já estou a 27 anos na educação, e a gente vê do início quando eu comecei e agora, vê a diferença dos materiais, principalmente para educação infantil e CMEIS (ENTREVISTADA 9).</p> |
| <p>Desde materiais didáticos até os brinquedos, a Secretaria tem todo um critério para selecionar, eles mandam uma lista, depende da escolha da equipe, e tem muito material que já vem selecionado, esses livros são para todos os CMEIs, são materiais de muita qualidade, capa duro, são livros de autores renomados, e os brinquedo também, são brinquedos resistentes, coisa que dura (ENTREVISTADA 2).</p> | <p>[...]Quando ao livro funciona assim, todo ano vem o livro, as escolas escolhem os livros do 1 ao 5 ano, o livro que deu maior escolha é o que a Secretaria pede, e a criança pode escrever no livro durante o ano, realizar as atividades no próprio livro, o livro é deles (ENTREVISTADA 12).</p> |

Fonte: Elaborado pelo autor, (2021).

Os estudantes matriculados na rede pública municipal recebem anualmente uniformes escolares, no total são disponibilizadas uma jaqueta grossa, uma blusa de moletom, duas camisetas manga curta, duas camisetas manga comprida, 2 shorts, 2 calças, 2 pares de meias, 1 par de tênis, o modelo do uniforme pode ser verificado na Figura 9. Além do uniforme, é disponibilizado mochila para todos os alunos.

Figura 9 - Uniformes disponibilizados para alunos rede municipal de ensino de Telêmaco Borba - PR



Fonte: Fotografia fornecida por munícipes.

O PNE 2014-2024, meta 7, estratégia 7.17, menciona a ampliação de programas de alimentação e assistência à saúde como estratégia para fomentar a qualidade da educação básica em todas as modalidades, com objetivo de atingir melhores resultados na aprendizagem e colaborar com o alcance de maiores médias nacionais de IDEB. As diretoras relataram em unanimidade a excelente qualidade da merenda escolar que é fornecida para as crianças na rede de ensino municipal, de acordo com a necessidade de cada criança, sendo que ressaltaram que caso a criança possua necessidade de alimentação especial, devido à saúde, é preparado cardápio especial para o aluno, Quadro 28. Sen (1999) também salienta que a fome, e subnutrição são fatores que influenciam no desenvolvimento educacional da criança.

Quadro 28 - Informações das entrevistas referente alimentação escolar

| CMEI | ESCOLA MUNICIPAL |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| [...] tem acompanhamento da nutricionista, ela faz todo cardápio e vem toda alimentação, as verduras são da agricultura familiar tudo fresco sem agrotóxico, e se a gente tem alguma criança com alguma necessidade alimentar especial, diabete, intolerância à lactose, tem todo um cardápio especial para essa criança (ENTREVISTADO 3). | A secretaria tem duas nutricionistas, elas programam o cardápio, temos cardápio diferenciado para alunos que necessitam, os lanches são feitos conforme a necessidade das crianças, tudo de ótima qualidade, carne, ovo, todo dia diferenciado. Para as crianças comerem à vontade. Tínhamos um projeto para começar servir café da manhã, antes deles começarem a estudar. Tivemos épocas difíceis onde tínhamos que ajudar para as crianças comerem e hoje o lanche é super avançado, de excelente qualidade (ENTREVISTADA 11). |

Fonte: Elaborado pelo autor, (2021).

Para reforçar o cuidado com a criança visando seu desenvolvimento total, apoio integral à criança e à família, e melhoria da qualidade educacional, o PNE 2014-2024 propõe através da estratégia 7.29 a articulação entre órgãos de educação, saúde e assistência social, esporte e cultura. Na visão de Sen (1999) o desenvolvimento humano acontece mediante a interligação de liberdades distintas que se inter-relacionam, e esse resulta em desenvolvimento social. Quando questionadas sobre a existência de programas que articulem órgãos de diferentes segmentos, as diretoras explanaram a existência do Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado – CEMAE, conforme pode ser observado no Quadro 29.

Quadro 29 - Informações das entrevistas referente programas de apoio integral

| CMEI | ESCOLA MUNICIPAL |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| [...]Existe o CEMAE, ele também é ligado a Prefeitura Municipal, então todo o trabalho nosso do CMEI tem o respaldo, tem o apoio da Secretaria da Educação, com os demais órgãos, então se a criança a gente vê que ela tem um transtorno, um hábito diferente, a gente faz um relatório encaminha para o CEMAE, que daí tem as psicopedagogas, as pedagogas, assistente sociais [...],e aí a assistente social vai agendar uma visita para essa família, vai prestar se não o atendimento, vai prestar o encaminhamento para o órgão responsável (ENTREVISTADO 4). | Para atendimento psicológico, o desenvolvimento psicopedagógico, nós temos o CEMAE eles ficam na Secretaria de Educação, aí a criança que apresenta dificuldade a gente encaminha para CEMAE, eles fazem uma avaliação e encaminham para profissional correto. Existe uma previa de uma avaliação precisando de um neuro eles encaminham e os pais acompanham. Quando a criança recebe o laudo solicitando atendimento especial é encaminhada para uma sala de atendimento especial (ENTREVISTADA 12). |

Fonte: Elaborado pelo autor, (2021).

Sen (1999), demonstra através de estudo em diversos países, por exemplo Coreia do Sul e Taiwan, que o crescimento do PIB per capita é capaz de aumentar a expectativa de vida das pessoas quando seus frutos são aproveitados, por meio de dispêndio público com serviços de saúde. O CEMAE foi reconhecido no município de Telêmaco Borba em dezembro de 2018,

com a promulgação da LEI 2.246, visando atendimento aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, fornecendo ao educando serviços de fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, serviço social, terapeuta ocupacional, educador físico e neuropediatria (TELÊMACO BORBA, 2018). Porém em 2015 o CEMAE já foi mencionado através da Lei 2.104.

Os diretores também relataram que efetuam diversas formações continuadas, e que já receberam formações voltadas para percepção de sinais de violência caso o aluno apresenta, e sobre as medidas que devem ser tomadas.

Com relação à estrutura física, as diretoras relataram que existem diferenças.

Quanto a estrutura física dos prédios os CMEIs se diferem na qualidade da estrutura do prédio, os mais novos são modernos e de acordo com as normas possuem rampa de acesso, fraldário, lactários, sala de amamentação, essa diferenciação ocorre devido à idade do prédio e não à localização (ENTREVISTADA 4).

Os mais antigos estão passando por reformas e as reformas seguem um cronograma (ENTREVISTADA 6).

A estrutura física das escolas difere de acordo com a idade do prédio, sendo que escolas de bairros mais distantes muitas vezes possuem estruturas melhores do que os localizados em bairros centrais. Foi relatado a dificuldade de conseguir manutenção devido a poucas pessoas que trabalham para atender a demanda de manutenção das Escolas e CMEIs. A Secretaria da Educação também relatou a demora na manutenção.

Uma reforma de uma escola depende de outras secretarias, depende de engenheiro, e o quadro às vezes não facilita muito, então é questão burocrática mesmo, porque temos um orçamento favorável [...] , o que presta serviço na educação e a mesma da cidade inteira, as praças, os prédios públicos, tudo isso passa pela mesma mão, então a administração pública fica entre a cruz e espada, quem vai atender primeiro, qual escola precisa de reforma, está tudo ligado, a mesma equipe que faz projeto para um asfalto acontecer é o mesmo que vai fiscalizar, e o mesmo que vai construir um projeto para escola ficar de pé, então as limitações que nos prejudicam para ter a educação de qualidade que a gente quer (ENTREVISTA 13).

De acordo com as diretoras todo quadro de professores da rede municipal de ensino é concursado, sendo essa a única forma de ingressar na rede em Telêmaco Borba, para o concurso é exigido o magistério. Mas as diretoras relatam que a maioria dos professores possuem graduação e pós-graduação.

A grande maioria sim, graduação e pós-graduação, os que não, tem magistério, acredito que uns 80% dos professores têm graduação e pós-graduação (ENTREVISTADA 3).

O CMEI que eu trabalho pode-se considerar 90% com formação superior e especialização na área (ENTREVISTADA 4).

De acordo com os dados divulgados pelo INEP (2021), possuem formação superior na rede municipal de ensino em Telêmaco Borba-PR até 2020, 63% dos professores de creche; 72,3% dos professores de pré-escola; e 78,1% dos professores de ensino fundamental anos iniciais. Para escolas privadas do município, considerando o ano de 2020, possuem formação superior, 48% dos professores de creche, 63,7% dos professores de pré-escola; e 80% dos professores de ensino fundamental anos iniciais (INEP, 2021). Os dados remetem ao fato que a maior parte dos professores com formação superior, estão lotados nas escolas da rede pública de ensino.

A progressão na carreira do professor ocorre mediante avaliação de desempenho, participação em programas de desenvolvimento, e promoção por formação, habilitação e titulação (TELÊMACO BORBA, LEI 1.866, 2012).

Quando observada a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares conforme estratégia 19.6 do PNE 2014-2024. Verifica-se que órgãos como Associação de Pais Mestres e Funcionários – APMF e Conselho Escolar foram implantados em todos os CMEIs e escolas municipais. Mas que muitas das vezes a participação dos pais não está de acordo com o desejado. Um argumento poderoso da *liberdade política* denota a oportunidade concedida aos cidadãos para debaterem sobre valores e prioridades, e da influência deles nos processos (SEN, 1999). Infelizmente em grande parte das Escolas e CMEIs é relatado a falta de participação assídua dos pais, relatos disponíveis no Quadro 30.

Quadro 30 - Informações das entrevistas referente a participação dos pais

| CMEI | ESCOLA MUNICIPAL |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sim, nós temos APMF (Associação de pais mestres e funcionários) e temos o conselho escolar, que os pais participam, e a escola é sempre aberta, a gente deixa bem claro para os pais que a escola está aberta, e a gente busca para que eles venham para a escola[...] A gente tem essa dificuldade, a gente tem que buscar mesmo, senão buscar o pai não vem (ENTREVISTADA 3). | Nós temos o conselho escolar, fazem parte os pais, professores, a sociedade civil que é um presidente do bairro que participa, nosso conselho escolar é bem participativo, todas as decisões que temos que tomar de imediato colocamos a proposta e discutimos, nossa escola é bem participativa (ENTREVISTADA 9). |
| Tem, porque tem o conselho escolar né, onde o pai participa ativamente, claro que ainda a gente não tem aquela participação que a gente gostaria que tivesse (ENTREVISTADA 4). | Fazemos reunião com a família, chamamos na escola, [...] os pais têm acesso a tudo, sempre deixamos aberto caso tenham sugestões. Quando vem trazer os alunos já tem pais que já entram conversar com os professores ou diretora. A gente vai atrás quando temos dificuldade com aluno, sempre acionamos os pais para estarem sempre cientes. Fazemos reunião que os pais participavam para ajudar escolher, e tem pais que gostam de participar (ENTREVISTADA 11). |
| Não, eles não fazem parte da avaliação, dessa avaliação a gente recebe avaliação por eles de boca né, mas uma avaliação mesmo assim não tem, avaliação ela é feita pelos gestores né, no caso eu e a coordenadora, e mais os colegas (ENTREVISTADA 6). | |

Fonte: Elaborada pelo autor, (2021).

As diretoras, conforme percebem a comunidade em que atuam, vão desenvolvendo técnicas para aproximar os pais da escola, porém não existem programas desenvolvidos pelo município para formação dos conselheiros.

As formações que os conselheiros participam é quando elas são pelo próprio Ministério da Educação, tem alguns programas que eles disponibilizam para formação do conselheiro, nesse sentido (ENTREVISTADA 13).

O PME 2015-2025 estabelece através da estratégia 4.13 a necessidade de aprimorar órgãos de controle social, visando atingir a meta estabelecida para os índices do IDEB, além da meta 15 que visa a Gestão Democrática. A participação dos pais impacta muito na qualidade da educação, é possível observar através das entrevistas que em Escolas que as diretoras relataram boa participação dos pais, da família, são as que obtêm melhores resultados no IDEB, assim como, as que as diretoras relatam a falta de participação são as que possuem IDEB mais baixo. Nesse aspecto, programas que visem a conscientização da família em relação à educação e busque desenvolver a família tecnicamente para participar do controle social podem colaborar para o desenvolvimento da educação de qualidade.

Para a Teoria do Desenvolvimento das Liberdades, as disposições institucionais, capazes de ampliar as *oportunidades sociais*, são exercidas através da liberdade das pessoas de participação social, tanto nas escolhas, quanto nas decisões públicas (SEN, 1999). Desta forma, para que os indivíduos possam ser agentes de transformação é necessário prepará-los para tal finalidade.

Com relação a percepção das diretoras e secretaria da educação, em relação ao que pode ser melhorado na educação básica de responsabilidade municipal, as repostas que mais aparecem são: diminuição na burocracia para efetuar as manutenções solicitadas, maior desenvolvimento dos professores, e melhora na participação dos pais e da família na escola.

4.3.2 Concatenação das análises apresentadas com a Teoria do Desenvolvimento das Liberdades

A capacidade de as pessoas usufruírem das liberdades substantivas, são centrais para o desenvolvimento descrito por Amartya Sen, que considera que esse processo deve integrar disposições econômicas, políticas e sociais. Sen (1999) argumenta que a liberdade individual é uma via de mão dupla, pela capacidade de disposições sociais expandirem as liberdades individuais, e pelo impacto que as liberdades individuais possuem em tornar mais eficazes as disposições sociais e melhorar a vida das pessoas.

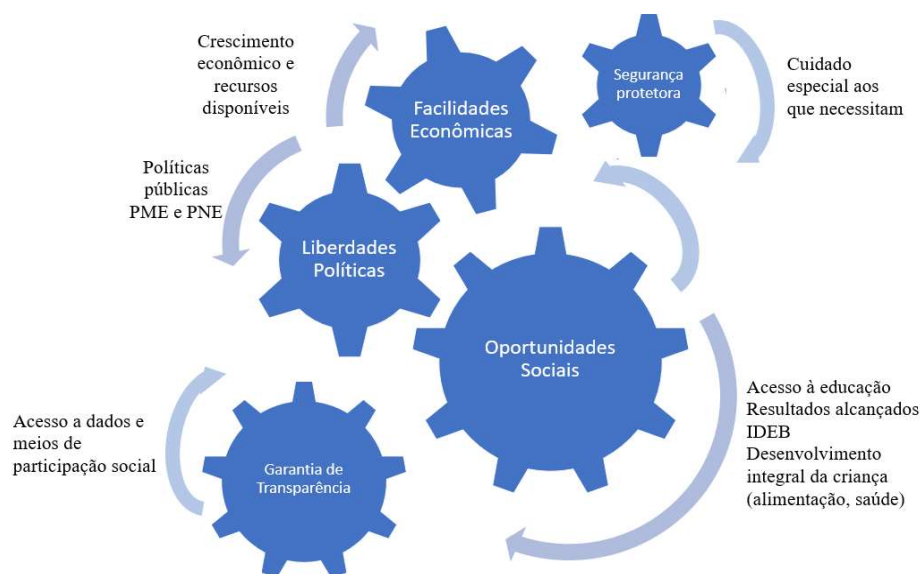
Nesse contexto, o crescimento econômico não deve potencializar apenas as rendas privadas, mas além disso deve possibilitar ao Estado o financiamento de serviços sociais e demais serviços necessários à população, como por exemplo educação, saúde e segurança. Entendendo-se como necessário observar com atenção as ações do Estado que ajudam a determinar a natureza e o alcance das liberdades aqui descritas (SEN, 1999).

Sendo assim buscou-se compreender como o crescimento econômico tem impactado no desenvolvimento do sistema educacional da Educação básica municipal de Telêmaco Borba-PR, considerando a Teoria do Desenvolvimento das Liberdades. Para contemplar tal questão foi definido como objetivo geral, estudar a relação do crescimento econômico e do sistema de educação básica do município de Telêmaco Borba – PR sob a perspectiva do desenvolvimento das liberdades.

De acordo com a Teoria do Desenvolvimento das liberdades, o papel do dispêndio público deve ser analisado à luz dos objetivos globais determinados através das demandas estabelecidas pelas políticas públicas (SEN, 1999). Buscou-se então estabelecer objetivos específicos capazes de nortear esse estudo, visando; verificar a consonância do Plano Municipal de Educação em relação às metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação; analisar o crescimento econômico de Telêmaco Borba frente aos investimentos realizados no sistema de educação básica municipal; e verificar a articulação de recursos disponibilizados com a realização de projetos voltados ao Desenvolvimento das Liberdades.

Para analisar o desenvolvimento das liberdades foram investigados através desse estudo cinco tipos distintos de liberdades, (1) liberdades políticas; (2) facilidades econômicas; (3) oportunidades sociais; (4) garantia de transparência; e (5) segurança protetora. Conforme esboço da Figura 10.

Figura 10 - As cinco liberdades substantivas da Teoria do Desenvolvimento da Liberdades e as interligações visualizadas nesta pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, (2021).

A eficácia da liberdade instrumentaliza-se quando se percebe que diferentes liberdades possuem inter-relações em si, é um tipo de liberdade que pode impactar em outros tipos de liberdade, o processo de desenvolvimento depende fortemente dessas inter-relações (SEN, 1999).

Na perspectiva avaliativa, a teoria do desenvolvimento das liberdades dispõe da necessidade de aquilatar os requisitos de desenvolvimento, aniquilando as privações de liberdade que desfrutam as pessoas (SEN, 1999). Dessa forma, as avaliações devem ter por base as políticas públicas estabelecidas para a sociedade em questão.

Contemplando essa visão, observar o PNE 2014-2024 e a consonância existente entre ele e o PME 2015-2025, torna-se primordial dentro desta perspectiva, bem como observar as liberdades descritas na Figura 9, com base nas metas estabelecidas frente a esses instrumentos legais. Pertinente aos delineamentos estabelecidos por essas políticas educacionais, nota-se que ambos os instrumentos foram construídos com respaldo de quadro técnico especializado e contaram com a participação da sociedade, o que denota que foram resguardadas as *liberdades políticas*, característica de uma democracia.

Tanto o PNE 2014-2024, quanto o PME 2015-2025 vislumbraram percentuais de dispêndio financeiro que devem contemplar os investimentos da educação. Em outras palavras, tais *facilidades econômicas* devem promover *oportunidades sociais*. O PME, em referência, estabeleceu percentuais de investimentos em educação acima do previsto pela legislação nacional.

Visando as *oportunidades sociais*, o PME 2015-2025 ampliou o acesso à educação às crianças de pré-escola (4 a 5 anos) ao estabelecer garantia de matrícula até o ano de 2016 para crianças nessa faixa etária e estabelecendo prazo até 2025 para que pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos tenham suas matrículas garantidas nas creches. Além disso, ambos os planos estabelecem metas para educação em tempo integral; plano de carreira e formação continuada para os profissionais da educação, avaliação institucional e acompanhamento individual do aluno, estabeleceram máximo de alunos por turma, metas para IDEB, desenvolvimento e aquisição de recursos pedagógicos e melhoria na infraestrutura das escolas, programas com atenção à saúde física e psicológica dos alunos.

Com relação à *garantia de transparência*, o PNE 2014-2024 meta 19, e o PME 2015-2025 meta 15, fazem menção a Gestão Democrática, salientando a necessidade de aprimoramento e funcionamento dos órgãos de controle social. Ambas as medidas impactam na qualidade da educação. No contexto geral o PME contemplou todas as metas estabelecidas pelo PNE.

Deve-se contemplar claramente que a visão de liberdade esboçada neste estudo, envolve processos que permitem liberdade de ação e decisão, como oportunidades reais que as pessoas têm (SEN, 1999). Dessa forma, a visualização de disposições políticas deve servir de referência para contemplação de evidências empíricas.

As disposições reais do mercado, aqui entendida a partir do crescimento econômico dependem substancialmente de políticas públicas e disposições sociais (SEN, 1999). Ao observar os valores investidos através do FUNDEB (Paraná), corrigidos pelo INPC, nota-se que no decorrer de 2007 a 2020, houve aumento de investimento, porém com poucos avanços. A modalidade creche obteve maiores investimentos no período, crescendo em média 9,04% a.a. As etapas que obtiveram menor crescimento em relação ao FUNDEB no período, foram ensino fundamental séries iniciais e educação especial, ambas com crescimento de 3,65% a.a. Foram observadas apenas as modalidades de responsabilidade municipal.

Durante os anos de 2013 a 2019 o município dispôs de considerável crescimento econômico, o que impactou positivamente o investimento em educação. No ano de 2013 o município investe por aluno na rede pública municipal em média, R\$ 4.123,70 (quatro mil, cento e vinte e três reais e setenta centavos em educação), em 2017 ano com melhor resultado do período, o investimento foi de R\$ 6.767,71 e em 2019 foram investidos R\$ 5.613,24 (Cinco mil seiscentos e treze reais e vinte e quatro centavos). Considerando os valores disponibilizados através do FUNDEB e o percentual de responsabilidade municipal, observa-se que embora os valores investidos obtiveram aumento ao longo do período, durante os anos de 2013 a 2015 os

valores mantiveram-se muito próximos ao estipulado pela legislação, no ano de 2016 houve um aumento no percentual investido, visando o alcance dos 28% em 2017, mas no ano de 2017 o percentual diminuiu consideravelmente e ainda faltaram informações no Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO, disponibilizada pelo SIOPE. No ano de 2018 o município se aproximou do percentual de 25% exigido por legislação nacional, porém não cumpriu com o estabelecido pelo PME (2015-2025) e no ano de 2019, novamente faltaram informações disponibilizadas através do RREO, conforme pode ser verificado através do Quadro 31.

Quadro 31- Comparação entre o percentual de investimento na Educação Municipal de Telêmaco Borba-PR e o percentual estabelecido pelo Plano Municipal de Educação do Município

| ANO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------------------|--------|--------|--------|-----------|---------|-----------|-----------|
| % Investido em Educação | 24,82% | 24,35% | 24,43% | 26,31% | *23,89% | 24,21% | *22,05% |
| Projetado pelo PME (2015-2025) | 25% | 25% | 25% | 25% a 28% | 28% | 28% a 30% | 28% a 30% |

* Faltaram informações disponibilizadas através do RREO, o que impossibilitou análise detalhada.

FONTE: Elaborado pelos autores

Considerando os percentuais vislumbrados, nota-se que embora o município tenha elevado o investimento em educação ao longo do período, para cumprir com o estabelecido através da legislação municipal esses percentuais precisam avançar. Observados as liberdades substantivas foco desta pesquisa, o município goza de *facilidades econômicas*, porém, percebe-se que os órgãos públicos precisam avançar no quesito *garantia de transparência*. Para Sen (1999, p. 34) um dos propósitos da *garantia de transparência* é seu poder substancial em inibir a corrupção, irresponsabilidade financeira e transações ilícitas. Além de que, a *garantia de transparência* possui forte impacto sobre as *liberdades políticas*, sendo capaz de ampliar as *oportunidades sociais* e a *segurança protetora*, liberdades necessárias para o desenvolvimento pleno da pessoa e da sociedade.

Observados o crescimento econômico e as possibilidades reais de financiamentos do sistema de educação pública municipal de Telêmaco Borba-PR, é necessário vislumbrar as oportunidades reais que as pessoas desfrutam. Sen (1999) argumenta que as riquezas não são desejáveis em si, mas porque são meios de proporcionar o que as pessoas desejam.

As *oportunidades sociais* devem ampliar as capacidades individuais, garantindo equidade e igualdade de oportunidades, para que as pessoas tenham a possibilidade de alcançar o tipo de vida que elas valorizam.

Quando observados os resultados alcançados pelas políticas públicas vislumbradas nesse estudo, e as oportunidades reais decorrentes das facilidades econômicas aqui contempladas, nota-se que:

O município atende aproximadamente 28,63% de alunos na faixa etária de creche, considerando ensino público e privado, a maior parte das vagas disponibilizadas são em tempo integral, a legislação municipal prevê atendimento de pelo menos 50% até o ano de 2025. Para aumentar o quantitativo de vagas ofertadas, o município criou uma lista de espera única, oferecendo vagas para as crianças em bairros mais próximos em casos de inexistência de vagas no bairro da residência e construiu novas creches para atender a demanda existente. De acordo com o relatado nas entrevistas, no ano de 2020 o município praticamente zerou a lista de espera. Vale pontuar que com o retorno das aulas presenciais é necessário observar o comportamento dessa lista de espera única e se foi oferecido transporte escolar público para alunos matriculados em creches fora do seu bairro de residência, com distanciamento superior a 2km da escola à casa.

Conforme as entrevistas, a educação integral é ofertada em todos os CMEIs para crianças de 0 a 3 anos, e em 4 escolas de ensino fundamental, que atende educação infantil (de 4 a 5 anos) e séries iniciais do ensino fundamental.

O transporte escolar público é oferecido às crianças que residem a mais de 2 km da escola, as crianças de 0 a 3 anos necessitam de acompanhamento de responsável para utilização do transporte.

Para a etapa de pré-escola, o município atende 94,89% das crianças na faixa etária para a modalidade, considerando população contabilizada no censo de 2010 com projeção para 2020, é importante salientar que todas as crianças têm suas vagas garantidas a partir dessa modalidade.

Foi mencionado durante as entrevistas que os profissionais da educação recebem constantemente formações diversas. Também são realizadas avaliações periódicas para aferir a alfabetização dos alunos. Com relação a materiais didáticos foi pontuado pelas entrevistas que os livros disponibilizados na rede de ensino municipal em Telêmaco Borba-PR possuem alto padrão de qualidade, e que os livros das disciplinas trabalhadas durante o ano são do aluno, eles podem fazer as atividades no livro e não precisam entregar ao finalizar o ano letivo. Todos os alunos recebem anualmente uniforme da rede municipal de ensino.

Considerando o desenvolvimento pleno da criança, com disposições a alimentação e saúde, as entrevistadas pontuaram que a alimentação escolar da rede possui alto valor nutricional, com cardápios elaborados por nutricionistas e produtos de alta qualidade, ainda

ressaltaram que as crianças que possuem necessidade especial, por motivo de saúde, possuem cardápio diferenciado, de acordo com a necessidade do aluno.

Ainda, para atender alunos que apresentem necessidades especiais o município conta com o Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado – CEMAEE, que oferece ao educando serviços de fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, educador físico e neuropediatra.

As estruturas físicas das escolas no município divergem, devido ao tempo de construção, e não a localização. Os entrevistados pontuaram as dificuldades para manutenção necessárias devido à demora do atendimento.

Os professores contratados na rede municipal são todos concursados, sendo que no ano de 2020 possuíam formação superior, 63% dos professores de creche; 72,3% dos alunos de pré-escola e 78,1% dos professores de ensino fundamental anos iniciais (INEP, 2021). Os dados apresentados demonstram que a maior parte dos professores com formação superior estão lotados na rede pública de ensino. Os professores contam com plano de carreira, e sua progressão é impactada através de avaliação de desempenho, participação em programas de desenvolvimento, formação, habilitação e titulação (TELÊMACO BORBA, LEI 1.866, 2012).

Conforme observado durante a pesquisa, o município tem evoluído no atendimento ao aluno e em investimentos educacionais, ofertando ao alunado da rede de ensino municipal um aparato de benefícios que impactam positivamente na qualidade educacional.

Em relação aos resultados demonstrados através do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB, as escolas se diferem em relação aos resultados alcançados. Deve-se considerar que em toda rede as escolas recebem os mesmos materiais didáticos, alimentação escolar, uniformes, contam com apoio de atendimento especializado quando necessário, e os professores possuem o mesmo plano de carreira. Embora a estrutura física das escolas não seja semelhante, a escola com maior pontuação do IDEB no município não é a que possui melhor estrutura. Observou-se que as escolas com menor desempenho no IDEB, atendem a população mais carente, assim como as escolas que possuem melhores desempenho no IDEB estão localizadas em bairros nobres e atendem em maior parte população com melhores condições financeiras. Outro ponto que colabora para que escolas melhores localizadas obtenham índices melhores, são os critérios considerados para solicitação de remoção e permuta de escolas: tempo de serviço, maior titulação, maior tempo de efetiva regência, conforme art. 55 da Lei Municipal 1.866 de 8 de março de 2012. Desta forma, reforça-se a necessidade de desenvolvimento de estratégias direcionadas para equilibrar essas discrepâncias, como por exemplo: atendimento educacional em tempo integral em regiões que se observem defasagem, atividades no

contraturno para alunos com déficit de aprendizagem e atividades voltadas para a conscientização dos pais em relação à escolarização dos filhos.

Na perspectiva avaliativa, a teoria do desenvolvimento das liberdades dispõe da necessidade de aquilatar os requisitos de desenvolvimento, aniquilando as privações de liberdade que desfrutam as pessoas (SEN, 1999).

As entrevistas apontam a inexistência de medidas diferenciadas no acompanhamento e monitoramento para crianças de educação infantil de famílias de baixa renda per capita e beneficiários de programas de transferência de renda. Ressalta-se a importância em considerar o princípio da isonomia, tratar os desiguais na medida de sua desigualdade, a fim de minimizar as desigualdades. A análise de desenvolvimento contemplada nesta pesquisa vislumbra nas *Liberdades* elementos básicos capazes de ampliar a capacidade dos indivíduos.

Ao considerar as *liberdades políticas*, é necessário observar a realidade vivenciada nas escolas. Considerando a participação dos pais em avaliações de docentes e gestores, conforme mencionado no PNE 2014-2024, verifica-se a existência de órgãos como: APMF e conselhos escolares. As entrevistadas mencionam a não assiduidade dos pais na participação das demandas escolares, observa-se que foi mencionado que as diretoras criam estratégias de acordo com a comunidade que atendem e buscam trazer os pais para apresentar atividades desenvolvidas pelos filhos e apresentar e tratar de assuntos pertinentes a escola.

Ainda, com relação a formação dos conselheiros escolares, foi observado através das entrevistas que o município não desenvolve programas e cursos próprios para formação dos conselheiros, os cursos disponibilizados são na modalidade online oferecidos pelo Ministério da Educação. A dificuldade de participação dos pais e a falta de cursos para formação de conselheiros, denotam aparente necessidade de o município oferecer cursos de formação para conselheiros escolares, membros da APMF e demais pais. Para garantir as *liberdades políticas*, decisões devem ser amplamente abertas à sociedade, com comunicação livre, os indivíduos devem ter abertura para participação social na gestão pública. Porém, como menciona Sen (1999) a participação requer conhecimento e instruções específicas.

As oportunidades sociais são de extrema importância não só para condução da vida privada, mas também porque garantem ao indivíduo participação mais efetiva em atividades políticas e econômicas (SEN, 1999). Assim como o crescimento econômico é o meio para obtenção de maiores oportunidades sociais, maiores oportunidades sociais impactam no crescimento econômico.

O fortalecimento do sistema e a garantia de oportunidades sociais tem grande impacto no desenvolvimento econômico, ampliando a empregabilidade, criando condições favoráveis para diminuição das taxas de mortalidade, e melhorando a expectativa de vida (SEN, 1999).

No contexto geral percebe-se que o crescimento econômico tem impactado positivamente o sistema de educação básica de responsabilidade municipal em Telêmaco Borba, que muito se tem avançado no desenvolvimento de medidas a fim de ofertar educação de qualidade para os alunos, pontua-se, entretanto, a necessidade de desenvolver estratégias voltadas para melhorar os resultados de escolas que atendem a população mais carente, visando minimizar as discrepâncias causadas pela realidade social que essas pessoas vivenciam, além da necessidade de desenvolver estratégias para formar participantes de órgãos colegiados como conselho escolar e APMF.

Para que ocorra de fato o desenvolvimento é necessário que as liberdades sejam observadas prioritariamente, as pessoas tendem a estar envolvidas com a causa, mediante as oportunidades de que dispõem, pois tanto o Estado quando a sociedade, têm papéis fundamentais no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas (SEN, 1999). O desenvolvimento só será realmente sustentável, quando resguardadas as disposições necessárias para o desenvolvimento social, que pode impactar em desenvolvimento econômico e desenvolvimento ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo busca trazer à reflexão o problema da pesquisa, ratificando o cumprimento dos objetivos com a realidade social evidenciada durante a pesquisa. Por fim, trará sugestões para estudos futuros visando o desenvolvimento sustentável da região e as limitações do estudo.

5.1 CONCLUSÕES

Diante dos complexos desafios que a humanidade tem enfrentado, desenvolver mecanismos para o desenvolvimento sustentável tornou-se primordial. O epicentro das discussões em fóruns mundiais pauta-se em questões voltadas para o desenvolvimento dos três pilares da sustentabilidade: o ambiental, o econômico e o social.

Quental et al., (2010) descreve que argumentos voltados à transição para sustentabilidade, emitido a partir de revisão histórica sobre sustentabilidade elaborada pelo Conselho do Desenvolvimento Sustentável, concluiu que a transição para o desenvolvimento sustentável é possível, mas são necessários avanços significativos em relação ao conhecimento básico, a capacidade social e tecnológica e na vontade política de criar meios para ação. Para Sen (1999), o desenvolvimento sustentável acontece com expansão de liberdades substantivas como: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Sendo que esse mecanismo funciona como uma engrenagem capaz de mover e impulsionar umas às outras.

Nesse contexto, a educação é primordial para o desenvolvimento das liberdades, devido a sua função capacitadora, listada entre os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável destacados pela ONU. As políticas globais sobre sustentabilidade impactaram no desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, ressaltando o compromisso assumido pelo país em fóruns mundiais. Bucci (2013) destaca que o desenvolvimentismo abarcou nova perspectiva ao cenário público, que buscou condições para superar limitações de base social e o subdesenvolvimento, formalizando documentos e recursos.

Na perspectiva do desenvolvimento, o crescimento econômico não deve ser analisado como fim em si, mas pela expansão das oportunidades sociais, que é alcançada através de educação, saúde e direitos civis garantidos (liberdade de participação) (SEN, 1999; RIOS, 2016). Para Haddad (2010) a capacidade de organização social e política relaciona-se com a autonomia local para tomada de decisão assertivas, a fim de reter e reinvestir o excedente econômico gerado. Através de oportunidades sociais adequadas a pessoa torna-se capaz de

desenhar sua própria trajetória e contribuir com os demais, o que faz da educação componente constitutivo para o desenvolvimento (SEN, 1999).

Sendo assim, essa pesquisa propôs-se a estudar a relação do crescimento econômico e do sistema de educação básica do município de Telêmaco Borba – PR sob a perspectiva do Desenvolvimento das Liberdades.

Partindo do princípio de analisar as articulações jurídicas efetuadas para o desenvolvimento da educação municipal, efetuou-se uma análise buscando verificar a consonância do Plano Nacional de Educação (2014-2024) com o Plano Municipal de Educação (2015-2025), conforme objetivo específico estipulado para esta pesquisa.

O plano elaborado pelo município compreendeu praticamente todas as metas contempladas através do plano nacional, em alguns deles estabelecendo metas superiores ao PNE, destacando a necessidade de dotação orçamentária suficiente para cumprir com os investimentos necessários, sustentou a necessidade de adequação do plano plurianual, prevendo aumento gradativo de 28% das receitas do município até o ano de 2017 e 30% até o ano de 2021, para investimentos em educação (TELÊMACO BORBA, LEI 2104, 2015). Ambos os planos contaram com participação social em sua elaboração, forte indicador das *liberdades políticas* destacados nessa pesquisa.

Após, foi analisado o crescimento Econômico de Telêmaco Borba frente aos investimentos realizados no sistema de educação básica municipal, buscando contemplar o segundo e parte do terceiro objetivo específico desta pesquisa. Onde constatou-se que a cidade de Telêmaco Borba-PR obteve considerável crescimento econômico observando os anos de 2010 a 2018, impactando em maiores investimentos em educação, destacando a aparente *facilidade econômica* que ampara o desenvolvimento do município. No geral o município dispendeu em todo período estudado de recursos superiores aos disponibilizados através do FUNDEB, chegando a 86% a mais no ano de 2015 ano que obteve melhor resultado financeiro, e 33% a mais no ano de 2019 ano que obteve queda nas arrecadações. Porém, se considerados os valores estabelecidos no PME (2015-2025), apenas no ano de 2016 o município contabilizou valores contemplando o percentual previsto, para o ano de 2017 e 2019 a falta de informações do RREO disponibilizadas pelo SIOPE não permitiram a análise detalhada, e no ano de 2018 com previsão acima de 27%, o valor foi de 24,21% investidos em educação, considerando a receita de impostos constitucionais para essa finalidade, com base nos pagamentos efetuados e descontados os estornos.

Considerando as *oportunidades sociais* decorrentes de acesso à educação. O município alcançou a meta 1 garantindo matrícula a todas as crianças de 4 a 5 anos na etapa de pré-escola,

e no ano de 2020 conseguiu entregar novas unidades do CMEI chegando a praticamente zerar a lista de espera para crianças de 0 a 3 anos de idade, totalizando 28,63% de matrículas para a etapa no ano de 2020, a meta é pelo menos 50% de crianças em idade de creche matriculadas até 2024. No site da prefeitura consta uma aba para consulta pública da lista de espera para alunos de creche do município, porém durante essa pesquisa não conseguimos acesso. A falta de informações no RREO, e na lista de espera demonstram a necessidade de avanço no quesito *garantia de transparência*.

As entrevistas contemplam informações relevantes, considerando a realidade vivenciada por autores sociais participantes do processo da educação básica da autarquia municipal, visando a prática de projetos voltados ao desenvolvimento das liberdades, frente aos investimentos realizados no município, possibilitando a conclusão do terceiro objetivo específico.

Considerando aspectos relacionados as *oportunidades sociais, garantia de transparência, segurança* que se dispõem no município, com vistas ao desenvolvimento pleno da criança, são oferecidas na rede de ensino municipal alimentação de qualidade nutricional, considerando critérios de alimentos sem agrotóxicos, e de agricultura familiar, em caso de alunos que possuam restrições alimentares e com laudo médico a alimentação é diferenciada, conforme a necessidade do aluno.

O município buscou articular o sistema educacional com redes de apoio à saúde, proporcionando atendimento especializado para aqueles que necessitam, contando com psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, terapeutas, educador físico e neuropediatras através do CEMAE. A priorização pública para serviços como saúde e educação básica, reduzem índices de mortalidade e impactam na melhora da qualidade de vida dos cidadãos, as *oportunidades sociais* são centrais para o processo de desenvolvimento (SEN, 1999).

No que se refere as estruturas e recursos disponibilizados, foi relatado nas entrevistas que o município fornece para toda rede material didático de excelente qualidade, considerando materiais diversos até livros, sendo que os alunos recebem a coleção de livros didáticos para o ano letivo, e podem efetuar suas atividades nesses livros, o livro é do aluno. Além disso, os alunos recebem anualmente uniforme completo, com camisa manga longa, manga curta, blusas, calça, shorts, mochila, meias e tênis. Em relação a estrutura física das escolas, elas não possuem o mesmo padrão, algumas têm ótimas estruturas, outras necessitam de reformas, a diferença é devido à idade da construção e não à localização, sendo que muitas vezes escolas de bairros distantes possuem melhores estruturas que as de bairros centrais.

Os profissionais que compõem o quadro de funcionários da educação municipal são todos concursados, sendo necessário para o cargo de professor possuir magistério, de acordo com as entrevistas a grande maioria dos professores são graduados e pós-graduados. Porém, os dados disponibilizados pelo INEP (2021), apresentam uma média de 66,5% de docentes com curso superior na rede municipal de ensino. O que remete a necessidade de aprimoramento do quadro de profissionais. A progressão na carreira ocorre por meio de avaliação de desempenho, participação em programas de desenvolvimento, formação, habilitação e titulação (TELÊMACO BORBA, LEI 1.866, 2012).

Com relação aos resultados alcançados com base nos resultados do IDEB, houve melhora gradual nas notas, porém observa-se que muitas escolas não conseguem manter resultados crescentes, outro ponto que chama atenção é o fato que as escolas que possuem melhores resultados estão localizadas em bairros nobres, as escolas que possuem menor índice de IDEB atendem em grande parte a população mais carente, em bairros de classe média os índices são variados. As entrevistas apontam a inexistência de medidas diferenciadas no acompanhamento e monitoramento para crianças provenientes de família de baixa renda per capita e beneficiárias de programas de transferência de renda, destacando a necessidade desenvolvimento de medidas, a fim de criar oportunidades para intensificar o desenvolvimento dessas crianças, visando equidade garantida pela *segurança protetora*. Outro aspecto que pode influenciar, é o critério para solicitação de remoção e permuta dos professores para outras escolas, que estão ligadas a titulação, tempo de serviço e efetiva regência.

As entrevistas também reforçam a falta de participação dos pais e da família nas escolas. Porém, conforme relatos é possível observar que em escolas que as diretoras relataram boa participação, são as que obtêm melhores índices de IDEB, e as escolas em que as diretoras pontuaram a falta de participação são as que possuem IDEB mais baixo. O município não possui cursos de capacitação e formação de conselheiros escolares, apenas os disponibilizados pelo Ministério da Educação (ENTREVISTADA 13).

Destarte, sugerisse que se desenvolvam meios para intensificar a educação em escolas localizadas em bairros carentes, como por exemplo oferecer educação integral nessas escolas, desenvolver programas voltados conscientização dos pais sobre a importância da educação e da participação deles no processo educacional e oferecer cursos de capacitação e incentivo à participação social aos conselheiros, pais e familiares interessados. A educação é componente constitutivo para o desenvolvimento, através de *oportunidades sociais* adequadas, as pessoas se tornam capazes de desenhar sua própria trajetória e contribuir com os demais (SEN, 1999). O desenvolvimento das liberdades denota a importância de conceder ao indivíduo

oportunidades que ampliem suas capacidades físicas e cognitivas visando a igualdade e a equidade.

Pautados na expansão das liberdades substantivas descritas por Sen (1999) liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Percebe-se que o município tem realizado ações e disponibilizado recursos que colaboram para o desenvolvimento das liberdades, criando meios e oferecendo condições diferenciadas para que os alunos tenham acesso à educação de qualidade, ainda se tem que evoluir em relação a transparência e desenvolver meios para fomentar a participação dos pais nas escolas, e desenvolver estratégias para minimizar as discrepâncias dos resultados do IDEB alcançados nas escolas. Estudos pautados no Desenvolvimento das Liberdades vislumbram pontos que culminem em liberdade individual e substancialmente impacte no desenvolvimento social.

O crescimento econômico não pode ter um fim em si, deve estar relacionado com a melhora na qualidade de vida e liberdade da população (SEN, 1999).

Um desenvolvimento de fato sustentável só acontecerá quando os olhares focarem primeiramente as pequenas esferas, buscando a potencialidade do micro (bairros, cidades), para alcançar a contemplação do macro (estados e países), como pontuou Sachs (2004), e para que isso se torne possível é necessário um olhar incansável da administração pública e da sociedade para o sistema educacional. Para Sen (1999) através das oportunidades sociais adequadas os indivíduos tornam-se protagonistas da sua própria história.

Desta forma, com base nos dados explanados nesta pesquisa é possível notar que o município possui condições financeiras para o desenvolvimento pleno do sistema de educação básica municipal e que muito tem atuado para isso, mas ainda pode avançar a partir da participação social, na fiscalização e cobrança por melhores resultados.

Cabe ao estado cumprir seu papel em fortalecer a transparência e o acesso a dados, preparar os cidadãos para participarem criticamente no processo de construção e a sociedade cumprindo seu papel em participar ativamente impulsionando o desenvolvimento.

Como foi mencionado nesse estudo a sociedade teve grande importância no desenvolvimento de leis e planos para educação, e para continuar evoluindo é necessário que a sociedade local continue cobrando por melhores resultados. Expandir as liberdades pelas quais se tem razão para valorizar não só torna a vida mais rica e autônoma, torna os seres sociais mais completos, interagindo com o mundo e influenciando-o (SEN, 1999). A teoria do desenvolvimento como liberdade visa a concessão de liberdades individuais, os distintos tipos

de liberdades quando fortalecidos estimulam-se e ampliam sua rede de alcance, perfazendo-se em desenvolvimento social.

As políticas públicas no Brasil, estabelecem direitos resguardando as liberdades políticas, com vistas à participação social, mas o sistema organizacional do Estado falha em muitos aspectos na capacitação dos cidadãos para exercer seus direitos, elucidado neste estudo pela falta de cursos técnicos para membros dos diversos conselhos escolares.

Para tanto, as análises dessa pesquisa suportam-se na tese que as liberdades instrumentais defendidas por Amartya Sen (1999) liberdades políticas, oportunidade social, segurança protetora, facilidades econômicas e garantia de transparência, são capazes de promover o desenvolvimento individual e propositalmente impactar o desenvolvimento social, nesse enredo teórico as liberdades são o principal fim, mas também o principal meio para o desenvolvimento. Na disposição de todas essas liberdades os indivíduos tornam-se capazes de influenciar novamente toda essa engrenagem, potencializando e fortalecendo o sistema.

5.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

O desenvolvimento deve ser observado nas diversas esferas da federação, começando do desenvolvimento local considerando bairros e municípios, às esferas estaduais e federais. Sendo assim, sugere-se que próximos estudos contemplem o desenvolvimento e a qualidade da educação pública de responsabilidade estadual no município, o IDEB de anos finais do ensino fundamental e do ensino médio permanecem sob parâmetros inferiores ao IDEB obtido por escolas municipais.

Outro ponto relevante para abordagens sob lentes do desenvolvimento das liberdades, é a percepção sobre como a sociedade organizada tem contribuído para formação de políticas públicas, e participado na fiscalização da gestão e alcance dos resultados, ou que busquem analisar a transparência dos órgãos públicos na região. O desenvolvimento sustentável procede da capacidade de organização social e políticas regionais que impactam no aumento da autonomia para tomada de decisão, para aproveitar o excedente econômico gerado através do crescimento, gerando oportunidades crescentes de desenvolvimento social, e cuidados constantes com o ecossistema regional (HADDAD, 2009). O relatório do Conselho Nacional do Desenvolvimento Econômico citado por Quental et al., (2010) sugere observar a taxonomia de desenvolvimento sustentável com observações para o que deve ser sustentado (natureza, suporte de vida e comunidade) e o que deve ser desenvolvido (pessoas, economia e sociedade).

5.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Essa pesquisa aconteceu durante o período de pandemia de Covid-19. Isso impossibilitou que as entrevistas ocorressem de forma presencial. Para realização das entrevistas foram utilizadas videochamadas, o que inviabilizou a percepção total daquilo que foi comunicado através da comunicação não verbal, como gestos e movimentos.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 BRASILEIRA. Ações prioritárias. **Comissão de Políticas e Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2 Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 158 p. Disponível em: <ps://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira#:~:text=A%20Agenda%2021%20Brasileira%20é,social%20e>. Acesso em: 07 out. 2020.

ALKIRE, S. Dimensions of human development. **World Development**., v. 30, n. 2, p 181-205. 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X01001097>. Acesso em: 12 out. 2020.

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sócias no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n. 2, 2004, p. 17-26. Disponível em: <file:///C:/Users/dinni/Desktop/SEMIN%C3%81RIOS/REFERENCIAL/ARRETCHE,%20Federalismo%20e%20politicais%20sociais%20no%20brasil.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ATRICON-IRB. **Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)**: proposta de relatório final Grupo de Trabalho Atricon-IRB / Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Instituto Rui Barbosa. Cuiabá, 2016. Disponível em: <https://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Relat%C3%B3rio-do-GT-Atricon-IRB.pdf>. Acesso em: 21 nov.2021.

AZEVEDO, F. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.

BARROS, R. P.; HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4400. Acesso em: 24 mar. 2020.

BEZERRA, S. L. A. **Eficiência na aplicação dos recursos do FUNDEB: Uma investigação apoiada na análise envoltória de dados (DEA)**. 2015. 198 p. Tese doutorado (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Rio de Janeiro: RJ, 2015.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia: Teoria e Política Econômica**. Tradução da 2ª ed. americana. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 608 p.

BOLLMANN, M. G. N. Revendo o plano nacional de educação: proposta da sociedade brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, jul.-set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/02.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 08 mar. 2015.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei 4.958, de 14 de novembro de 1942**. Diário Oficial da União - Seção 1, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decretolei495814novembro1942414976publicacaooriginal1pe.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A,DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%204.958%2C%20DE%2014%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201942,que%20lhe%20confere%20o%20art.&text=1%C2%BA%20Fica%20instituido%20o%20Fundo%20Nacional%20de%20Ensino%20Prim%C3%A1rio>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**. Rio De Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 27 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília-DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.348 de 24 de julho de 1985**. Dispõe sobre a execução do § 4º do art. 176 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7348.htm. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 abr. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, 13 set. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília-DF, 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.326, de 31 de dezembro de 1999.** Fixa o valor mínimo anual por aluno de que trata o art. 6o, § 1o, da Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3326.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.374, de 17 de fevereiro de 2005.** Fixa, para o exercício de 2005, o valor mínimo anual por aluno de que trata o art. 6o, § 1o, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5374impressao.htm. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm. Acesso em: 15 mai. 2020

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Dados abertos governamentais, 2019.** Disponível em: Dados Abertos Governamentais — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 17 jul. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** São Paulo: Lua Nova, 2014. 33-60 p.

BUCCI, M. P. D. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2013. 320 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS: CMN. **Fundeb: O que os municípios precisam saber**. 2ª Edição. Brasília: CNM, 2014. ISBN 978-85-99129-81-4 Disponível em: http://www.educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/publicacoes/fundeb/fundeb_cnm_2014_2ed.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 784 p.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 272 p.

CURY, C. R. J. Estado e Políticas de Financiamento em Educa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007.

DEEPASK. **O mundo e cidades através de gráficos e mapas**. IDH Municipal: Índice de desenvolvimento humano por cidade do Brasil – Telêmaco Borba. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=telemaco-borba/PR-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>. Acesso em: 21 out. 2020.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Época Negócios 360° elege a Klabin como a mais sustentável do setor**. Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/epoca-negocios-360o-elege-a-klabin-como-a-mais-sustentavel-do-setor>. Acesso em: 21 out. 2020.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books, 2012. 488 p.

ESENHARDT, K. M. Building theories from Case Study Research. **Academy of Management Review**, v. 14. n.4, p. 532-550. 1998.

FELDMAN, M. **Os termos de ajustamento de conduta para efetivação do direito à educação infantil: Consideração a partir do contexto paranaense**. 2017. 188 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná: Curitiba-PR, 2017.

FELDMAN, M. Atuação extrajudicial do ministério público e direito à educação infantil: Um estudo de caso. **Educação e Pesquisa**., São Paulo, v. 45. 2019.

FNDE - Fundo nacional de desenvolvimento da educação. **Funcionamento**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/funcionamento>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FNDE – Fundo nacional de desenvolvimento da educação. **Dados estatísticos. Matrículas, coeficientes de distribuição de recursos e receita anual previstas por estados e municípios. Paraná. Telêmaco Borba**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FNDE – Fundo nacional de desenvolvimento da educação. **Valor anual por aluno estimado. Valor aluno/ano e receita anual prevista**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/area-para-gestores/consultas>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GIACONOMI, J. **Orçamento Público**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 369 p.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. p. 301-320. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 480 p.

GODOY, A. S. O estudo de caso qualitativo. p. 115-143. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 480 p.

HADDAD, P. Capitais Intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n.3, p. 119 -146 Editora UFPR, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/16712/11111>. Acesso em: 09 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades. Telêmaco Borba, 2019**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/telemaco-borba/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 30 abr. 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Monitoramento do plano nacional de educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/monitoramento-do-pne>. Acesso em: 20 jul. 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007 a 2019**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 01 mar. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Percentual de Docentes com curso superior**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/percentual-de-docentes-com-curso-superior>. Acesso em: 01 mar. 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico município de Telêmaco Borba, 2020**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84260&btOk=ok>. Acesso em: 21 out. 2020.

MILTONS, M. M.; MICHELON, E.; Educação e crescimento econômico na Coréia do Sul. **Anais do Encontro Regional, Economia e Tecnologia-UFPR, 2008**. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-08-educacao_e_crescimento_e.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

MONTEIRO, W. F. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schuetz e Gary Becker. **Revista Econ. Do Centro-Oeste**, v.2, n.1, p. 40-56, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/17471/5/Artigo%20-%20Waleska%20de%20F%3%a1tima%20Monteiro%20-%202016.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

MOURA, D. C. R. **Teoria histórico-cultural e educação infantil: A experiência de formação continuada no município de Telêmaco Borba- Paraná.** 2007. 169 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá: Maringá: PR, 2018.

NUNES, A. N. F. **O FUNDEB na prática: Uma análise jurídica para a implementação de políticas públicas no Brasil.** 2016. 96 p. Dissertação (Mestrado)-Fundação Getúlio Vargas: Escola de Direito do Estado de São Paulo: SP, 2016.

MUNIZ, M. V. F. M. **Fiscalização e controle externo sobre os recursos do UNDEB no município de Rio Branco no período de 2010 a 2013.** 2017. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Acre: Rio Branco: AC, 2017.

OLIVEIRA, C. A. S. **O sistema municipal de ensino como política pública de desenvolvimento da educação no município de Telêmaco Borba.** 2016. 33 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em gestão pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Telêmaco Borba-PR, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002.** Disponível em: <https://www.onu.org.br>. Acesso em: 20 out.2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, 2020.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 05 out. 2020.

PARANÁ, Tribunal de contas estado do paraná. **Download de Dados.** Disponível em: <https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Relacon/Dados/DadosConsulta/Consulta>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PERES, A. J. S.; SOUZA, M. L.; ALVES, F. A.; RODRIGUES, E. G. **Efeito redistributivo intraestadual do Fundeb: uma análise a partir de variáveis financeiras, socioeconômicas e educacionais dos municípios.** Brasília: INEP, 2015. (Série Documental. Textos para Discussão, n. 39, volume 28).

POLENA, A. **Uma avaliação do efeito do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) nos municípios do estado do Paraná nos anos de 2007 a 2014.** 2016. 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná: Curitiba: PR, 2016.

PONTES, A. G. **Atuação dos Conselhos de Políticas Públicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Combate a corrupção.** 2015. 76 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade de Brasília, DF, 2015.

RIOS, C. R. **A judicialização do direito à educação básica e seus reflexos no processo de desenvolvimento sustentável.** 2016. 108 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Nove de Julho: São Paulo: SP, 2016.

QUENTAL, N.; LOURENÇO, J. M.; SILVA, F. N. Sustainability: characteristics and scientific roots. **Springer Science Business**, 13, 257-276 p. 2011.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. Companhia de Bolso, 1999. 464 p.

SEN, A. **A ideia de justiça**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 496 p.

SILVA, H. P.; SILVA, C. L.; ANDREOLI C. V. Atividade econômica de celulose e papel e desenvolvimento local: a história da Klabin e do município de Telêmaco Borba, PR. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 2, p. 137-148, 2011. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/322/374>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, I. F. **A Efetividade da política dos fundos no financiamento da educação no Brasil 2007 – 2011**. 2014. 157 p. Tese (Tese de doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38172>. Acesso em: 15 abr. 2020.

TELÊMACO BORBA/PR. **Lei 1866 de 08 de março de 2012**. Institui o plano de cargos, carreira e remuneração do pessoal do quadro do magistério público municipal da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-cargos-e-carreiras-telemaco-borba-pr>. Acesso em: 05 jun. 2020.

TELÊMACO BORBA/PR. **Lei 2104**. Aprova o plano municipal de educação para o decênio 2015/2025, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.telemacoborba.pr.gov.br/informacoes/planos-municipais/1859-plano-municipal-de-educacao-2015-2025.html>. Acesso em: 05 jun. 2020.

TELÊMACO BORBA/PR. **Lei 2246 de 03 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a implantação do Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado – CEMAE. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/t/telemacoborba/leiordinaria/2018/225/2246/leiordinarian246-2018-p-u-b-l-i-c-a-d-o-edicao-n1276data03122018republicadoporincorrecaoanumeracao-edicao-n-1278-data-05-12-2018-boletim-oficial-domunicipiodetelemaco-borbapr-dispoe-sobre-a-implantacao-do-centro-municipal-deapoioeducacionalespecializado-cemae?q=CEMAE>. Acesso em: 19 jun. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 176 p.

UNCED – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21 (global)**. Ministério do Meio Ambiente, 1992. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,e%20o%20Desenvolvimento%20\(CNUMAD\)](https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,e%20o%20Desenvolvimento%20(CNUMAD)). Acesso em: 03 out. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.

APÊNDICE A – QUADRO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE PARA ENTREVISTAS

| Categoria de Análise | Meta Código | Meta Tema | Estratégia Código | Sub Categoria | O que observar? | Prazo |
|-------------------------|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Atendimento Educacional | 1 | Educação Infantil (Pré-Escola) | 1.14 | Creche | - Verificar o acesso das crianças nas creches e pré-escolas, e a permanência | 2015/2016 |
| | | | | Pré-Escola | - % da comunidade que tem acesso a creche - % da comunidade que tem acesso a pré-escola (obrigatório) | |
| | | | 1.16 | Creche | - Verificar se existe levantamento da demanda anual de vagas na creche e pré-escola. | 2015/2016 |
| | | | | Pré-Escola | | |
| | | | 1.17 | Educação Integral – Creche e Pré-Escola | - Verificar o acesso de educação integral para crianças de 0 à 5 anos. | 2015/2016 |
| | | | | | | |
| | | | 1.4 | Creche | - Verificar se existem de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches. | 2019/2024 |
| | | | 1.14 | Creche Pré-Escola Ensino Fundamental | - Verificar se existe acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. | 2019/2024 |
| 1.17 | Creches | Verificar se as creches já estão preparadas para estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. | 2019/2024 | | | |
| | 2 | Ensino Fundamental | 2.4 | Profissionais Itinerantes | | |
| | | | | Ensino Fundamental | - Verificar a existência de programas de acompanhamento e monitoramento de: acesso, permanência e aproveitamento de beneficiários de programas de transferência de renda | 2015/2016 |
| | | Combate à discriminação | - Verificar a existência de programas de para inibir a discriminação, preconceitos e à violência na escola | | | |

| | | | | | |
|---|---------------------------------|------|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| | | 2.8 | Cultura | - Verificar se existe vínculo, relação entre as escolas e ambientes de movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para fruição dos alunos dentro e fora dos ambientes escolares | 2015/2016 |
| | | 2.9 | Transparência | - Verificar o que a escola tem feito para estreitar relação entre escola e família, e incentivar e cobrar que os pais acompanhem as atividades escolares dos filhos. | 2015/2016 |
| 5 | Alfabetização | 5.1 | Especialização dos profissionais | - Verificar que medidas foram estruturadas para garantir alfabetização plena de todas as crianças (articulações desde estratégias na pré-escola, qualificação de professores. - Desenvolvimento de tecnologias educacionais e práticas inovadoras que assegurem a alfabetização | 2019/2024 |
| | | 5.2 | Instrumentos de avaliação do ensino | Verificar se esta meta já está em andamento: Instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental. | 2019/2024 |
| 6 | Educação Integral | 6.1 | Educação Integral | Verificar como o andamento dessa meta: Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola. | 2019/2024 |
| 7 | Fluxo escolar e de aprendizagem | 7.13 | Transporte | -Verificar se tem rota de transporte escolar para todos os estudantes da educação do campo e a qualidade da frota que transporta essas crianças | 2015/2016 |
| | | 7.17 | Material Didático Merenda Ass. Saúde | - Verificar a existência de programas suplementares: material-didático-escolar - Alimentação - Assistência à saúde | 2015/2016 |
| | | 7.23 | Especialização dos profissionais | - Verificar se existem políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas | 2015/2016 |
| | | 7.28 | Transparência | - Verificar como as escolas procuram mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. | 2015/2016 |

| | | | | | |
|------------------------------|----|-------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| | | 7.33 | Alfabetização | Verificar quais os esforços despendidos para, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formar leitores e leitoras | 2015/2016 |
| | 15 | 15.12 | Idiomas | - Verificar se as escolas públicas municipais têm aulas de algum idioma que não seja o português (se sim verificar a meta 15 estratégia 15.12) | 2015/2016 |
| Estrutura Física das Escolas | 1 | 1.5 | Acessibilidade Informática Biblioteca | - Verificar se as escolas estão estruturadas conforme as normas de acessibilidade - Como estão preparadas em relação aos equipamentos: informática, biblioteca. | 2015/2016 |
| | | 1.5 | Acessibilidade | Verificar o andamento desta etapa: Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil. | 2019/2024 |
| | 6 | 6.2 | Educação Integral | Verificar se existe andamento programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social. | 2019/2024 |
| | 7 | 7.15 | Informática | - Verificar se todas as escolas municipais têm laboratório de informática com internet, para que possa ser cumprida a meta 7. | 2015/2016 |
| | | 7.18 | Estrutura Escolar | - Verificar se todas as escolas públicas municipais têm acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgoto sanitário. - Espaços de prática esportiva, bens culturais e artístico - Equipamentos e laboratório de ciências - Acessibilidade para portadores de deficiência | 2015/2016 |
| | | 7.22 | Gestão Informatizada | - Verificar se a gestão das escolas é informatizada - Verificar se a gestão pública e secretária das escolas públicas e secretárias de educação possuem sistema integrado para compartilhamento e utilização. - Se existe capacitação continuada para o pessoal da secretária | 2015/2016 |
| | | | Especialização dos Profissionais | | |
| | 7 | 7.15 | Informática | -Verificar se existem aulas de informática na rede pública municipal e promoção de utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. | 2015/2016 |

| | | Aprendizagem | | | | |
|------------------------------------|----|--------------------------------------|------------|----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| | | | | Material Didático | - Verificar sobre os Livros didáticos e material de apoio: quais critérios para escolha do material, quanto tempo é utilizado na rede de ensino. | |
| Rede de Colaboração | 7 | Fluxo Escolar e Aprendizagem | 7.29 | Apoio integral | - Verificar se existem programas para área da educação com articulação de outras áreas como: saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, que possam ser referência como rede de apoio integral a famílias, visando a melhora na qualidade da educação. | 2015/2016 |
| | 1 | Educação Infantil (Creche) | 1.12 | Apoio Integral | Verificar como está o andamento da implementação, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade. | 2019/2024 |
| | 7 | | 7.30 | Apoio Integral | - Verificar se existe articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde | 2015/2016 |
| | 6 | | 6.4 | Articulação entre sistemas | - Verificar se existe articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários. | 2019/2024 |
| Quadro de Pessoal | 1 | Educação Infantil (Pré-Escola) | 1.6 1.8 | Especialização dos profissionais | - Verificar se existe programas de capacitação inicial e continuada para os profissionais da educação. - Verificar se todos professores da rede municipal possuem formação em curso superior. | 2015/2016 2019/2024 |
| | 4 | Educação Especial Inclusiva | 4.13 | Especialização dos profissionais | - Verificar como ocorre a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo. | 2019/2024 |
| | 18 | Professores (Carreira e remuneração) | 18.1 | Concurso | - Verificar se todos os professores e profissionais que compõem a rede pública de ensino são concursados | 2015/2016 |
| Transparência e Gestão Democrática | 19 | Gestão Democrática | 19.2 | Transparência | - Verificar como ocorre os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. | 2015/2016 |

| | | | | | | |
|-------------------------|----|--------------------------------|------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| | | | 19.6 | Gestão democrática | -Verificar se existe a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. | 2015/2016 |
| | 20 | Financiamento | 20.4 | Transparência | Observar no decorrer da pesquisas esta meta: Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios | 2019/2024 |
| Avaliação de Resultados | 1 | Educação Infantil (Pré-Escola) | 1.6 | Avaliação Educacional | - Verificar se é efetuado avaliação da educação infantil a cada 2 anos, com base nos Parâmetros Nacionais de Qualidade. | 2019/2024 |
| | | Fluxo Escolar e Aprendizagem | 7.16 | Transparência | - Verificar se existe transparência na gestão financeira de recursos escolares, como são efetuadas as prestações de conta para a comunidade - Verificar como é o planejamento na aplicação dos recursos escolares | 2015/2016 |
| | | | 7.3 | Avaliação Educacional | - Verificar se a Prefeitura participou da construção de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão - E se estão utilizando esses indicadores para melhorar a gestão escolar. | 2015/2016 |
| | | | 7.4 | Avaliação Educacional | - Verificar se as escolas municipais efetuam autoavaliação, se existem instrumentos para essa autoavaliação, quais são esses instrumentos, como é o planejamento estratégico das escolas. | 2015/2016 |
| | | | 7.4 | Gestão democrática | - Verificar se a comunidade contribui na gestão escolar – gestão democrática | 2015/2016 |
| | | | 7.6 | Avaliação Educacional | - Verificar como a escola se posiciona em relação a avaliação do IDEB Escola, se existe alguma ação específica para escolas que possuem IDEB abaixo da média nacional | 2015/2016 |
| | 19 | Gestão democrática | 19.6 | Gestão democrática | - Verificar se existe a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. | 2015/2016 |

Fonte: Metas do Plano Nacional de Educação – Grupo de Trabalho Atricon – IRB, 2016. Adaptado pelo autor, 2020.

**APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM O SECRETÁRIO
MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO e DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
TELÊMACO BORBA – PR**

Prezado (a) Sr. (a) Secretário Municipal de Educação, Diretor (a).

Sou mestranda do curso de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e esta pesquisa está sob a orientação da Professor Doutor Sandro Rautenberg com coorientação da professora Zoraide da Fonseca.

Sua contribuição é de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, que tem como objetivo de entender **Como o crescimento econômico da cidade de Telêmaco Borba tem impactado no desenvolvimento do sistema de educação básica municipal, considerando a Teoria do desenvolvimento das liberdades.**

Comprometo-me a encaminhar, após o término do estudo, cópia com as conclusões para cada participante da pesquisa que assim desejar. Ademais, reitero o compromisso de não identificar no trabalho o respondente desta entrevista, a fim de preservar seus dados específicos.

Agradeço a colaboração, pois sua participação é fundamental para o desenvolvimento deste estudo. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Dinnia Eyleen Torres de Oliveira
dinniaoliveira@gmail.com
42- 99912-5457

Data: ____/____/____

Duração da gravação: _____

1. DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Função: _____

Escola: _____

2. QUESTÕES

QUESTÕES

Entrevista ao Secretário Municipal da Educação

- 1 – Como a prefeitura tem articulado o sistema para que possa oferecer atendimento educacional em quantidade suficiente em creches e pré-escola para toda população, incluindo população rural e portadores de necessidades especiais? (escolas rurais, transporte público) (E.C. 1.14; 2.11; 7.13)
- 2 – Quais medidas foram tomadas pela secretária de educação a fim de garantir que o atendimento educacional, acompanhamento e monitoramento para crianças de educação infantil de famílias que possuem baixa renda per capita e beneficiárias de programas de transferência de renda. (E.C 1.2, 2.4)
- 3– Em quais modalidades de ensino é ofertado a educação em tempo integral? Quais bairros são contemplados? (atendimento educacional) (E.C. 6.1, 6.8; 6.2)
- 4– Voltando-se para transparência no atendimento, qual meio para que a população tenha conhecimento do percentual de crianças de 0 à 3 anos residentes no município com acesso a creche, e quantas vagas seriam necessárias para que todas elas possam estar matriculadas nessa modalidade (mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches)? (E.C 1.16) A lista que aparece no site da prefeitura não está disponível.
- 5– Quais medidas a prefeitura tomou a fim de garantir atividades extracurriculares para os alunos? Existem programas em rede de colaboração de incentivo a vínculos entre as escolas e ambientes de movimentos culturais, a fim de garantir a fruição dos alunos dentro e fora dos ambientes escolares? (E.C 2.8; 6.4)
- 6 – Existem programas de assistência à saúde aos alunos da rede pública municipal através de rede de colaboração? (E.C. 7.29; 7.30)
- 7 – O município possui um método de avaliação periódica a fim de aferir a alfabetização das crianças? Se sim, são aplicadas em quais etapas do ensino? Se não, o município pensa em criar um mecanismo municipal para efetuar essa aferição, quando? (E.C 5.2; 1.6)
- 8 – Em relação a estrutura física, como as escolas estão preparadas no que se refere equipamentos e laboratórios de informática, bibliotecas espaço para prática esportiva, quadras cobertas e acessibilidade para deficientes? Pode-se dizer que as escolas de bairros menos favorecidos possuem a mesma qualidade estrutural que bairros centrais? (E.C. 1.5; 7.18)
- 9 – Existe um sistema (software) integrado entre as escolas e secretaria da educação, que seja utilizado em todas as escolas da rede municipal de ensino, permitindo uma gestão informatizada? (7.22)
- 10 – Existem programas de capacitação inicial e continuada para profissionais da educação? Quais as articulações da prefeitura voltadas para estimular a ação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, buscando aprimoramento do quadro de pessoal? (E.C. 1.6; 1.8; 1.9; 4.13)
- 11 – O município estabeleceu ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e a integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação (quadro de pessoal)? (E.C. 7.31; 7.33)
- 12 – Existem programas de formação e capacitação aos conselheiros de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e demais conselhos de educação, buscando aprimoramento da gestão democrática? (E.C 19.2) E quais outras formas de incentivo a participação social são realizadas para aproximar a população das escolas?
- 13 – Como a Secretária Municipal de Educação efetua avaliação institucional de indicadores (com base no perfil do alunado, do corpo de profissionais, das condições de infraestrutura das escolas e dos recursos pedagógicos disponíveis)? (E.C 7.3, 4.14; 7.3).
- 14 – Na sua visão o que ainda deve ser priorizado para melhorar a qualidade da educação nas Escolas Municipais?

QUESTÕES

Entrevista ao Diretor(a) CMEI

- 1 - Quais as medidas que estão sendo tomadas para garantir atendimento educacional para a todas as crianças do município tenham acesso a creche e pré-escola? Já existe vagas suficientes nas creches para garantir o acesso de todos as crianças de 0 a 3 anos nas escolas? (E.C. 1.14; 1.15, 1.2)
- 2 – Existe transporte público disponível para todos os alunos do CMEI no intuito de facilitar o acesso deles a escola? Quais os critérios para utilização do transporte? (atendimento educacional) (E.C. 1.1;)
- 3 – Quais os critérios utilizados para iniciar o processo de aprendizagem para crianças de 0 a 3 anos?
- 4– Como é feito a seleção e aquisição dos materiais didáticos que serão utilizados pelas escolas (livros e material de apoio), você considera que esse material é de qualidade? É utilizado o mesmo material em todo município (Recursos Pedagógicos)?
- 5 - Com relação a merenda escolar, quais são as medidas tomadas, a fim de garantir merenda com qualidade nutricional para os alunos da rede municipal de ensino? (atendimento educacional) (E.C. 7.17)
- 6 – Existem programas de assistência à saúde aos alunos da rede pública municipal? E articulações entre órgãos da educação e saúde como rede de colaboração? (E.C. 7.17; 7.30)
- 7 – Existem políticas de combate a violências nas escolas? E capacitação dos educadores para detecção dos sinais dessas causas, como violência doméstica e sexual, que favoreça a adoção de providencias adequadas e apoio integral?
- 8 –A estrutura física dos CMEIs do município é parecida em bairros nobres e bairros mais simples, eles são bem estruturados? (E.C. 1.5; 7.18)
- 9 – Existem programas de capacitação inicial e continuada para profissionais da educação e pessoal da secretaria? (quadro de pessoal) (E.C. 1.6; 1.8; 1.9; 4.13. 7.22)

- 10 – Todos os professores da CMEI possuem formação em curso superior e são concursados? (quadro de pessoal) (E.C 1.6; 1.8, 18.1)
- 11 – Existe alguma forma de participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares, como ocorre? (E.C. 19.6)
- 12 – Como as escolas procuram mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais buscando transparência da gestão? (E.C 7.28)
- 13 – Na sua opinião o que poderia ser melhorado nos CMEIS?
- 14 – O que você considera que o município de Telêmaco Borba oferece de diferencial para os alunos da rede de ensino?

QUESTÕES

Entrevista ao Diretor(a) Escolas Municipais

- 1– Existe transporte público disponível para todos os alunos no intuito de facilitar o acesso deles a escola? Para quais modalidades o transporte é disponibilizado? (atendimento educacional) (E.c. 1.1;)
- 2 –Existem programas de incentivo a vínculos entre as escolas e ambientes de movimentos culturais, a fim de garantir a fruição dos alunos dentro e fora dos ambientes escolares em rede de colaboração? Como eles funcionam? (E.C 2.3; 2.8; 6.4)
- 3 – Quais medidas foram estruturadas para garantir a alfabetização plena de todas as crianças (cursos de especialização de professores, aquisição de tecnologias educacionais que incentivem práticas inovadoras)? (E.C 5.1; 5.7)
- 4 – O município possui um método de avaliação periódica a fim de aferir a alfabetização das crianças? São aplicadas de quanto em quanto tempo?
- 5 – Como é feito a seleção e aquisição dos materiais didáticos que serão utilizados pelas escolas (livros e material de apoio), quais critérios para escolha do material, quanto tempo é utilizado o mesmo livro na rede ensino? É utilizado o mesmo material em toda rede de ensino? (Recursos pedagógicos) (E.C. 7.17)
- 6 - Com relação a merenda escolar, quais são as medidas tomadas, a fim de garantir merenda com qualidade nutricional para os alunos da rede municipal de ensino? (atendimento educacional) (E.C. 7.17)
- 7 – Existem programas de assistência à saúde aos alunos da rede pública municipal? E articulações entre órgãos da educação e saúde como rede de colaboração? (E.C. 1.12; 7.17; 7.30)
- 8 – Existem políticas de combate a violências e discriminação nas escolas? E capacitação dos educadores para detecção dos sinais dessas causas, como violência doméstica e sexual, que favoreça a adoção de providências adequadas e apoio integral?
- 9 –A estrutura física das escolas municipais em Telêmaco Borba é parecida em bairros nobres e bairros mais simples, eles são bem estruturados? (E.C. 1.5; 7.18)
- 10 – Existe oferta de idiomas que não o português, e aulas de informática nas escolas públicas municipais? (atendimento educacional) (E.C. 7.15; 15.12)
- 11 – A gestão da escola ocorre de forma informatizada, com equipamentos e recursos tecnológicos digitais (computadores com acesso à internet) para utilização tanto na secretária como na biblioteca das escolas públicas e com software integrado a secretaria de educação? (E.C 7.20; 7.22)
- 12 – As escolas Municipais efetuam autoavaliação? Existem instrumentos padronizados para toda rede de ensino para essa autoavaliação? (E.C 7.4)
- 13 – Como as escolas procuram mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais buscando transparência da gestão? (E.C 7.28)
- 14 – Na sua opinião o que poderia ser mudado para alcançar melhores resultados nas escolas municipais?
- 15 – O que você considera que o município de Telêmaco Borba oferece de diferencial para os alunos da rede de ensino?

APENDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa A Educação e o Desenvolvimento – Do Crescimento Econômico para o Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise da Educação Básica na Cidade de Telêmaco Borba – PR: um estudo de caso no segmento de educação básica municipal sob a perspectiva do desenvolvimento das liberdades, sob a responsabilidade de Dinnia Eyleen Torres de Oliveira, que irá investigar Como o crescimento econômico tem impactado no desenvolvimento do sistema de educação básica municipal de Telêmaco Borba, considerando a Teoria do Desenvolvimento das liberdades.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa você permitirá entender como o sistema educacional da cidade de Telêmaco Borba está possibilitando o desenvolvimento dos indivíduos e as oportunidades que lhes estão sendo ofertadas através do sistema de ensino.

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado o(a) os(as) entrevista sem nenhum prejuízo para você.

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados com o estudo buscarão identificar como o elevado crescimento econômico ocorrido nos últimos anos no município beneficiou o sistema de educação municipal, e compreender como os recursos disponibilizados foram articulados na realização de projetos que contemplem o desenvolvimento das liberdades. Nesse sentido entender como ocorre a igualdade de oportunidade na rede municipal de ensino, visando o desenvolvimento das liberdades como ponto central para o desenvolvimento sustentável.

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA: Se você precisar de alguma orientação por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, pedimos que contate o comitê de ética da universidade, na pessoa do coordenador, Sr. Gonzalo Ogliari Dal Forno, no telefone: (42) 3629-8177, Unicentro – Universidade estadual do Centro Oeste.

5. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornece ou que sejam conseguidas através de entrevistas, documentos, fotos e etc. serão utilizadas somente para esta pesquisa. Seus(Suas) respostas ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos(as) materiais de pesquisa, nem quando os resultados forem apresentados.

6. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Dinnia Eyleen Torres de Oliveira
Endereço: Rua Prudente de Moraes 498 Telêmaco Borba – Paraná.
Telefone para contato: 42.99912- 5457

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG

Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli
CEP: 85040-080 – Guarapuava – PR
Bloco de Departamentos da Área da Saúde
Telefone: (42) 3629-8177

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

O sujeito de pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

O pesquisador responsável deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador